

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO



RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: A FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 30/06/2021.

VITÓRIA-ES

2021

JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO

RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: A FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Religião e Espaço Público.

Orientador: Dr. Valdir Stephanini

VITÓRIA-ES

2021

Eleoterio, Josiane Nascimento da Silva

Religiosidade e infância / A formação para o desenvolvimento integral das crianças na educação infantil / Josiane Nascimento da Silva Eleoterio. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021.

ix, 120 f. ; 31 cm.

Orientador: Valdir Stephanini

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021.

Referências bibliográficas: f. 111-120

1. Ciência da religião. 2. Religião e espaço público. 3. Educação infantil.
4. Desenvolvimento da criança. 5. Religiosidade e infância. 6. Diversidade religiosa. 7. Valores religiosos. - Tese. I. Josiane Nascimento da Silva Eleoterio. II. Faculdade Unida de Vitória, 2021.
- III. Título.

JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO

RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: A FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

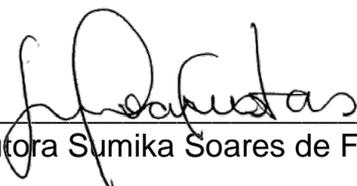
Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor Valdir Stephanini – UNIDA (presidente)



Doutor David Mesquiati de Oliveira – UNIDA



Doutora Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto

AGRADECIMENTOS

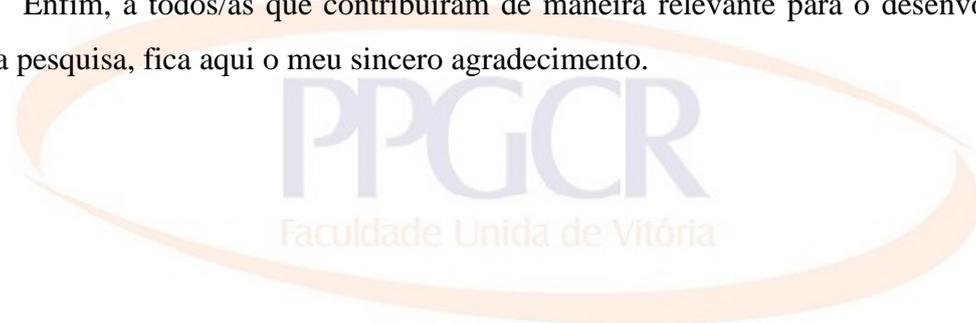
A Deus, por tornar tudo isso possível e sempre ter depositado sobre mim suas bênçãos, para que eu pudesse concluir essa fase tão especial da minha vida, dando-me saúde e força para superar os momentos difíceis em que me deparei ao longo da minha trajetória de estudos.

Ao meu pai Josias Pereira da Silva, à minha mãe Maria da Graça Nascimento da Silva, à minha filha Julia da Silva Eleotério e ao meu esposo Rogério Lyra Eleotério, por serem essenciais na minha vida.

Aos meus amigos, por me incentivarem a ser uma pessoa melhor e a não desistir dos meus objetivos.

Expresso meus sinceros agradecimentos à toda equipe da FUV, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Valdir Stephanini, pelo incentivo e sábias intervenções, que me auxiliaram em todo o processo.

Enfim, a todos/as que contribuíram de maneira relevante para o desenvolvimento da minha pesquisa, fica aqui o meu sincero agradecimento.



RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar até que ponto o despertar da religiosidade na infância contribui para a formação do indivíduo, a partir da diversidade na escola. Os objetivos específicos são: a) conceituar e relacionar a consciência religiosa trabalhada na Educação Infantil; b) apontar alternativas de abordagens sobre a religiosidade das crianças, para motivar o respeito à diversidade na escola; c) identificar formas de se melhorar o desenvolvimento da consciência religiosa na Educação Infantil, em escolas de Vila Velha (ES) e Cariacica (ES). O estudo se justifica pela necessidade de se inibir tendências de exclusão no ambiente escolar e na vida. A pesquisa alcança a realidade de duas escolas públicas municipais voltadas à Educação Infantil, sendo uma, na cidade de Vila Velha (ES) e outra, em Cariacica (ES). Quanto ao problema da pesquisa, a questão foi: é possível proporcionar ao corpo discente a formação de sua consciência religiosa na Educação Infantil, por meio da interação/convivência, a fim de promover mais diversidade no ambiente escolar? Em relação à metodologia, adotou-se estudo de cunho bibliográfico, combinado com pesquisa de campo, para analisar a questão da religiosidade e infância entre as crianças, na Educação Infantil. A pesquisa de levantamento de dados ouviu vinte professores/as e duzentos pais/mães de crianças matriculadas nas escolas mencionadas. O questionário semiestruturado foi o instrumento da coleta, constituído por dez perguntas no sistema de múltipla escolha, distribuído entre os sujeitos da amostra.

Palavras-chave: Educação Infantil. Diversidade. Valores religiosos. Ética.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze to what extent the awakening of religiosity in childhood contributes to the formation of the individual, based on diversity at school. The specific objectives are: a) to conceptualize and relate the religious conscience worked on in Early Childhood Education; b) point out alternative approaches to children's religiosity, to encourage respect for diversity at school; c) identify ways to improve the development of religious awareness in Early Childhood Education, in schools in Vila Velha (ES) and Cariacica (ES). The study is justified by the need to inhibit exclusion trends in the school environment and in life. The research reaches the reality of two municipal public schools dedicated to Early Childhood Education, one in the city of Vila Velha (ES) and the other in Cariacica (ES). As for the research problem: is it possible to provide the student body with the formation of their religious awareness in Early Childhood Education, through interaction/coexistence, to promote more diversity in the school environment? Regarding the methodology, a bibliographic study was adopted, combined with field research, to analyze the issue of religiosity and childhood among students of Early Childhood Education. The research universe is composed of twenty teachers and two hundred fathers/mothers of students enrolled in the mentioned schools. The sample represents about ten percent of the number of teachers and ten percent of the number of parents/mothers. Regarding the methodology, a bibliographic study was adopted, combined with field research, to analyze the issue of religiosity and childhood among students of Early Childhood Education. The data survey heard twenty teachers and two hundred parents of students enrolled in the mentioned schools. The semi-structured questionnaire was the collection instrument, consisting of ten questions in the multiple-choice system, distributed among the sample subjects.

Keywords: *Early Childhood Education. Diversity. Religious Values. Ethics.*

LISTA DE SIGLAS

- BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
- BNCC- EI – Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil.
- CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil.
- CNE – Conselho Nacional de Educação.
- DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- EC – Emenda Constitucional.
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases.
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- PNE – Plano Nacional de Educação.
- PNQ – Parâmetros Nacionais de Qualidade.
- SEMED – Secretaria Municipal de Educação.
- UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde trabalha – Professores/as – Cariacica (ES).....	65
Gráfico 2 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde os/as filhos/as estudam – Pais/Mães – Cariacica (ES)	65
Gráfico 3 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Professores/as – Cariacica (ES).....	67
Gráfico 4 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Pais/Mães – Cariacica (ES).....	67
Gráfico 5 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Professores/as – Cariacica (ES).....	69
Gráfico 6 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Pais/Mães – Cariacica (ES)	69
Gráfico 7 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Professores/as – Cariacica (ES).....	71
Gráfico 8 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Pais/Mães – Cariacica (ES)	71
Gráfico 9 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãos – Professores/as – Cariacica (ES).....	73
Gráfico 10 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãos – Pais/Mães – Cariacica (ES)	73
Gráfico 11 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Professores/as – Cariacica (ES).....	75
Gráfico 12 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Pais/Mães – Cariacica (ES)	75
Gráfico 13 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Professores/as – Cariacica (ES)	77
Gráfico 14 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Pais/Mães – Cariacica (ES).....	77
Gráfico 15 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil – Professores/as – Cariacica (ES).....	79
Gráfico 16 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil – Pais/Mães – Cariacica (ES).....	79

Gráfico 17 – Avaliação da inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Professores/as – Cariacica (ES)	81
Gráfico 18 – Avaliação da inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Pais/Mães – Cariacica (ES)	81
Gráfico 19 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Professores/as – Cariacica (ES)	83
Gráfico 20 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Pais/Mães – Cariacica (ES).....	83
Gráfico 21 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde trabalha – Professores/as – Vila Velha (ES)	85
Gráfico 22 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde os/as filhos/as estudam – Pais/Mães – Vela Velha (ES)	85
Gráfico 23 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Professores/as – Vila Velha (ES)	87
Gráfico 24 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Pais/Mães – Vela Velha (ES).....	87
Gráfico 25 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Professores/as – Vila Velha (ES)	89
Gráfico 26 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Pais/Mães – Vela Velha (ES)	89
Gráfico 27 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Professores/as – Vila Velha (ES)	91
Gráfico 28 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Pais/Mães – Vela Velha (ES)	91
Gráfico 29 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs – Professores/as – Vila Velha (ES)	93
Gráfico 30 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs – Pais/Mães – Vela Velha (ES).....	93
Gráfico 31 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Professores/as – Vila Velha (ES)	95
Gráfico 32 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Pais/Mães – Vela Velha (ES).....	95
Gráfico 33 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Professores/as – Vila Velha (ES).....	97

Gráfico 34 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Pais/Mães – Vela Velha (ES).....	97
Gráfico 35 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil – Professores/as – Vila Velha (ES)	99
Gráfico 36 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil – Pais/Mães – Vela Velha (ES).....	99
Gráfico 37 – Avaliação a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Professores/as – Vila Velha (ES).....	101
Gráfico 38 – Avaliação a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Pais/Mães – Vela Velha (ES)	101
Gráfico 39 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Professores/as – Vila Velha (ES)	103
Gráfico 40 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Pais/Mães – Vela Velha (ES).....	103



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	16
1.1 Conceito e evolução histórica da Educação Infantil.....	16
1.2 Principais objetivos da Educação Infantil	21
1.3 Manifestações do fenômeno religioso na Educação Infantil	26
2 EDUCAÇÃO INFANTIL E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA.....	38
2.1 Base jurídica da Educação Infantil	38
2.2 Principais Reflexões acerca da Educação Infantil.....	44
2.3 Trabalhando a diversidade religiosa na Educação Infantil.....	50
3 EDUCAÇÃO INFANTIL EM VILA VELHA (ES) E EM CARIACICA (ES)	58
3.1 Descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo	58
3.2 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo.....	63
3.3 Sugestões e recomendações.....	104
CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	121
ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO

A partir da análise de estudos de cunho bibliográfico, essa dissertação descreverá a influência da educação no despertar da consciência religiosa das crianças, respeitando o próximo como ser que necessita do outro, enfatizando o acolhimento das crianças e analisando a compreensão do relacionamento social como prioridade no desenvolvimento cognitivo dos/as educandos/as. Este estudo visa contribuir para a discussão sobre a socialização e o respeito ao próximo, acreditando que todas as pessoas têm o direito à educação pública de qualidade, a qual possa prepará-las para um adequado convívio, até porque, a Constituição Federal de 1988 afirma a sua importância para a formação do desenvolvimento integral do sujeito.

Partindo do pressuposto que os valores religiosos influenciam o comportamento cultural e social dos/as educandos/as, a escola é um local privilegiado onde ocorrerão diversas formas de interação que permeiam a socialização e os valores éticos das crianças. Para Antônia Pereira dos Santos, a escola se constitui espaço destinado ao acolhimento, à orientação e à formação do indivíduo, devendo considerar todos os estágios do desenvolvimento do ser humano.¹ Os valores religiosos podem contribuir para essa formação ainda na primeira etapa de vida, especialmente no âmbito da inclusão das crianças, ao longo de toda a Educação Infantil.

Para esse estudo, a consciência religiosa é entendida como o conjunto de valores éticos – comuns às religiões –, que podem ser despertados ou ensinados às crianças, para contribuir a que venham se tornar pessoas melhores, tais como: solidariedade, senso de justiça, respeito, paciência, entre outros. Com base em mais de dez anos de experiência decorrente da prática cotidiana na área educacional como professora de Educação Infantil, a pesquisadora definiu a seguinte questão-problema: como a formação humana contribui para a constituição da religiosidade na Educação Infantil? O próprio ordenamento jurídico da educação brasileira sinaliza que a Escola é laica. Sendo assim, é preciso proporcionar mediação pedagógica com diferentes oportunidades para que os sujeitos na sua diversidade se sintam acolhidos.

Este trabalho tem por objetivo analisar até que ponto o despertar da religiosidade na infância contribui para a formação humana e para a diversidade no ambiente escolar. Entre os objetivos específicos se pretende: a) conceituar e relacionar a consciência religiosa trabalhada no ambiente escolar da Educação Infantil; b) apontar alternativas de abordagens sobre a

¹ SANTOS, Antônia Pereira dos. *Educação infantil e religiosidade: papel pedagógico do professor*. São Leopoldo: NEA, 2015. p. 12.

religiosidade expressa pelas crianças, de tal forma que facilite o respeito à diversidade religiosa no ambiente escolar; c) identificar, por meio dos resultados da pesquisa de campo, formas de melhorar o desenvolvimento da consciência religiosa junto às crianças matriculadas na Educação Infantil, nas respectivas escolas municipais de Vila Velha (ES) e Cariacica (ES), quais sejam: Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) – Basílio Costalonga e no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) – Wilson Alves do Nascimento.

Considerando que a escola pública é sustentada por todos os/as cidadãos/ãs, essa mesma escola deve respeitar a diferença e promover a escuta a todos/as. Sendo assim, deve-se avolumar esforços no sentido de proporcionar a mais ampla inclusão, bem como promover a aceitação da diversidade cultural e religiosa.

O estudo alcança a realidade de 01 (uma) escola pública municipal de Vila Velha (ES) e 01 (uma) escola pública municipal de Cariacica (ES), voltadas à Educação Infantil. Nesse sentido, tal pesquisa poderá traduzir a realidade das escolas, ao permitir que se comparem dados oriundos de pesquisas de campo em duas realidades distintas. Desse modo, espera-se entender a importância da difusão de valores religiosos na Educação Infantil, para auxiliar os esforços de inclusão e aceitação da diversidade. Espera-se também que fique clara a importância da consciência religiosa, a qual pode ser fundamental para minimizar, ou mesmo eliminar, as ocorrências de intolerância religiosa e cultural no ambiente escolar, contribuindo para a formação de cidadãos/ãs conscientes e imbuídos na construção de um mundo melhor e mais justo.

O referencial teórico trabalha a educação a partir da laicidade e problematiza a questão dos valores morais na Educação Infantil. Destaca a produção de Jordana Castelo Branco e Patrícia Corsino, cuja literatura engloba Educação, Filosofia e Ciências das Religiões, assumindo viés humanista e democrático.² Branco e Corsino analisam a forma como discursos religiosos comuns ao cotidiano escolar de Educação Infantil se articulam em relação às questões étnico-raciais, reproduzindo na escola pública, formas de exclusão e discriminação. Assim, apontam que a não laicidade da escola pública, com a naturalização da explicitação pública de um credo e o uso da escola como lugar de evangelização, desconsidera as diferenças, discriminando, especialmente no que tange às religiões afro-brasileiras.³

Juliana dos Santos Lima e Gilberto Lima dos Santos, tomando por base a atual sociedade brasileira, estudam a moralidade que surge como um dos mais relevantes desafios à

² BRANCO, Jordana Castelo; CORSINO, Patrícia. O discurso religioso em uma escola de Educação Infantil: entre o silenciamento e a discriminação. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 9, n. 3, p. 128-142, 2015. p. 128. [online].

³ BRANCO; CORSINO, 2015, p. 128.

prática educacional. Tais autores buscam compreender como os professores da Educação Infantil concebem os valores em relação às práticas pedagógicas e ao desenvolvimento moral das crianças. Lima e Santos afirmam que os valores aparecem nos discursos e ações dos/as professores/as, bem como nas atividades propostas às crianças, fazendo surgir uma relação que prioriza o dever e o respeito.⁴

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, o estudo possui cunho bibliográfico, aqui caracterizado pela pesquisa teórica, composta por resenhas literárias e fichamentos de obras, bem como pela pesquisa de campo, por meio da qual se analisará a questão da religiosidade e infância, tomando como base do experimento duas escolas públicas no Estado do Espírito Santo, sendo uma, na cidade de Vila Velha e a outra, em Cariacica, cidades nas quais a pesquisadora atua na área educacional. Foram 220 (duzentos e vinte) questionários, sendo 20 (vinte) de professores/as e 200 (duzentos) de pais/mães.

Em relação à execução da coleta de dados da pesquisa de campo, o estudo é classificado como pesquisa de *levantamento*, por meio do qual populações são estudadas através de amostras pequenas, obtendo-se informações precisas sobre os fatores que interessam à caracterização da percepção dos sujeitos da área pesquisada. Entre as técnicas de pesquisa, foi adotado o questionário, visando obter informações quantitativas e qualitativas que abranjam aspectos estabelecidos nos objetivos da presente pesquisa.

Apesar da pandemia de Covid-19, a pesquisadora contou com o auxílio de colegas – professores/as e gestores/as – para realizar a aplicação dos questionários, acompanhando pessoalmente o preenchimento dos mesmos nas escolas de Vila Velha (ES) e de Cariacica (ES). Todos os cuidados necessários foram tomados, no intuito de garantir que colaboradores/as e pesquisados/as não se expusessem a riscos em tempos de pandemia. A coleta de dados se fez por questionários fechados, semiestruturados, constituídos de perguntas simples e respostas no sistema de múltipla escolha, distribuídas aleatoriamente entre os sujeitos que constituíram a amostra.

Em se tratando da categoria de análise, foi utilizada a comparação por cruzamento de respostas, visto que os questionários aplicados aos/às professores/as são semelhantes aos questionários aplicados aos/às pais e mães. Assim, buscou-se comparar o entendimento dos profissionais que oferecem os serviços educacionais, com a visão de quem recebe os serviços

⁴ LIMA, Juliana dos Santos; SANTOS, Gilberto Lima dos. Valores, educação infantil e desenvolvimento moral: concepções dos professores. *EduFor – Revista Educação & Formação*, Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 153-170, 2018. p. 152.

educacionais, para identificar em que aspectos esses dois públicos, apesar de distintos, revelam-se concordantes ou discordantes entre si.

Quanto à disposição dos capítulos, o primeiro debate a questão da Educação Infantil brasileira e a formação do indivíduo, discutindo os principais conceitos e a evolução histórica, bem como os principais objetivos da Educação Infantil, além dos valores religiosos éticos que a norteiam. O segundo capítulo discute a Educação Infantil e a promoção da diversidade, apresentado sua base jurídica, bem como debatendo alguns problemas, além de abordar a questão da diversidade religiosa que, em tese, deve ser trabalhada nesse nível educacional.

No terceiro capítulo, desenvolvido com base em pesquisa de caráter prático, apresenta a visão que professores/as e pais/mães têm acerca da Educação Infantil. Para tanto, inicia-se com a descrição dos principais procedimentos metodológicos adotados na pesquisa de campo, seguindo com a apresentação e análise dos resultados da pesquisa, para, então, oferecer sugestões e recomendações, visando corrigir ou minimizar as possíveis disfunções reveladas por meio da aplicação dos questionários junto aos respondentes.



1 A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

Este capítulo oferece ao/à leitor/a breve debate acerca da Educação Infantil brasileira e da formação do indivíduo, discutindo seus principais conceitos e sua evolução histórica, bem como os principais objetivos desse nível educacional, além dos valores religiosos e éticos que o orientam.

1.1 Conceito e evolução histórica da Educação Infantil

Patrícia Andrade da Silva e Raimunda Cid Timbó compreendem que as instituições escolares são fundamentais para o desenvolvimento geral e cognitivo da criança, por conseguinte, para os ciclos posteriores da vida. Afinal, é na escola que se constrói parte de sua identidade. É também na escola que as crianças adquirem os princípios éticos e morais que serão aplicados na sociedade. Enfim, é na escola que se inicia o processo de socialização, por meio do qual a criança internaliza os padrões sociais de agir, pensar e sentir. Essa mesma socialização busca adaptar os hábitos, necessidades e interesses. A escola se constitui o local mais adequado para o desenvolvimento do processo de apropriação do conhecimento elaborado, sendo, portanto, o local onde o indivíduo se instrumentaliza para atuar no meio social. No Brasil, o processo de socialização se inicia pela fase denominada Educação Infantil.⁵ Cabe destacar as contribuições de Demerval Saviani:

currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de 'seleção do conhecimento' a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta. A problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir 'prioridades' (distinguir o que é principal do que é que secundário), o que é ditado pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem.⁶

Conforme Beatriz Carmo Lima Aguiar, a história da Educação Infantil brasileira acompanha a história de outros países, porém, passando por características que lhe são próprias. Aqui, em especial, a creche é decorrente do processo de industrialização e da ascensão da mulher no mercado de trabalho, o que aumentou a demanda pela criação de

⁵ SILVA, Patrícia Andrade da; TIMBÓ, Raimunda Cid. O papel da escola no processo da socialização na Educação Infantil. *Revista PLUS FRJ*, Fortaleza v. 1, n. 3, p. 68-77, 2017. p. 69-70.

⁶ SAVIANI, Demerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, 15. ed., Campinas: Autores Associados, 2004. p. 16.

instituições de atendimento à infância. Frente a esse contexto, as creches não foram criadas para atender às necessidades da criança, mas sim, para atender à necessidade do mercado de trabalho, que adotou o trabalho feminino. Contudo, a partir do final do século XIX e início do século XX, as creches adquiriram novo enfoque, passando a ser reivindicadas como direito de todas as mulheres.⁷

Até o final dos anos 1960, pouco se avançou na legislação para garantir a oferta de Educação Infantil. A questão da creche no Brasil somente avançou nas últimas décadas, em que vários setores da sociedade, como os grupos ligados aos movimentos populares e outros, passaram a reivindicar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais. Na década de 1970, houve grande aumento no setor privado na educação pré-escolar, sendo criadas com o intuito de atender às classes média-média e média-alta.⁸

De acordo com Sônia Kramer, enquanto as instituições públicas eram criadas para atender crianças pobres, visando apenas o assistencialismo⁹, as escolas particulares apresentavam propostas de cunho pedagógico, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Observa-se, nesse contexto, que as crianças de classes sociais diversas eram vistas distintamente, já que as classes desfavorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que focavam a ideia de carência e as crianças das classes abastadas recebiam educação que visava à criatividade e à sociabilidade infantil.¹⁰ A *criatividade*, como o próprio termo sugere, significa criar, inovar, encontrar uma maneira diferente, menos complicada, mais rápida de se fazer algo. Criatividade e imaginação são desenvolvidas pelas crianças no momento da brincadeira, sendo habilidades que precisam ser estimuladas e trabalhadas. A criatividade se constitui capacidade de responder emocional e intelectualmente as experiências sensoriais, estando estreitamente relacionada ao ser artístico, no sentido mais amplo da palavra.¹¹

Nas últimas décadas, a Educação Infantil nas escolas públicas mudou consideravelmente, buscando consolidar nova concepção sobre o educar e o cuidar de crianças pequenas em instituições educacionais, visando garantir educação de qualidade e

⁷ AGUIAR, Beatriz Carmo Lima. *A epistemologia do educador infantil de creche*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002. p. 13.

⁸ AGUIAR, 2002, p. 14.

⁹ SILVA, Stefânia da; MONTEIRO, Stephanie Souza; RODRIGUES, Marinéa Figueira. A importância da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento da criança. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 30-38, 2017. p. 33.

¹⁰ KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13.

¹¹ OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. Fatores influentes no desenvolvimento do potencial criativo. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 83-92, 2010. p. 85.

abrangente em seus mais variados aspectos – cognitivo, emocional, motor e social –, entendendo o cuidado como sendo algo indissociável do processo educativo.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a criança como sujeito de direitos e, em seu artigo 227, determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹²

Na visão de Lupion Gilmara Moreno, com a Constituição de 1988, a criança de 0 a 6 anos passou a ser vista como sujeito de direitos, demonstrando avanço quanto à garantia dos direitos do menor. Nesse contexto, a Carta Magna de 88 assegurou à educação a garantia do atendimento em creches às crianças de 0 a 6 anos, como direito de todos e dever do Estado e da família. Assim, as creches públicas, que antes pertenciam à lógica da assistência, tiveram sua entrada efetiva no campo educacional, certificando sua função educativa, e nesta se agrega as ações de cuidado.¹³ Aqui cabe ainda destacar mais essas palavras de Moreno:

Dois anos após a Constituição de 1988 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reafirmando o direito da criança ao mundo dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, estabelecendo mecanismos de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância. Seguindo a mesma linha humanitária, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), consolidou a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, ou seja, a proteção integral da criança deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público.¹⁴

Fabiana Cristina Frigieri de Vitta lembra que as normas jurídicas brasileiras disponibilizam importante legislação sobre o direito de toda pessoa à educação, conforme pode ser observado no Artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Essa legislação dirige-se particularmente ao direito à educação das pessoas com necessidades especiais, nos artigos 58, 59 e 60, que tratam da Educação Especial como modalidade escolar, oferecida preferencialmente na rede de ensino, devendo estar presente desde a Educação Infantil.¹⁵

¹² BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. [online].

¹³ MORENO, Lupion Gilmara. Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (org.). *Trabalho pedagógico na educação infantil*. Londrina: Humanidades, 2007, p. 54-62. p. 54.

¹⁴ MORENO, 2007, p. 54.

¹⁵ VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de. A inclusão da criança com necessidades especiais na visão de berçaristas.

Segundo Joana Cristina Macedo Madureira e Nuno Jorge Mesquita Baptista, a mudança do paradigma familiar, a quebra da tendência para a constituição de famílias numerosas, e a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, assim como a quebra de apoio de vizinhança e o intuito de promover a natalidade, representam o contexto das creches. Nesse sentido, percebe-se que a creche surge e é legalmente contextualizada como uma necessidade de apoiar as famílias nos cuidados das crianças fora do âmbito familiar, permitindo uma conciliação entre a família e o exercício da profissão.¹⁶

Daí porque, segundo o entendimento de Fátima Costa, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece que a educação infantil também deve ser ofertada em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos e, pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos.¹⁷ Nesse sentido, o que se observa é que a distinção entre ambas as instituições é feita tão-somente por meio do critério de faixa etária. Deste modo, a inclusão da creche no âmbito educativo abre importantes perspectivas quanto ao avanço de propostas que reconhecem a necessidade de atender às crianças pequenas. Entende-se que o cuidado é de suma importância, pois, significa comportamentos e ações que envolvem conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, empreendidas no sentido de favorecer as potencialidades das pessoas para manter ou melhorar a condição humana.¹⁸

Segundo Juliana Compregher Pasqualini, a Educação Infantil é parte da Educação Básica, mas não visa o ensino e, sim, a educação das crianças pequenas. Nesse sentido, o foco na Educação Infantil não se concentra especificamente nos processos de ensino-aprendizagem, mas nas chamadas relações educativo-pedagógicas. Em se tratando de Educação Infantil, o ato de ensinar visa garantir a apropriação do patrimônio humano-genérico pela criança, promovendo e guiando seu desenvolvimento físico, psíquico e ético-moral.¹⁹ No caso deste último elemento – ético-moral –, na Educação Infantil isso é feito por meio do desenvolvimento da consciência religiosa. Edgar Morin, no que lhe concerne,

Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 75-93, 2010. p. 76.

¹⁶ MADUREIRA, Joana Cristina Macedo; BAPTISTA, Nuno Jorge Mesquita. Promoção do desenvolvimento integral inclusivo da criança em creche e jardim de infância. *Psicologia.pt*, São Paulo, p. 1-22, 24 abr. 2016. [online]. p. 3.

¹⁷ LIMA, Maria Betania Barbosa de Silva; DORZIAT, Ana. Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão. In: ANPED, 36, Goiânia. *Anais...* Goiânia: ANPED, 2013, p. 1-16. [online]. p. 11.

¹⁸ COSTA, Fátima Neves do Amaral. O cuidar e o educar na educação infantil. In: ANGOTTI, Maristela (org.). *Educação infantil: para que, para quem e por quê*. Campinas: Alínea, 2006, p. 61-86. p. 65.

¹⁹ PASQUALINI, Juliana Compregher. O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. p. 161-191. [online]. p. 163.

também utiliza um conceito de ensino que percebe a educação como processo visando à formação e o desenvolvimento dos seres humanos.²⁰

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, em suas definições voltadas especificamente para a Educação Infantil:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.²¹

Maria Eveline de Castro Pereira e outros partem da suposição de que as crianças se constituem sujeitos ativos e de que suas ações – aqui compreendidas como sendo simbolizações –, colocam em movimento outras ações, participando ativamente da vida, do trabalho e da convivência com os demais. A ação das crianças é condição de emergência do sujeito e do mundo, pois, é pela faculdade do agir da criança que o mundo pode ser compreendido. Cada ação, interpretada como acontecimento, sempre revela e recria o mundo humano.²² Mesmo porque, conforme observam Jordana Castelo Branco e Patrícia Corsino:

A escola é um dos poucos lugares, nas sociedades contemporâneas, onde as crianças têm a oportunidade de estabelecer uma rotina cultural com outras crianças, podendo criar cultura de pares por via de suas brincadeiras e trocas sociais. Portanto, observar as crianças na escola é também uma oportunidade de conhecer suas formas singulares de interagir, de reelaborar e de ressignificar suas ações e questões no/do mundo. Assim, ao observar as culturas de pares infantis no espaço escolar, é possível perceber as inter-relações das culturas e as recriações das crianças. A compreensão das crianças enquanto agentes sociais ativos e criativos, que produzem a própria cultura, a infantil, mas que também estão inseridos no universo adulto para o qual contribuem, foi fundamental para observar as interações dessas crianças na escola investigada e sair do *adultocentrismo* próprio de quem desconsidera tais crianças na sua minoridade ou como alguém que já sabe e conhece o que pode fazer e o que precisa aprender. Mas para poder conhecer as crianças e suas culturas exige do pesquisador um olhar de fora, de outro lugar que, justamente porque não coincide, é capaz de se deslocar e ver o que do outro ele próprio não vê.²³

Como bem destaca Biaggio, trata-se de um modelo educacional guiado pela certeza de que incluir é acreditar que todos têm o direito de participar ativamente da educação e da sociedade. Essa nova perspectiva educacional tem como base: acessibilidade, projeto político-

²⁰ MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 10-11.

²¹ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010. [online]. p. 23.

²² PEREIRA, Maria Eveline de Castro; JURBERG, Claudia; BORBA, Cíntia de Moraes. A construção de estratégia lúdica para o ensino de biossegurança. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vigo, v. 14, n. 3, p. 295-311, 2015. p. 299.

²³ BRANCO; CORSINO, 2015, p. 134.

pedagógico, criação de redes e de parcerias, formação de professores/as e atendimento educacional especializado.²⁴

Destarte, foram discutidos nesta seção alguns aspectos teóricos e históricos envolvendo a Educação Infantil no Brasil. Na próxima, passa-se a debater sobre os principais objetivos desse nível educacional.

1.2 Principais objetivos da Educação Infantil

Na Educação Infantil, o cuidar é parte fundamental da educação, embora demande conhecimentos e habilidades, isto é, o cuidar de uma criança exige desenvolver capacidades. Conforme explica Nathália Fernanda Ribeiro dos Santos, para que um desenvolvimento integral ocorra, dependerá tanto dos cuidados que envolvem a dimensão afetiva, quer dizer, o carinho, quanto dos cuidados relacionados aos aspectos biológicos do corpo, como a alimentação e a saúde. Assim, cuidar e educar são ações inseparáveis e essenciais na Educação Infantil, pois, para educar, faz-se necessário o cuidar e para cuidar, faz-se necessário o educar.²⁵

Sandro Vinícius Sales dos Santos e Isabel de Oliveira e Silva afirmam que a Educação Infantil, etapa inaugural da Educação Básica, desenvolve a aprendizagem ludicamente, visando contribuir para a formação cognitiva, social e cultural da criança, favorecendo sua formação integral. A Educação Infantil considera a criança como sujeito ativo que aprende desde os primeiros anos de vida. Por isso, os mencionados autores afirmam que a Educação Infantil oferece grande contribuição para o desenvolvimento das crianças, para se tornarem cidadãos/ãs críticos/as, conscientes, com habilidades e potencialidades para a vida profissional, pessoal e social.²⁶

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal n. 9394/1996) gerou mudanças consideráveis na complementação das políticas educacionais brasileiras, incorporando a Educação Infantil à Educação Básica, bem como ampliando sua importância nos processos de desenvolvimento, integração, socialização e aprendizagem, por meio dos quais a criança passou a ser vista como dona de uma infância que exige maior compreensão e investimento, quanto aos aspectos que

²⁴ BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*, Brasília, n. 44, p. 19-26, 2017. p. 20.

²⁵ SANTOS, Nathália Fernanda Ribeiro dos. *Educação infantil no Brasil: o paradigma entre o cuidar e o educar no centro de educação infantil*. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. p. 26.

²⁶ SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos; SILVA, Isabel de Oliveira e. Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social. *Revista Educação em Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 131-150, 2016. p. 148.

ela desenvolve.²⁷ Assim, a Educação Infantil recebeu destaque na LDB, passando a ser tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29 – A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.²⁸

De acordo com Lupion Moreno, a Educação Infantil ideal é aquela que respeita os direitos da criança em um espaço adequado, rico em estímulos, buscando a construção de novos saberes e a descoberta do mundo. Para tanto, é preciso reinventar a infância, reconhecendo-a como fase de importância fundamental no desenvolvimento, o que revela diversos desafios a serem superados diante de seus direitos e deveres, de maneira que infância e inocência sejam mantidas como sinônimos de alegria e afetividade.²⁹

Contudo, aqui se está falando da educação voltada para crianças com idade na faixa etária que vai de 0 a 6 anos. Nessa fase, a brincadeira é uma das atividades mais importantes na vida da criança, cooperando para que aprendam brincando. Por isso, conforme explicam Hérica Aparecida Souza e Marilaine Martini, a brincadeira se faz necessária na escola, visto que o brincar influencia o desenvolvimento infantil, tornando-se necessário nessa modalidade, principalmente por constituir período que requer mais atenção e criatividade por parte dos/as professores/as.³⁰

Em relação ao caráter lúdico do ensino, Ramon Roberto Barbosa Rockenbach afirma que as brincadeiras se constituem um dos instrumentos mais eficazes, pois, ao mesmo tempo, possibilitam um aprendizado mais prazeroso e permitem que as crianças desenvolvam habilidades e valores paralelos às unidades temáticas principais da área de conhecimento.³¹

Segundo Lev Semyonovich Vigotsky, as brincadeiras, entendidas como atividades dominantes na infância em face das condições concretas da vida da criança e do lugar que elas ocupam na sociedade, constituem-se nas principais formas pelas quais a criança começa a aprender. De igual modo, é por meio das brincadeiras que se inicia a formação de seus

²⁷ SILVA; MONTEIRO; RODRIGUES, 2017, p. 34.

²⁸ BRASIL. *Lei Federal n. 9.394/1996 – Diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

²⁹ MORENO, 2007, p. 55.

³⁰ SALOMÃO, Hérica Aparecida Souza; MARTINI, Marilaine. *A importância do lúdico na Educação Infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado*, 2007. [online]. p. 4.

³¹ ROCKENBACH, Ramon Roberto Barbosa. *O xadrez escolar e sua relação com a satisfação familiar*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Faculdade Educacional de Dois Vizinhos, Dois Vizinhos, 2010. p. 10.

processos de imaginação ativa e, também, onde a criança se apropria das funções sociais e das normas de comportamento, visto que a aprendizagem se configura no desenvolvimento das funções superiores por meio da apropriação e da internalização dos signos e dos instrumentos em um ambiente de interação.³²

Nessa mesma linha, afirma-se que, no caso específico da Educação Infantil, o ensino com base em brincadeiras serve para desenvolver o raciocínio da criança, expandindo sua criatividade e sua capacidade de resolver problemas em diferentes contextos, desenvolvendo também suas habilidades de pensar autonomamente. Assim, entende-se que, se no processo de ensino e de aprendizagem com base em jogos e brincadeiras forem utilizadas estratégias adequadas para se trabalhar a iniciativa e a criatividade, o cidadão que está sendo formado tenderá a ser muito mais versátil.³³

Para Antunes, a aplicação de jogos pedagógicos está condicionada a alguns elementos: capacidade de se constituir em um fator de autoestima da criança; condições psicológicas favoráveis; condições ambientais e fundamentos técnicos. O primeiro elemento se refere à adequação dos jogos ao interesse das crianças e à sua capacidade de resolver problemas. O segundo elemento diz respeito à utilização dos jogos com o objetivo de promover momentos diferenciados, não devendo estar associados à punição, antes, à eliminação da apatia. O terceiro elemento versa sobre a importância de se jogar em ambiente apropriado e adequado para cada jogo. Outrossim, os fundamentos teóricos esclarecem sobre o planejamento dos jogos, os quais devem sempre ter começo, meio e fim, com regras claras, estimulando as crianças a buscarem seus próprios caminhos.³⁴

Em complemento, Rosely Palermo Brenelli afirma que as brincadeiras estimulam a atividade construtiva, valorizando a aprendizagem como exploração e como descoberta, relacionada ao cotidiano da criança.³⁵ Para Ângela Cristina Maluf:

Brincando a criança desenvolve a sua imaginação, aprende a explorar o mundo, amplia a capacidade de percepção sobre ele e sobre si mesma, aprende a organizar os pensamentos e seus sentimentos. A liberdade que o brincar proporciona é muito importante para o desenvolvimento da criança, essa liberdade a leva a conciliar o mundo real e o mundo da imaginação. Imaginando a criança consegue regular suas próprias ações e emoções. O brincar desperta emoções e sensações de bem-estar, liberta das angústias e joga para fora as emoções ruins, ajudando a criança a entender os sentimentos negativos que fazem parte do dia a dia. Brincando a criança aprende a lidar com o mundo, formando sua identidade pessoal e autonomia,

³² VIGOTSKY, Lev Semyonovich. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 51.

³³ ROCKENBACH, 2010, p. 10.

³⁴ ANTUNES, Celso. *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 44.

³⁵ BRENELLI, Rosely Palermo. *O jogo como espaço para pensar*. Campinas: Papirus, 2007. p. 28.

experimenta sentimentos bons como o amor, e ruins como o medo e a insegurança, sentimentos esses presentes na vida cotidiana.³⁶

Como se pode perceber, a literatura consultada indica que as brincadeiras se constituem importantes fatores para o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança, visto que possibilita que entendam o mundo, expressando suas ações, sentimentos e ideias. Daí porque as brincadeiras podem se tornar estratégia didática quando as situações são planejadas e orientadas pelo adulto visando a uma finalidade de aprendizagem, proporcionando à criança, formas de conhecimento, relação e atitude. No entanto, para isso acontecer, faz-se necessário haver intencionalidade educativa, o que requer planejamento e previsão de etapas pelo/a professor/a, visando objetivos predeterminados, a serem extraídos das brincadeiras.³⁷

Para Cibele Lemes Pinto e Helenice Maria Tavares, na Educação Infantil, o contato com as brincadeiras ao longo do processo de ensino e aprendizagem oferece às crianças um mundo maravilhoso no caminho das descobertas, posto que as atividades de caráter lúdico possibilitam ainda que as crianças desenvolvam a negociação, estabelecendo regras e resolvendo conflitos.³⁸ Por meio das brincadeiras as crianças desenvolvem a personalidade, processam informações, trabalham os aspectos cognitivos e motores, além de organizarem suas emoções, entre outros inúmeros benefícios. Isso explica a razão de os jogos estarem sendo implantados, cada vez mais, nas escolas brasileiras.

Além dos jogos, temos a questão dos valores éticos e morais. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade (PNQ) para a Educação Infantil ressaltam a importância do trabalho com valores desde o início da Educação Básica, em face da formação da criança para o exercício da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.³⁹ Na Educação Infantil, a criança é introduzida na dinâmica das relações sociais que se desenvolvem fora do espaço específico da família. Tais interações entre colegas e adultos são fundamentais, posto que expandem os contextos de circulação de crenças e valores éticos e morais que são ativamente processados pela criança. Diante disso, entende-se que:

Dependendo da natureza do ambiente sócio-moral, a criança aprende que o mundo das pessoas é coercitivo ou cooperativo, individualista ou solidário. A relação adulto-criança é fundamental nesse processo, uma vez que é o adulto quem tem a possibilidade de mediar o ambiente sócio-moral, organizando as atividades e

³⁶ MALUF, Ângela Cristina. *Brincar prazer e aprendizado*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9.

³⁷ MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia; PASSOS, Norimar. *Aprender com jogos e situações-problema*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 21.

³⁸ PINTO, Cibele Lemes; TAVARES, Helenice Maria. O lúdico na aprendizagem: aprender e aprender. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2010. p. 232.

³⁹ BRASIL. *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Brasília: MEC, 2006.

relacionando-se com as crianças de modo predominante autoritário ou democrático.⁴⁰

Como se pode perceber, nada ocorre dissociado de outros contextos sociais, como é, por exemplo, o caso do contexto religioso. Conforme explica Kishimoto, as brincadeiras e os brinquedos não surgiram como tais. Nasceram, sim, das práticas dos adultos, dos rituais religiosos e astrológicos, das relações com a magia, das representações sobre a natureza, os espíritos, a vida e a morte, e parte de romances, poemas e narrativas, o que implica dizer que as brincadeiras também possuem um importante vínculo com o aspecto divino.⁴¹

Em relação a isso, Juliana dos Santos Lima e Gilberto Lima dos Santos destacam a existência de instituições educacionais que adotam postura relativista no que tange à educação em valores, escolas que não se posicionam sobre o desenvolvimento desses mesmos valores, havendo predomínio do entendimento de que tudo é relativo e de que não existe posição mais correta que a outra. Por isso mesmo, os atores que compõem o contexto escolar precisam ter consciência do seu importante papel no desenvolvimento moral do ser humano.⁴²

No mesmo sentido dá-se a percepção de Adriana Aparecida Rodrigues, para a qual a Educação Infantil, em um primeiro momento, deve somente observar, refletir e esperar pelas crianças e suas demonstrações de divindade: as crianças mais velhas devem ser observadas em seu trabalho, as mais novas em suas brincadeiras, só assim poderá se reconhecer as verdadeiras inclinações infantis. Rodrigues também afirma que devem ser cultivados o senso religioso, o conhecimento do corpo e da natureza, a memorização de poemas, o exercício de linguagens baseados na observação da natureza, desenhos, cores e pinturas, jogos, histórias, dramaturgias e exercícios variados.⁴³

Desse modo, a Educação Infantil oferece atividades pedagógicas que estimulam as crianças a ampliarem suas experiências e conhecimentos, fazendo com que se interessem também pelo convívio social, contemplando e transformando o ambiente ao redor. Tais atividades devem ser diversificadas, possibilitando experiências que estimulem a criatividade, a experimentação e a imaginação, trabalhando o lúdico, bem como os elementos que contribuam para o desenvolvimento das linguagens e, ainda, que atendam suas necessidades

⁴⁰ BARRIOS, Alia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; BRANCO, Ângela Uchôa. Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 91-99, 2011. p. 96.

⁴¹ KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos, brinquedos e brincadeiras do Brasil. *Revista Espacios en Blanco*, Tandil, n. 24, p. 81-106, 2014. p. 88.

⁴² LIMA; SANTOS, 2018. p. 158.

⁴³ RODRIGUES, Adriana Aparecida. A finalidade da educação infantil na sociedade contemporânea. *Revista Arakuaa de Educação*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 95-108, 2018. p. 99.

psicológicas, biológicas, históricas e sociais – inclusive no que concerne aos elementos e valores religiosos.⁴⁴

Seguindo essa linha de raciocínio, Lima e Santos afirmam que, havendo interesse em formar sujeitos capazes de refletir sobre os valores éticos, morais e religiosos, que sejam críticos e criativos, capazes de escolher valores que tornem a vida mais justa, faz-se imperativo que a escola ofereça situações que se traduzam em oportunidades de ocorrência de tais escolhas, reflexões e críticas. Afinal, no entendimento de Lima e Santos, não se pode ensinar o respeito mútuo, a solidariedade e a justiça sem as atividades que os promovam e que também, simultaneamente, provoquem processos reflexivos.⁴⁵

Mediante o exposto, assenta-se que as brincadeiras favorecem a personalidade infantil e contribuem para o ajustamento do ensino às necessidades infantis, tornando-se uma forma adequada para a aprendizagem das unidades temáticas escolares. As brincadeiras são benéficas ao desenvolvimento da criança e na capacidade de resolver problemas, auxiliando atingimento de metas. Acrescente-se que as brincadeiras estimulam as crianças para as unidades temáticas, através de linguagem, informações, significados culturais, assimilação de regras, imitação, assim como pela ludicidade, permitindo a construção de conhecimentos mais organizados.⁴⁶

1.3 Manifestações do fenômeno religioso na Educação Infantil

Em relação à diversidade cultural e religiosa na Educação Infantil, torna-se importante aqui discutir aspectos epistemológicos e práticos, assim como as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, cujo objetivo é fornecer aos/às docentes indicativos de uma fundamentação teórico-prática relevante para os/as educandos/as, visando formar cidadãos conscientes, que respeitem a diversidade cultural e religiosa brasileira. Trata-se de documento importante, visto que sua orientação se dá no sentido de contribuir para a minimização ou, até mesmo, a eliminação de quaisquer formas de preconceito ou de resistência à diversidade e à inclusão. Nesse sentido, a BNCC se constitui importante patamar educacional, cujas finalidades se alinham às necessidades sociais e educativas do país.

Em termos conceituais, a diversidade religiosa aponta para a essência dos valores positivos das tradições religiosas. O inclusivismo é uma atitude positiva em relação às

⁴⁴ RODRIGUES, 2018, p. 104.

⁴⁵ LIMA; SANTOS, 2018, p. 159.

⁴⁶ SILVA, Luciana do Nascimento; BRITO, Rosiene Santos; JESUS, Thamyres Madureira de. *Socialização na educação infantil e o papel dos jogos educativos*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 7.

crenças, afirmando seu valor, considerando as diferenças como mudança de linguagem e coloração cultural. Porém, o inclusivismo também pode ser mais criterioso, admitindo alto grau de elementos comuns incluídos em todas as religiões, sem insistir em hierarquizar as religiões.⁴⁷ Há também o que se entende por pluralismo religioso, sendo a condição, observada em algumas sociedades, onde não ocorre a hegemonia de uma única religião, ou onde a hegemonia religiosa tende a desaparecer.⁴⁸ O pluralismo religioso promove o desenraizamento cultural dos indivíduos, colocando fim à descentralização do domínio religioso sobre os mesmos.⁴⁹

Sendo assim, cabe aqui ressaltar a importância do respeito à diversidade cultural, tendo em vista que existem diversos aspectos, de grande relevância, os quais devem ser considerados. Na Educação Infantil, pelo espírito de reverência às crenças alheias, desencadeia-se o respeito mútuo que pode conduzir à paz. Tal argumento justifica a presença do ensino de valores religiosos na escola pública brasileira como instrumento capaz de formar o conceito de tolerância, evitando preconceito e discriminação. Tal conceito deve ser analisado sob diferentes perspectivas. Trata-se de uma tentativa de recuperação dos valores religiosos no espaço público, através da legitimação de autoridade sobre a vida cotidiana. Tais tentativas, no entanto, se fazem sobre novas bases, mais democráticas e preocupadas em respeitar as individualidades.⁵⁰

O currículo para a Educação Infantil, consideradas as suas categorias fundamentais – tempo, espaço, conhecimento, experiências e sujeitos – é, por certo, um dos elementos constituidores da sua identidade como prática social intencionada e desenvolvida em diversos contextos. Contudo, atualmente, a construção de uma identidade própria, capaz de abranger as especificidades da Educação Infantil, articulando internamente as duas etapas definidas na LDB – creche e pré-escola –, mas, ainda, articulando-a às demais etapas da educação básica, constitui-se um dos maiores desafios para a educação brasileira.⁵¹

Nesse sentido, entende-se que, pensar em um currículo que englobe o universo específico da Educação Infantil significa analisar de que forma as crianças são vistas nas

⁴⁷ PAINE, Scott Randall. Exclusivismo, inclusivismo e pluralismo religioso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 100-110, 2010. p. 100.

⁴⁸ PANASIEWICZ, Roberlei; ARAGÃO, Gilbraz. Novas fronteiras do pluralismo religioso: apontamentos sobre o pós-religioso e o transreligioso. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 40, p. 1841-1869, 2015. p. 1843.

⁴⁹ SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do Ensino Religioso em um mundo secular. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018. p. 864.

⁵⁰ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; KLEIN, Remi. Ensino Religioso e o diálogo inter-religioso nas escolas públicas: um desafio a ser enfrentado. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 36, n. 1, p. 64-79, 2015. p. 72. [online].

⁵¹ PONCE, Branca Jurema; DURLI, Zenilne. Currículo e identidade da Educação Infantil. *Revista Currículo Sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 775-792, 2015. p. 777.

instituições de Educação Infantil e, ainda, pela família e pela sociedade. Com isso, a construção do currículo para a Educação Infantil se faz necessária. Contudo, sua elaboração envolve inúmeros aspectos, de suma importância, como: formação dos professores e perfil dos profissionais para a Educação Infantil. Essas etapas requerem cuidado especial e, do mesmo modo, um olhar diferenciado em relação às crianças pequenas. Outro aspecto fundamental diz respeito às condições ambientais e organizacionais das escolas.⁵²

Destaca-se aqui que, o marco na conquista da constituição desse espaço da Educação Infantil é constituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), criadas em 2009. Essas diretrizes norteiam as propostas de Educação Infantil, orientando-as sobre questões da diversidade cultural, religiosa, étnica e racial, bem como a concepção de Educação Infantil, de criança, de currículo, e de proposta pedagógica.⁵³ Como se pode perceber, o currículo se constitui instrumento integrador, o qual trabalha o desenvolvimento da criança, a garantia da autonomia da instituição, a formação de professores/as com visão para as concepções de educação infantil, a seleção de conteúdos associada às metodologias e, ainda, a inclusão das famílias nas questões curriculares para ocorrer o sucesso da escola. Isso porque considera que as práticas nas escolas de Educação Infantil são viabilizadas através de relações sociais que as crianças estabelecem com os/as professores/as e as outras crianças. Sendo assim, as experiências vividas nessas escolas devem possibilitar a aprendizagem, considerando o contexto social, histórico e cultural, em decorrência de práticas que cuidem e eduquem, por meio das múltiplas linguagens, exercendo suas funções sociais, políticas e pedagógicas.⁵⁴

Conforme explica Isaac Pinto da Silva, o fenômeno religioso engloba as experiências imateriais que estão contidas, por exemplo, nas obras de arte, nos ritos, nos mitos e em outras manifestações, de modo a que o invisível seja sentido e observado. Transcender se constitui a capacidade de ultrapassar, de ir além do comum da matéria, além das fronteiras do conhecimento palpável e mensurável, para alcançar uma instância superior, que se encontra muito além de todos os limites conhecidos. Daí considerar-se transcendente o objeto da formação da consciência religiosa, pois, convoca as crianças a buscarem o saber intangível,

⁵² CLARO, Ana Lúcia de Araújo; CITTOLIN, Simone Francescon. *O currículo na Educação Infantil: uma análise teórica*. Curitiba: UFPR, 2014. p. 2.

⁵³ CLARO; CITTOLIN, 2014, p. 5.

⁵⁴ LIMA, Andreza Maria de; CARVALHO, Maria Jaqueline Paes de; MONTEIRO, Luciana Oliveira Freitas. Um estudo sobre currículo na Educação Infantil na produção científica da ANPEd nos últimos dez anos. *Eccos – Revista Científica*, São Paulo, n. 39, p. 115-130, 2016. p. 120.

por meio do despertar de valores igualmente intangíveis, mas sem os quais a vida se tornaria insuportável.⁵⁵

Atualmente, os valores religiosos constituem aspectos que, cada vez mais, têm suscitado interesse da academia. Conforme o entendimento de Liliana Cláudia Seehaber e Miguel Longhi, o *retorno ao sagrado* e à busca de experiências espirituais, muitas vezes carregadas de misticismo, devoção e magia, situa-se no campo das profundas e rápidas transformações que atingem agora a sociedade. A descrença crescente nas grandes ideologias do século XIX e XX – fundamentadas nos mitos do progresso infinito, da democracia plena, da justiça societária, da liberdade irrestrita e do conhecimento científico – resultou na crise das perspectivas unitárias que orientavam as ações e os projetos humanos mais ousados. Como reação a situações de desorientação generalizada na sociedade contemporânea, decorrentes do pluralismo das fontes de produção dos valores e dos modelos culturais, os indivíduos e os grupos sociais apresentam dificuldade para encontrar referências de sentido coerente, sendo levados a procurar novas formas de integração e identificação, cujo objetivo é a redução da complexidade.⁵⁶

Seehaber e Longhi também afirmam que subsiste a crença de que a vida humana precisa de sentido transcendente. Não como *escape* da concretude do mundo, realidade etérea ou habitação estratosférica, mas como abertura para a dimensão mais ampla: um mergulho no interior das coisas, um profundo envolvimento com a complexa trama existencial. Daí a afirmação de que os valores religiosos, em nova perspectiva, constituem-se a resposta cultural para afrontar as questões existenciais do ser humano frente a um mundo em constante transformação e desafiado pelas condições socioculturais cada vez mais complexas. Dessa forma, todas as expressões religiosas concretas existentes emergem como valor constituinte e ação significativa da condição humana.⁵⁷

Na visão de Alia Barros e outros autores, a construção da moralidade, em decorrência de sua natureza sociocultural, ocorre no marco das relações e interações da criança com seus colegas e com os adultos responsáveis por ela, bem como a partir da vivência concreta no âmbito de práticas culturais específicas e do cotidiano. O desenvolvimento de valores éticos e morais (com íntima relação com os valores religiosos) surge como parte de um currículo denominado *oculto*, visto apresentar-se sutilmente, sendo ainda desconhecido para a maioria

⁵⁵ SILVA, Isaac Pinto da. Ensino Religioso na sala de aula: contribuições à formação do aluno e à aprendizagem de valores. *Revista Unitas*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 166-174, 2014. [online]. p. 168.

⁵⁶ SEEHABER, Liliana Cláudia; LONGHI, Miguel. Ethos e cultura no ensino religioso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Belém, v. 4, n. 12, p. 241-250, 2007. p. 243.

⁵⁷ SEEHABER; LONGHI, 2007, p. 243.

dos/as professores/as. Nesse cenário do currículo oculto, no entanto, acontecem várias interações e se verificam mensagens culturais caracterizadas pela ambiguidade e pela contradição.⁵⁸

Conforme entendimento de Carlos Rodrigues Brandão, o processo de ensino e aprendizagem deve estar diretamente relacionado com o cotidiano das crianças, possibilitando que busquem o desenvolvimento de uma mentalidade questionadora, formando pessoas que, frente aos problemas, não se esconderão ou se acomodarão, mas que, ao contrário, saberão encontrar soluções cuja linha-mestra seja fundamentada na solidariedade, no interesse coletivo e na democracia.⁵⁹

Para Viviane Cristina Cândido, os valores religiosos no âmbito da Educação Infantil, têm como pressuposto a dignidade humana, a qual, a despeito da opção religiosa, consiste em trabalhar o fenômeno religioso. O reconhecimento das diferentes tradições religiosas, bem como o valor do respeito às diferentes tradições necessita acontecer já nos anos iniciais. Assim, torna-se fundamental ressaltar o papel do/a professor/a como referência para as crianças. Afinal, em diferentes graus de intensidade, todo/a professor/a influencia as crianças através de suas atitudes e de sua postura⁶⁰ – inclusive a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e Médio sinaliza essa reflexão.

Diante disso, torna-se fundamental observar que a questão educacional se constitui também uma questão ética e moral, visto que oferece informações essenciais para o bem-estar das famílias, criando sociedades mais saudáveis, que podem educar melhor suas crianças. Isso porque se entende que a Educação Básica e de qualidade é a chave para o bem-estar – em um sentido mais amplo. Dessa forma, a Educação Infantil deve ser considerada como a base social necessária à consolidação de uma proposta humanista, sendo, portanto, universalizada e de qualidade, através de uma educação que deve também, desde os primeiros anos, fazer crescer os ideais de solidariedade, de cuidado e de respeito para com o outro.⁶¹

Segundo o entendimento de Dermeval Saviani, faz-se necessário lembrar que todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político, visto estar intimamente relacionado a compromissos sociopolíticos mais amplos, trazendo toda a visão de mundo e a ideologia que implanta. Não há que se falar em neutralidade em educação – mesmo na

⁵⁸ BARRIOS; MARINHO-ARAÚJO; BRANCO, 2011, p. 92.

⁵⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 15.

⁶⁰ CÂNDIDO, Viviane Cristina. Aprendendo a ensinar. *Revista Diálogo*, São Paulo, v. 7, n. 27, p. 35-45, 2002. p. 40.

⁶¹ BRANDÃO, 2007, p. 16.

Educação Infantil –, pois, toda proposta educacional se constitui uma proposta de valores que se querem hegemônicos.⁶²

Maria de Lourdes Manzini-Covre afirma que no mundo moderno, a escola pode ser entendida como um palco privilegiado para a aprendizagem da cidadania e dos demais valores éticos e morais que a reforçam. Afinal, é na escola que o indivíduo, ainda criança, aprende a conviver com os demais. Obviamente que, antes de atingir a idade escolar, a criança já tem a experiência familiar e a experiência com os/as outros/as meninos/as que residem próximos à sua casa. Não obstante, no interior das famílias as relações são baseadas em sentimentos decorrentes do parentesco e, comumente, não há contraditório, havendo mais condescendência. Na rua, com os amigos, em função da pouca idade e da constante presença vigilante dos adultos, a criança é salvaguardada da rede de interesses pessoais que permeará sua vida mais tarde.⁶³

Daí porque a Educação Infantil deve oferecer uma adequada base de conhecimentos, possibilitando às crianças interpretarem a realidade que as cerca, para se tornarem, gradativamente, agentes conscientes na correção das injustiças sociais e na criação de um mundo fraterno-sororal. E isso deve ser ensinado desde cedo, pois, como instrumento para formação de consciência, a exaltação da diversidade pode se constituir instrumento de transformação.⁶⁴

Nesse sentido, a Educação, mesmo quando ofertada ao nível infantil, possui inúmeras funções que, guardadas as devidas proporções, assemelham-se às funções da religião, enquanto busca a promoção da elevação do espírito humano, dotando as crianças de um conjunto de valores que os/as tornem mais altruístas, por conseguinte, mais preocupados/as com o bem-estar dos demais. Nesse sentido, tanto a Educação quanto a religião precisam incentivar o caráter prático de seus ensinamentos, sem o qual pouco ou nada valerão.⁶⁵ Tem-se então que, independentemente de haver – ou não – uma religião definida, os valores religiosos operam no interior das estruturas sociais, relacionando intimamente contextos históricos específicos, assumindo um potencial transformador.

Contudo, cabe aqui destacar que, a afirmação da educação laica prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) situa a formação religiosa como responsabilidade específica da família, não cabendo à escola vincular o ensino a preceitos ou

⁶² SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 194.

⁶³ MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 75.

⁶⁴ SAVIANI, 2007, p. 195.

⁶⁵ MANZINI-COVRE, 2006, p. 75.

a determinadas práticas religiosas. Embora este princípio fortaleça o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas necessárias à formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social através do acesso a diferentes culturas, a apropriação da religião como um elemento doutrinário ou inibidor de determinadas experiências no contexto escolar, subverte a função principal da escola na formação das crianças.

O destaque a este aspecto temático se origina dos intensos conflitos vividos hoje nos CMEIs quando, em função de alguns preceitos e crenças religiosas, as crianças estão sendo impedidas de se apropriarem de práticas culturais e pedagógicas que, grosso modo, representariam um confronto com a formação religiosa dada pela família. A escola é laica, ou seja, sem ligações com sistemas religiosos. Conduzir ou formar a criança a um determinado preceito religioso cabe à família.

Porém, faz-se necessário acolher as diferentes culturas, crenças e valores que caracterizam nossa comunidade escolar, através do exercício diário do ouvir, observar e aprender com as famílias, repudiando qualquer forma de discriminação e atitudes preconceituosas que impeçam a construção de uma *práxis* pedagógica multicultural (que respeita todas as culturas) e intercultural (que aprende a dialogar e a interagir com as diferentes culturas).

Se por um lado, não podemos negar a influência do calendário cristão nas práticas escolares (natal, páscoa, festa junina, carnaval, etc.), por outro lado, estas atividades transformadas em motivações pedagógicas, não podem subverter a função laica da escola e nem mesmo transformar determinadas práticas culturais (dança, música, brincadeiras, etc.) em mecanismos de doutrinação religiosa ou de intolerância religiosa. As crianças, os profissionais que atuam na Educação Infantil e a família devem ser levados a conhecer o significado de cada evento, aprendendo a respeitá-lo independente de sua religião.⁶⁶

De acordo com Ricardo Gondim, a partir da década de 50 do século XX, intensificou-se o debate sobre a relação entre evangelização e civilização, ou seja, evangelismo e responsabilidade social, em que diversos pensadores tentaram expressar a missão das igrejas relacionando-as ao desenvolvimento, à presença no meio social, ao diálogo inter-religioso, à justiça, à paz e a outros conceitos de igual importância.⁶⁷

Claudino Gilz e Sérgio Rogério Azevedo Junqueira acreditam que, ainda na Educação Infantil – respeitando-se a linguagem e a intensidade da abordagem própria de cada faixa

⁶⁶ VITÓRIA (ES). *Secretaria Municipal de Educação Infantil: um outro olhar*. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 75.

⁶⁷ GONDIM, Ricardo. *Missão integral: em busca de uma identidade evangélica*. São Paulo: Fonte, 2010. p. 63.

etária – deve-se buscar a inserção de valores religiosos, tomando o cuidado de não ferir, no entanto, a laicidade do Estado. Essa inserção visa contemplar a etapa de desenvolvimento das crianças, abrangendo temas que possam ser significativos a cada um/a deles/as, tais como: a relação com a vida; a importância do relacionamento com os/as demais; a ação da criança diante dos acontecimentos.⁶⁸ Em relação a isso, cabe aqui ressaltar o entendimento de Madalena Fernandes, segundo o qual:

Os valores religiosos, quando trabalhados corretamente podem contribuir para que as crianças se tornem comprometidas com a qualidade de vida, em que a justiça, a fraternidade, o diálogo e o respeito pelo diferente, pelos/as desfavorecidos/as, pelas tradições e culturas priorizem a paz, a unidade, a esperança e a solidariedade. Admitido como integrante da formação global, os valores religiosos favorecem a humanização dos/as educandos/as e dos/as educadores/as, como sujeitos de seu desenvolvimento e protagonistas na construção de um mundo novo, humano e solidário. Muitas vezes é pelo vazio desse tipo de abordagem que no relacionamento humano o Direito se tornou a lei do mais forte e a vida social termina no egoísmo que semeia as injustiças. Eis a finalidade da educação pautada por valores religiosos na vida das crianças: tentar orientá-las para a dimensão libertadora e não alienante.⁶⁹

Como se vê, a Educação Infantil também deve auxiliar as crianças a desenvolverem a percepção das diferenças (alteridade). Isso possibilita a distinção entre o “eu” e o “outro”, “nós” e “eles”, cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos (representações, saberes, crenças, convicções, valores) necessários à construção das identidades. Tais elementos embasam a unidade temática *identidades e alteridades*, a ser abordada desde a Educação Infantil. Com isso, pretende-se que as crianças reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu (subjetividade) e os outros (alteridades), da compreensão dos símbolos e significados e da relação entre imanência e transcendência. Aceitando como regra essa concepção, pode-se afirmar que o presente estudo se concentra naquilo que Fernandes também julgou importante:

Na perspectiva moderna, o ensino de valores religiosos pretende contribuir para que as crianças tenham esperança e utopia, de modo a buscarem – quando adultas – uma sociedade justa, humana e solidária; capacidade de dialogar com os diferentes, em um contexto de uma sociedade ao mesmo tempo plural e desigual; condições de buscar o transcendente sem perder de vista o compromisso ético com o ser humano; senso crítico e discernimento tanto para fazerem a leitura do mundo à sua volta quanto para fazer a distinção entre o certo e o errado com base em valores religiosos

⁶⁸ GILZ, Claudino; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A coleção “Redescobrimdo o universo religioso” – “O quê?” e o “para quê?” do ensino de religião na escola e na formação do professor. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Belém, v. 6, n. 12, p. 177-184, 2017. p. 182.

⁶⁹ FERNANDES, Madalena. *Afinal, o que é o ensino religioso?* Sua identidade própria em contraste com a catequese. São Paulo: Paulus, 2000. p. 30-31.

e humanistas; engajamento e militância nas causas que envolvem o enfrentamento de toda forma de opressão, exploração, exclusão, dominação e discriminação.⁷⁰

Segundo as explicações formuladas por Álvaro Luiz Montenegro Valls, a ética, termo de origem grega, constitui a ciência do comportamento moral do ser humano em sociedade. Ou seja, trata-se da investigação de uma forma específica de comportamento humano.⁷¹ É o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja absolutamente. A ética analisa o comportamento humano e revela seus erros e desvios; formulando princípios básicos aos quais deve se subordinar a conduta humana, em quaisquer contextos. A par de valores estáveis, a ética revela-se ajustável a cada época e a cada circunstância. A ética depende da filosofia, pois, cada sistema moral baseia-se em outro, de natureza filosófica e, conseqüentemente, varia com as filosofias e por influência do pensamento religioso específico de cada tempo e lugar.⁷²

Ainda conforme o entendimento de Valls, torna-se imperioso não esquecer que, nas sociedades modernas, não se constata relações apenas de caráter individual, mas também entre grupos – relações essas que não podem ser excluídas no âmbito da moral e que, por conseguinte, têm de ser reguladas por normas éticas e valores.⁷³ No âmbito da ética geral, o indivíduo não pode se esquecer de sua situação enquanto membro da coletividade: quanto mais importante e elevada for a atividade desempenhada, tanto mais ela se projetará, eticamente, sobre o ser humano, impondo-lhe uma conduta que não o prejudique, nem prejudique aos demais.

Na visão de Fernando Savater, o maior bem humano é a liberdade. Um princípio básico da vida boa é tratar as pessoas como pessoas livres. A condição que permite exigir que cada humano seja tratado como semelhantes aos outros é denominada *dignidade*. É a dignidade humana que torna o outro, um semelhante, porque atesta que cada ser humano é único e possui os mesmos direitos ao reconhecimento social.⁷⁴ Porém, não raramente, a experiência da vida revela a realidade do sofrimento. Levar o outro a sério colocando-se em seu lugar consiste não apenas em reconhecer sua dignidade de semelhante, como também em solidarizar-se com suas dores. Disso nasce a ideia de ética do cuidado. E isso pode ser ensinado às crianças, ainda na Educação Infantil, para que cresçam abertas às ideias de

⁷⁰ FERNANDES, 2000, p. 30-31.

⁷¹ VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 13.

⁷² VALLS, 2000, p. 13.

⁷³ VALLS, 2000, p. 14.

⁷⁴ SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 153.

igualdade, respeito e diversidade. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEIs) estabelecem que tal nível de ensino possibilite vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade. Diante dessas observações, surgem como complemento as ideias de Viviane Cristina Cândido, para a qual o despertar da consciência religiosa, promovido na Educação Infantil, deve se referir à questão do sentido da vida que trataria daquilo que, em todas elas, seja gerador de vida e não apenas do como e do quanto estas religiões, por seus aspectos institucionais, influenciam a cultura.⁷⁵

A consciência religiosa trabalha com a espiritualidade, que se constitui na dimensão mais profunda dos seres humanos, buscando estabelecer uma linguagem que possibilite às pessoas buscarem o seu melhor, por razões igualmente intangíveis. Esse *melhor* – de que trata o objeto da consciência religiosa – não se traduz diretamente no melhor profissional, nem no sujeito mais bem-sucedido. Trata-se de auxiliar as pessoas a encontrarem a paz nelas, bem como a buscarem sua melhor adequação ao meio social (e, também, ao meio ambiente – já que tudo está interligado). É um modo de colocar em prática o aforismo grego “conheça-te a ti mesmo!”. E esse conhecer não é vazio, mas sim pleno de intenções harmônicas norteadas pela boa-fé e pela vontade de irmanar-se com as demais pessoas, o que, por conseguinte, tenderá a conduzir a humanidade a um momento de paz, justiça e ausência de todas as formas de preconceito.⁷⁶ Nesse sentido cabe destacar que:

Se algumas atividades desenvolvidas têm gerado conflito na relação do CMEI com a família, faz-se necessário clarificar a função social e cultural do conhecimento também como um elemento promotor de solidariedade, de paz, de justiça, de cidadania e de fraternidade. À escola não pode ser negado o direito de fazer uso de práticas que revelam a beleza, a importância da pluralidade de nossas raízes históricas e culturais também presentes nas diferentes religiões e nem mesmo ser indiferente à influência do fenômeno religioso no tecido social. É função dela transmitir os valores éticos, morais e estéticos que promovam o respeito, a solidariedade e contribuam para a cultura da paz como um patrimônio humano universal, fazendo uso das diferentes linguagens (plástica, musical, corporal, oral, escrita etc.) e dos conhecimentos historicamente acumulados.⁷⁷

Analisando a presença do saber relacionado à consciência religiosa nos currículos escolares brasileiros, Santos entendeu que esta assumiu várias categorias de proposta de legislação ao longo da história. A proposta vigente reconhece a diversidade de identidades,

⁷⁵ CÂNDIDO, Viviane Cristina. Ensino Religioso na Educação Infantil: ênfase na construção de uma área de conhecimento pela proposição de temas específicos. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Belém, v. 4, n. 12, p. 263-270, 2007. p. 265.

⁷⁶ SILVA, 2014, p. 169.

⁷⁷ VITÓRIA (ES), 2006, p. 76.

valorizando o respeito e o direito às diferenças.⁷⁸ No entendimento de Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro, a educação possui o caráter democrático, o que remete à necessidade de se ministrar um ensino que desperte a consciência religiosa que, respeitando as orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como na Lei de Diretrizes e Bases, considere a diversidade dos conteúdos a serem abordados indiretamente ao longo da Educação Infantil.⁷⁹

Para Marcos André Scussel, o ser, a cultura e a fé fazem parte da estrutura humana e se manifestam no fenômeno religioso. O ser humano inclui sua relação com as significações. Seu ser é espiritual, mesmo nas expressões mais básicas dos primeiros seres humanos. O humano é um ser espiritual e seu mundo se constitui do que ele é, de suas significações e de seus valores. Assim sendo, o fenômeno religioso ocorre na experiência cotidiana, na relação com o mundo, com o transcendente, com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. Tal fenômeno religioso que perpassa a vida concreta das pessoas e das culturas influencia as suas relações, concepções, valores, conceitos, atitudes, pensamentos e emoções. Tudo isso se manifesta por meio do fenômeno religioso que é manifestação natural da religiosidade humana.⁸⁰

Não obstante, Scussel também entende que cabe à escola, desde a Educação Infantil, possibilitar que o ensino se transforme em espaço educativo, de partilha, reflexão e construção de saberes, dentre os quais os valores religiosos ocupam lugar especial. Tudo isso para que a criança esteja aberta ao novo e ao diferente, conhecendo e acolhendo as verdades específicas de outras tradições religiosas, tendo clareza da sua religiosidade para acolher a experiência do outro a partir de seu respectivo fenômeno religioso.⁸¹

No que lhe concerne, Laude Brandenburg reforça a necessidade de se promover a abordagem da consciência religiosa a partir da infância e do aspecto multicultural do universo escolar.⁸² Ao longo do período em que se dá a Educação Infantil, as crianças vivenciam situações que contribuem sensivelmente para aprimorar sua participação nas práticas sociais. Por concordar com tal premissa, Maria Malta Campos afirma que:

⁷⁸ SANTOS, Silvana Fortaleza dos. *Ensino Religioso: uma perspectiva para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental*. Curitiba: IBPEX, 2009. p. 47-48.

⁷⁹ BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. *As ciências das religiões: uma alternativa para o ensino religioso*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. [online]. p. 119.

⁸⁰ SCUSSEL, Marcos André. O ser e o fazer no ensino religioso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Belém, v. 4, n. 12, p. 251-262, 2007. p. 257.

⁸¹ SCUSSEL, p. 257-258.

⁸² BRANDENBURG, Laude. E. O ensino religioso e a educação infantil. In: WACHS, Manfredo Carlos; FUCHS, Henri Luiz; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí (orgs.). *Práxis do ensino religioso na escola*. São Leopoldo: Sinodal, 2007, p. 102-107. p. 106-107.

O pressuposto adotado é que a frequência a uma creche ou pré-escola de qualidade faz a diferença na vida das crianças não só em se tratando do impacto positivo em sua trajetória escolar posterior, mas também, e principalmente, no que diz respeito à natureza das experiências vividas durante o tempo em que frequentam estas instituições, possibilitando uma plena vivência de sua infância e ampliando suas possibilidades de compreensão e interação com o mundo e pessoas ao seu redor.⁸³

Sobre isso, Cândido sugere que na Educação Infantil os componentes inerentes aos valores religiosos passem por três momentos básicos: a) a percepção de si mesmo; b) a descoberta/reconhecimento do outro; e, c) a vivência. Tem-se, assim, a proposição de uma consciência religiosa na Educação Infantil, fundamentada na diferença, a qual considera as diferenças entre as crianças na sala de aula e – simultaneamente – um ensino voltado para a consciência religiosa que pretenda dar visibilidade às diferenças, assumindo-as e problematizando-as, para trazer os conflitos delas advindos à luz da discussão. Enfim, trata-se de uma Educação Infantil que não finge que tais diferenças não existem, mas que as valorize cotidianamente.⁸⁴

O desenvolvimento do pensamento religioso na Educação Infantil permeia a difusão da consciência religiosa, mas não somente como transmissão de conteúdo, mas uma educação que visa o olhar cuidadoso para a compreensão da prática do processo ensino-aprendizagem.⁸⁵ Não obstante, Remí Klein, afirma que os seres humanos, incluem também as crianças, que podem compreender e expressam sua fé e a sua religiosidade utilizando-se do visível para falar do invisível; presente para falar do ausente; humano para falar do divino; imanente para falar do transcendente.⁸⁶

Em síntese, após ter apresentado neste primeiro capítulo um breve debate acerca da Educação Infantil brasileira e da formação do indivíduo, discutindo seus principais conceitos e sua evolução histórica, bem como os principais objetivos desse nível educacional, além dos valores religiosos e éticos que o orientam, passa-se agora, no segundo capítulo, a discutir a Educação Infantil brasileira e sua relação com a promoção da diversidade, apresentado sua base jurídica, bem como debatendo sobre alguns de seus principais problemas, além de abordar a questão da diversidade religiosa que, em tese, já deve ser trabalhada nesse nível educacional.

⁸³ CAMPOS, Maria Malta. A qualidade da Educação Infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 20-54, 2011. p. 28.

⁸⁴ CÂNDIDO, 2007, p. 267.

⁸⁵ PONTES, M. M. Ensino religioso como educação cidadã. In: REBLIN, Iuri Andréas (org.). *10 Teses sobre religião e educação*. São Leopoldo: Faculdades EST, 2017, p. 09-18. p. 9.

⁸⁶ KLEIN, Remí. O lugar e o papel dos símbolos no processo educativo-religioso. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 46, n. 2, p. 74-83, 2006. p. 75.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA

Este segundo capítulo tem por objetivo tratar a questão da Educação Infantil brasileira e sua capacidade de promover a diversidade religiosa. Para tanto, primeiro é apresentado um breve resumo acerca do ordenamento jurídico que fundamenta esse nível de educação. Em seguida, abordam-se alguns dos principais problemas inerentes à Educação Infantil no Brasil, e, por último, discorre-se a respeito de como a diversidade religiosa é ensinada na Educação Infantil, considerando-se que nesse nível escolar não existe, ainda, a disciplina Ensino Religioso.

2.1 Base jurídica da Educação Infantil

Sendo, a princípio – e por orientação legal –, responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, a oferta da Educação Infantil possui situações díspares, posto que cada um dos mais de 5.500 municípios brasileiros tem autonomia para se organizar como sistema de ensino. Considerando-se o grande número de cidades, pode-se imaginar a variedade de redes escolares de Educação Infantil. Ademais, existem diferenças de caráter econômico, geográfico e social entre os municípios, o que provoca impactos nas políticas públicas e nas possíveis ações dirigidas a essas mesmas redes de ensino.⁸⁷

Em relação à Constituição de 1988, importantes emendas constitucionais alteraram a Educação Infantil, como a Emenda Constitucional n.º 53/2006, que combinada com a Lei Federal n.º 11.274, regulamentou que o Ensino Fundamental passasse a ter nove anos – e não mais oito anos – de duração. Ou seja, as crianças de 6 anos, que antes eram atendidas na Educação Infantil, passaram a frequentar o primeiro ano do Ensino Fundamental.⁸⁸

Independente da inexistência de determinação da obrigatoriedade à época, o Plano Nacional de Educação (PNE), voltado ao período 2001-2010, criado pela Lei Federal n.º 10.172/2001, estabeleceu a oferta educacional, até o final daquela década, para, no mínimo, 50% da população da faixa etária creche e 80% daquela em idade de pré-escola. Segundo as explicações de Léa Tiriba e Maria Luíza Rodrigues Flores, ao final da mencionada década, o Brasil havia atingido 81,30% da faixa de quatro e 5 anos, atingindo a meta inicialmente prevista. Entretanto, analisando-se o contexto da oferta no país, torna-se possível identificar

⁸⁷ ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. *Panorama das políticas de educação infantil no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2018. p. 21.

⁸⁸ ABUCHAIM, 2018, p. 15.

desigualdades nesse acesso, caracterizadas por questões regionais, socioeconômicas e etárias. Sobre a faixa etária de creche, o percentual de cobertura foi de apenas 18,99% ao final da primeira década do presente século, indicando que o acesso desse grupo etário se encontrava distante da meta prevista.⁸⁹

Outra alteração veio com a Emenda Constitucional n.º 59/2009, que tornou compulsória a matrícula de crianças a partir dos 4 anos, cabendo às famílias fazerem a matrícula e aos municípios disponibilizar vagas em estabelecimentos públicos, em volume suficiente para atender à demanda dessa faixa etária. Assim, o direito à Educação Infantil tornou-se direito público subjetivo, prerrogativa constitucional indisponível – sendo que os municípios não podem demitir-se do mandato constitucional, juridicamente vinculante, cabendo também ressaltar que, conforme a meta 1, do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2014-2024, deve-se universalizar a pré-escola, o que significa um grande desafio em relação à situação de atendimento.⁹⁰

Ressalta-se que a Lei Federal n.º 12.796/2013, alterando a LDB (Lei Federal n.º 9.394/1996), estabeleceu, pela primeira vez, que a Educação infantil passasse a integrar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impondo regras em relação à carga horária, à frequência e à avaliação desse nível educacional. No tocante às orientações pedagógicas, o documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, do Conselho Nacional de Educação (CNE), revisto em 2009, possui caráter mandatório em relação às práticas realizadas nos estabelecimentos públicos e privados de Educação Infantil.⁹¹

Cabe ainda ressaltar a Lei Federal n.º 13.257/2016, que dispõe sobre o Marco Legal da Primeira Infância, destacando as políticas públicas para a primeira infância no que se refere à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança, definindo áreas prioritárias para a formulação e para a implementação de políticas públicas para a primeira infância, tais como saúde e alimentação, nutrição, educação infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, brincadeira, lazer, espaço, meio ambiente, bem como proteção.⁹²

Diolinda Franciele Winterhalter afirma que a configuração atual da Educação Infantil é também resultado de uma nova concepção de infância, compreendida como impulsionadora das transformações que originaram tal nível de ensino em sua forma institucional. Essa nova

⁸⁹ TIRIBA, Léa; FLORES, Maria Luíza Rodrigues. A educação infantil no contexto da base nacional comum curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais brasileiras. *Revista Debates em Educação*, Maceió, v. 8, n. 16, p. 157-183, 2016. p. 165.

⁹⁰ ABUCHAIM, 2018, p. 15.

⁹¹ ABUCHAIM, 2018, p. 17.

⁹² ABUCHAIM, 2018, p. 19-20.

concepção se refere ao modo como a infância passou a ser compreendida, oferecendo visibilidade às particularidades infantis. A ideia de que a criança era tão-somente a representação do adulto em miniatura foi desacreditada e, a criança passou a ser entendida como sujeito dotado de direitos, capaz de produzir cultura.⁹³

Aqui faz-se necessário abrir um breve *hiato*, para que se traga à discussão o conceito de *infância*. Claudete Beise Ulrich e Martinélia Rodrigues de Almeida Grasselli chamam a atenção para a distinção entre criança e infância, dado que não são termos sinônimos. *Criança* é o ser humano em sua condição de desenvolvimento. *Infância* se constitui uma condição da criança. No Brasil, por exemplo, há diversas categorias de infâncias, dependendo de onde a criança vive e a qual grupo social, cultural ou étnico pertença. Não obstante, a despeito de onde a criança esteja, ela necessita viver a infância e, como se pode perceber, a partir da Constituição de 1988, a criança teve os seus direitos assegurados, mas que não são de fato realizados.⁹⁴

Uma importante questão, ressaltada por Luiz Henrique Gomes da Silva e Bernardete de Lourdes Streisky Strang, refere-se ao texto inicial do artigo 208, inciso I, da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996, que determinou a perda da obrigatoriedade do Ensino Fundamental para aqueles/as que a ele não tiveram acesso na idade própria. Posteriormente, o mesmo inciso da mencionada Carta Magna sofreu alteração pela Emenda Constitucional n.º 59/2009, estabelecendo a Educação Básica gratuita e obrigatória dos quatro aos 17 anos. Como se pode perceber, os/as legisladores/as constituintes não estenderam a garantia da obrigatoriedade às crianças, conforme consta no inciso IV do mesmo artigo 208. Mais tarde, porém, a Emenda Constitucional n.º 53/2006 alterou tal inciso, reduzindo o limite de 6 para 5 anos. No entanto, mesmo com a Emenda Constitucional n.º 59/2009, não existe menção quanto à obrigatoriedade e gratuidade para tal faixa etária.⁹⁵

Em relação ao financiamento da Educação Infantil, a Carta Magna outorgada em 1988 determinou que no mínimo 25% das receitas tributárias dos Estados e municípios e, ainda, 18% dos impostos federais devam ser aplicados na educação. Tais vinculações se constituem

⁹³ WINTERHALTER, Diolinda Franciele. A presença da educação infantil nas políticas educacionais: da Constituição de 1988 ao PNE (2011-2020). In: ANPED SUL - A pesquisa em educação na Região Sul: percursos e tendências (26 a 29 out. 2014), X, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPED, 2014, p. 1-16. p. 2.

⁹⁴ ULRICH, Claudete Beise; GRASSELLI, Martinélia Rodrigues de Almeida. Cuidar, brincar e educar na educação infantil: educação para a paz – aprender a respeitar a diversidade. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 492-507, 2019. p. 494.

⁹⁵ SILVA, Luiz Henrique Gomes da; STRANG, Bernardete de Lourdes Streisky. A obrigatoriedade da Educação Infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 31, n. 1, p. 1-19, 2020. p. 7.

a base do financiamento educacional no Brasil. Os recursos municipais destinam-se às etapas de ensino de sua competência: Educação Infantil e Ensino Fundamental, prioritariamente nos anos iniciais.⁹⁶ Em 2007, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), significou novo passo na história do financiamento da educação do país, especialmente para a Educação Infantil, posto que, pela primeira vez, tal nível de educação foi incluído em uma política de financiamento público de educação.⁹⁷ O FUNDEB possui estrutura semelhante ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef). A Educação Infantil se constitui o segmento que possui os custos mais elevados na Educação Básica. Isso porque, historicamente, apresenta déficit em relação à infraestrutura, espaços adequados, recursos humanos e pedagógicos, baixo atendimento e, ainda, os descritores para distribuição dos recursos do FUNDEB para creche e pré-escola são baixos.⁹⁸

Segundo o entendimento de Rosânia Campos e Maria Carmen Silveira Barbosa, a Educação Infantil, enquanto direito reconhecido pela Constituição de 1988, trouxe outros importantes atores para o debate, evidenciando novas e complexas combinações entre as esferas públicas e privadas, como comunitário, público não estatal, terceiro setor, privado, que repercutiram diretamente na forma de atendimento voltado às crianças pequenas. Uma dessas repercussões foi no plano econômico, especificamente nas diversas categorias de atendimento institucionalizadas no Brasil, orientados pela classe econômica predominante das famílias e crianças. Isso fez surgir novas polêmicas acerca da natureza dos programas e políticas em ação, bem como sobre a lógica do atendimento com o menor custo, redundando em lidar pobremente com a pobreza.⁹⁹

Em relação à principal razão de ser da política de Educação Infantil, Fúlvia Rosemberg esclarece que, no contexto brasileiro – após promulgação da Constituição Federal de 1988 –, existem dois pontos consensuais, apesar de estarem em frequente tensão: o primeiro diz respeito ao direito da criança de até 5 anos à educação via creches e pré-escolas; o segundo, refere-se ao direito de mães e pais trabalhadores/as a que seus/suas filhos/as sejam acolhidos/as em creches e pré-escolas. Infelizmente, no Brasil, não houve mobilização política suficiente para integrar as duas perspectivas. Daí algumas tensões que atualmente se

⁹⁶ ABUCHAIM, 2018, p. 30.

⁹⁷ SANTOS, Joedson Brito dos. O financiamento da Educação Infantil a partir da implementação do FUNDEB: avanços e limites. *Revista Notandum*, Maringá, v. 22, n. 50, p. 19-43, 2019. p. 20.

⁹⁸ SANTOS, 2019, p. 21.

⁹⁹ CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. BNCC e educação infantil: quais as possibilidades? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, 2015. p. 355.

enfrentam na Educação Infantil serem mais intensas do que aquelas enfrentadas por países nos quais essa integração política ocorreu.¹⁰⁰

Nas creches, as ações de promoção da saúde no contexto da primeira infância consideram a prescrição de práticas corporais/atividades físicas, com ênfase nas atividades lúdicas/recreativas em ambiente satisfatório e seguro para garantir às crianças pequenas o acesso a um desenvolvimento biopsicossocial de boa qualidade. Para tanto, considera, também, que o desenvolvimento dessas crianças deva englobar as dimensões física, psíquica e social, servindo-se das mais diversas áreas do conhecimento humano, estimulando primeiro o corpo e, na sequência, as atividades que se relacionam aos campos afetivo, cognitivo e social (onde residem também os valores éticos, morais e religiosos), para potencializar a aprendizagem dos conteúdos curriculares.¹⁰¹

Atualmente, a função educativa das creches é de máxima importância no Brasil, sendo apoiada nos saberes profissionais, com base em teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil, para que as creches forneçam às crianças a ampliação de seus modos de socialização e sociabilidade, visto que a creche tem como principal proposta o desenvolvimento integral da criança pequena, desempenhando também a função de mediadora de aprendizagens, já que é na escola que a criança brinca e aprende com as brincadeiras, em meio a um ambiente que proporciona crescimento seguro e saudável.¹⁰² Nesse sentido, entende-se também que:

A creche como espaço educacional, tem a concepção que vincula educação e cuidado, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Dentro desse contexto, as creches e pré-escolas, devem acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, com o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.¹⁰³

¹⁰⁰ ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de educação infantil e avaliação. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 44-75, 2013. p. 53.

¹⁰¹ COUTO, Fernanda Maria do; COUTO, Daniela Paula do; BRUNHEROTTI, Marisa Afonso Andrade. O ambiente coletivo na educação infantil: a importância da recreação para o desenvolvimento integral da criança. *Revista Aletheia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 50-65, 2019. p. 50-51.

¹⁰² SILVA, Elaine Costa Soares da; ALVES, Lorryne Aparecida Ferreira; GUISSO, Sandra Maria. O desenvolvimento da autonomia em crianças da creche, a partir de propostas metodológicas para trabalhar os campos de experiências previstos na BNCC. *Revista Interdisciplinar da FARESE*, Santa Maria de Jetibá, v. 1, n. 01, p. 43-68, 2019. p. 46.

¹⁰³ SILVA; ALVES; GUISSO, 2019, p. 48-49.

Ainda conforme o entendimento de Rosemberg, uma das principais particularidades da Educação Infantil brasileira, quando confrontada com as etapas posteriores da Educação Básica, deriva da maior vulnerabilidade estrutural da criança pequena em face das pessoas mais velhas – as quais dispõem de maior autonomia e visibilidade social. Tal vulnerabilidade estrutural, na forma de menor visibilidade, autonomia e poder de negociação política, colocam a Educação Infantil em condição de alerta na observância de padrões éticos mínimos atualmente trabalhados nesse nível de ensino.¹⁰⁴

A realidade, conforme destacam Dulcilene Rodrigues da Silva e Daniel Moreira Tavares, revela que, apesar da conquista do reconhecimento da Educação Infantil pela Constituição Federal, entendendo que a criança se constitui um sujeito de direitos e deveres, novos avanços começaram a ser alcançados. Com base nesse cenário, cabe reconhecer os consideráveis avanços decorrentes de importantes documentos, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Entretanto, ainda existem inúmeros problemas a serem superados – na legislação e, também, no que concerne à prática pedagógica e, ainda, à estrutura física das escolas. Faz-se imperativo superar os desafios da ideia assistencialista, avançando para uma perspectiva integradora.¹⁰⁵

Um ambiente educacional de qualidade, direcionado às crianças pequenas, deve contar com espaços diversificados para que a construção dos processos educativos e as práticas dos/as professores/as sejam efetivadas satisfatoriamente. Quanto a isso, o planejamento do ambiente das creches deve proporcionar às crianças um cenário acolhedor, capaz de promover a facilitação da execução das atividades recreativas, permitindo o estímulo da autonomia, com conforto e segurança. Além disso, deve-se considerar o ritmo de desenvolvimento de cada criança para a adequação dos espaços e da disponibilidade de brinquedos e recursos lúdicos. Da mesma forma, torna-se fundamental a exploração de diversos espaços – tanto internos quanto externos –, tais como sala de aula, pátio, biblioteca, brinquedoteca, área de alimentação, sala de multiuso, entre outros.¹⁰⁶

Após ter sido aqui debatida a evolução da legislação do Ensino Infantil no Brasil, bem como algumas de suas principais características, a próxima seção abordará algumas das principais reflexões inerentes à Educação Infantil.

¹⁰⁴ ROSEMBERG, 2013, p. 53.

¹⁰⁵ SILVA, Dulcilene Rodrigues da; TAVARES, Daniel Moreira. Educação infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram. *Revista Estação Científica*, Juiz de Fora, v. 1, n. 15, p. 1-14, 2016. p. 5.

¹⁰⁶ COUTO; COUTO; BRUNHEROTTI, 2019, p. 55.

2.2 Principais Reflexões acerca da Educação Infantil

Apesar de todas as garantias legais apresentadas na seção anterior, Silva e Strang identificam uma contradição que deve ser mencionada, É dever do Estado atender o direito à educação das crianças pequenas, sendo efetivado mediante a garantia de oferta de Educação Infantil, em creche e pré-escolas, conforme manda a Constituição Federal de 1988. Isso permite afirmar que, pela perspectiva jurisdicional, a oferta de vagas para crianças de zero a cinco anos e onze meses é dever e responsabilidade do Estado, o que ainda não tem sido plenamente cumprido em todos os municípios do país.¹⁰⁷

Conforme os dados apresentados pelo Censo Escolar de 2013, existiam 5.427 unidades, conveniadas com o poder público, ofertando matrículas em pré-escola; e, 6.956 unidades conveniadas que ofertam atendimento de creche. O investimento na rede pública ou em convênios com unidades privadas constitui decisão de cada município, havendo, em algumas cidades, políticas de expansão das redes conveniadas e, em outras, a atitude inversa: a extinção de convênios e ampliação da rede pública. O receio maior da expansão por meio do estabelecimento de convênios é o comprometimento da qualidade de atendimento, posto que, não raramente, as instituições particulares dispõem de menos recursos. Em tais casos, o que deve servir de alerta é a preocupação de que o atendimento nas unidades conveniadas atinja padrões mínimos de qualidade.¹⁰⁸

Tomando como base a análise a respeito das vicissitudes comuns ao contexto educacional brasileiro na totalidade, em que os preconceitos se mostram muito presentes, reconhece-se que o espaço escolar, em pleno século XXI, ainda desenvolve práticas fundamentadas na homogeneização e na padronização, buscando difundir uma cultura comum e de base eurocêntrica que, a despeito dos avanços conquistados a partir da Constituição de 1988, ainda inviabiliza e silencia diversos valores, saberes e crenças. Nesse cenário, destaca-se a necessidade de que a escola brasileira, desde a Educação Infantil, adote práticas que valorizem a diversidade e a diferença no intuito de efetivar uma escola para todos/as.¹⁰⁹ Vale destacar que:

na perspectiva de que essas orientações e normativas assinalam conquistas das políticas públicas, compreendemos que sua efetivação nas práticas cotidianas impõe novos desafios, ou seja, os sujeitos inseridos nas instituições, em interação com o

¹⁰⁷ SILVA; STRANG, 2020, p. 6.

¹⁰⁸ ABUCHAIM, 2018, p. 23-24.

¹⁰⁹ SANTOS, Bruna Caroline dos; SILVA, Tarcia Regina; OLIVEIRA, Emanuel Magno A. de. O direito à diversidade cultural e religiosa desde a educação infantil. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 1, n. 20, p. 494-513, 2018. p. 497.

contexto social mais amplo, continuam a produção das políticas. Nesse processo interativo, além das premissas decorrentes das bases legais e orientações, outras discursividades (provenientes de grupos, de movimentos e organizações sociais, de estudos e pesquisas, de iniciativas dirigidas às crianças e seus processos educativos, etc.) continuam a integrar o debate, informando que múltiplos interesses, interlocutores distintos, variadas premissas e diferentes pautas compõem a configuração sistemática da Educação Infantil.¹¹⁰

Assim, faz-se necessário destacar que:

Nas pautas que marcam a Educação Infantil, em especial com sua integração (como primeira etapa da Educação Básica) aos sistemas de ensino (vinda dos setores de assistência social), temos o destaque para a afirmação da docência. As bases legais passam a estabelecer indicações aos processos formativos dos professores e, no acompanhamento da implementação dessas bases legais, emerge um conjunto de discursividades que tematiza a formação dos quadros funcionais, em articulação com o desenvolvimento da Educação Infantil.¹¹¹

Todavia, faz-se necessário recordar que, desde os primeiros anos, a realidade educacional brasileira ainda parece muito distante daquilo que é determinado pelo ordenamento jurídico pátrio, visto que não existem vagas suficientes para atender a demanda da Educação Infantil. Faltam escolas, faltam recursos para contratação de profissionais de apoio, faltam professores/as – o que, comumente, faz com que boa parte dos/as professores/as exceda sua jornada de trabalho, gerando custo adicional. Não bastasse isso, verificam-se dificuldades relacionadas à estrutura física de muitos estabelecimentos públicos de ensino, tornando mais difícil enfrentar o problema enquanto não se apresentam soluções eficazes de curto e médio prazos.¹¹²

Entre 2000 e 2010, apesar da inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a Educação Infantil foi a etapa que menos avançou no quesito investimento, quando comparada às demais etapas da Educação Básica. O percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à Educação Infantil é o menor, quando comparado aos percentuais investidos no Ensino Fundamental, Médio e Superior. Sem embargo, a Educação Infantil é a etapa que mais requer investimentos, posto que é a mais onerosa, pois, para alcançar padrões mínimos de qualidade torna-se necessário o trabalho com grupos pequenos, requerendo, também, oferecimento de atendimento em tempo integral.¹¹³

¹¹⁰ CÔCO, Valdete; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; GIESEN, Karian de Fátima. Docência na educação infantil: desafios e perspectivas da formação inicial em pedagogia. *Revista Momento – Diálogos em Educação*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 417-435, 2019. p. 418.

¹¹¹ CÔCO; VIEIRA; GIESEN, 2019, p. 420.

¹¹² SILVA; STRANG, 2020, p. 6.

¹¹³ ABUCHAIM, 2018, p. 23-24.

Segundo as explicações de Rosânia Campos e Maria Carmen Silveira Barbosa, como direito social e, também, como política pública educativa, a Educação Infantil derivou de intenso e demorado processo de lutas, no qual os movimentos sociais – em especial os de cunho feminista – foram os grandes protagonistas.¹¹⁴ Esses movimentos populares e feministas foram os grandes fatores impulsionadores da expansão das creches. Ao longo do século XX, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, em volume significativo, principalmente a partir da década de 60, legitimou as instituições brasileiras de Educação Infantil como lugares próprios para a educação das crianças pequenas de todas as classes sociais do país.¹¹⁵

Diferente do Ensino Fundamental, no Brasil, a Educação Infantil teve percurso peculiar, o qual, para ser bem compreendida – deve ser analisada não somente do ponto de vista de uma história única, isto é, como processo que foi de ação assistencialista à uma política educativa. Bem ao inverso, discutir a Educação Infantil como um direito das crianças pequenas e suas famílias requer considerar todas as lutas, tanto na dimensão ideológica quanto nos âmbitos econômico e social, trazendo à luz do debate as disputas inerentes ao papel da mulher e da família, a divisão sexual do trabalho, a igualdade de direitos entre homens e mulheres e o direito das crianças.¹¹⁶

A Educação Infantil possui especificidades que a diferenciam das demais etapas educacionais. Nas últimas décadas, foi nítida a emergência das discussões que versam sobre as crianças e seus direitos, sendo, inclusive, tema de diferentes conferências e reuniões internacionais e regionais. Fora dessa perspectiva, o direito à Educação Infantil ganhou novas proporções, integrando a agenda de diversos governos locais, estimulando o questionamento de alguns aspectos, tais como: o que configurou essa centralidade na criança e na infância? Por que a educação infantil se tornou objeto de intervenção? Por que diferentes organismos internacionais concentraram vários estudos e indicações aos países em relação a esse nível educativo?¹¹⁷

De acordo com Manuel Jacinto Sarmento, pelo prisma histórico, a infância se constitui a partir de longo processo, que lhe atribuiu estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, além de tenso e contraditório, não se esgotou. Em função disso, a geração da infância está em processo

¹¹⁴ CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 354.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Maria Izete de. Educação infantil: legislação e prática pedagógica. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 53-70, 2008. p. 53.

¹¹⁶ CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 354.

¹¹⁷ CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 357.

contínuo de transformação, não apenas em decorrência da entrada e saída de seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõem.¹¹⁸ Nesse cenário complexo, as transformações que afetam a escola modificam o processo educativo, o qual busca adaptar-se às novas demandas sociais, provocando mudanças no modo tradicional praticado nesse ambiente. Além de ensinar conteúdos, a escola deve possibilitar o desenvolvimento de atitudes positivas, atuando na formação integral as crianças.¹¹⁹

Quanto a isso, torna-se fácil perceber que os desafios são imensos e implicam em grandes tensionamentos e disputas, podendo resultar, para a Educação Infantil, na superação da escolarização pragmática e utilitarista voltada somente para os resultados mais imediatos. Pode-se aliá-los à defesa da Educação Infantil como campo de estimulação da poesia, da ficção, da imaginação, dos valores religiosos, construído com base nas mais diversificadas referências, as quais ultrapassem as indicações meramente técnicas da educação e das teorias e indicações que se fundamentam tão-somente na perspectiva do mercado, da competição e da preparação para o futuro.¹²⁰

Conforme as explicações tecidas por Celeide Agapito Valadares Nogueira, no Brasil, a Educação Infantil ainda necessita de uma perspectiva para o ser, a qual se volta, primordialmente, ao processo educativo em suas mais amplas dimensões, tais como: a antropológica, a fisiológica, a sociológica, a epistemológica, a lúdica, a artística, a afetiva, a religiosa e a espiritual. Vale ressaltar que não se constitui trabalho fácil englobar tantas dimensões essenciais ao desenvolvimento cognitivo e afetivo-espiritual que são o arcabouço e sustentáculo das crianças pequenas. No entanto, existem pontos básicos aos quais a Educação Infantil não pode negligenciar o cuidado e, por outro lado, o cuidado não pode abster da esfera educativa do ser humano em evolução com suas potencialidades.¹²¹ Em relação à importância do cuidado, como saber a ser praticado e ensinado na Educação Infantil, Ulrich e Grasselli assim se expressam:

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Ministério da Educação e do Desporto do Brasil é necessário: contemplar o cuidado na esfera

¹¹⁸ SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. *Revista Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-59, 2003. [online]. p. 52.

¹¹⁹ ALCÂNTARA, Lucy Aparecida Gutiérrez de; QUARTIER, Marli Teresinha; SCHWERTNER, Suzana Feldens; SCHUCK, Rogério José; DULLIUS, Maria Madalena. A função da escola na sociedade contemporânea: concepções de uma professora da educação básica. *Revista Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 6, n. 16, p. 118-133, 2015. p. 119.

¹²⁰ CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 362.

¹²¹ NOGUEIRA, Celeide Agapito Valadares. Educação infantil religiosa no Brasil: ressonâncias das políticas públicas. *Revista Eletrônica Correlatio*, Belém, v. 16, n. 2, p. 229-254, 2017. [online]. p. 230.

da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais.¹²²

Nesse sentido cabe aqui salientar que, em se tratando de Educação Infantil, mesmo por abordagens indiretas, a ação concreta, fundamentada também em valores éticos, morais e religiosos, pode ser explicada por meio da hipótese da existência de uma consciência moral que apreende o outro como *um-outro-eu-mesmo*,¹²³ induzindo a criança ao reconhecimento de que se é responsável pela solução das carências que resultam em mais sofrimentos aos seres humanos. Apenas a título de exemplo, Franco desenvolve o conceito de compaixão,¹²⁴ esclarecendo que o sofrimento de um ser humano só pode ser aliviado no instante presente, pela compaixão de outro ser humano. Tais conceitos são fundamentais para a geração de um sentimento de corresponsabilidade, impulsionando a participação das crianças.¹²⁵

Sobre isso, Reinaldo Matias Fleuri entende que uma das necessidades relacionadas à prática educativa é a de se desenvolver relação dialógica que mobilize as crianças a problematizarem, a partir das suas experiências, a situação em que vivem, bem como o conhecimento a ser apropriado. Dessa forma, ainda na Educação Infantil, tornam-se explícitos os desafios que tal realidade apresenta, reclamando dos sujeitos envolvidos nesse processo a ação-reflexão que vise buscar soluções. Para tanto, deve-se entender que a educação dialógica e crítica se processa como diálogo centrado em problemas da realidade pela perspectiva de formação para a cidadania, em que os/as professores/as são levados a estabelecer relação de diálogo problematizador para superar os dispositivos disciplinares no espaço escolar. Assim,

¹²² ULRICH; GRASSELLI, 2019, p. 495-496.

¹²³ FRANCO, Augusto de. *Ação local: a nova política da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ágora, 2015. p. 37.

¹²⁴ Compaixão diz respeito ao reconhecimento de que o sofrimento de um indivíduo é o mesmo que atinge a todos os seres. Ou seja, ao alcançar o conhecimento com plenitude de consciência de que sua essência, a vontade, é a mesma que subjaz em todos os seres, e que, portanto, todo o movimento do mundo é expressão do pulso cego, irrefreável e voraz da vontade, o sujeito termina por identificar em toda a natureza o sofrimento que é inerente à sua existência. OLIVEIRA, André Henrique Mendes. Compaixão e solidariedade: um diálogo entre Schopenhauer e Rorty. *Griot – Revista de Filosofia*, Terezina, UFPI, v. 6, n. 2, 2012. p. 79.

¹²⁵ FRANCO, 2015, p. 38.

torna-se possível descobrir como trabalhar no cotidiano educacional os temas geradores de processo educativo significativo, inclusive, no campo do diálogo crítico e criativo entre as diversas culturas religiosas.¹²⁶

Não obstante, Winterhalter refere-se a outra urgência que se apresenta nesse processo de fortalecimento da Educação Infantil, não menos importante, que é a formação de professores. O senso comum ainda leva a crer que para educar crianças pequenas não é necessária formação específica, pensando em categorias de voluntariado ou de apenas acompanhamento das crianças. Contudo, assim como o PNE – tanto em sua versão anterior, quanto na atual –, as políticas educacionais que estabelecem parâmetros de qualidade para a Educação Infantil, destacam a necessidade de formação específica e continuada de professores/as, para garantir a compreensão e o atendimento das necessidades das crianças nesta etapa inicial da educação.¹²⁷

Nessa imensa arena de disputa de poder, Camos e Barbosa defendem uma concepção de Educação Infantil fundamentada em princípios éticos, por acreditar na possibilidade de que tal nível de ensino venha a superar as concepções economicistas e não as aceitar como políticas compensatórias. Esses são alguns dos aportes a partir dos quais os/as profissionais da educação podem continuar lutando em favor do direito das crianças pequenas e de suas famílias.¹²⁸

Em resumo, o que se pretende para a Educação Infantil é que tal nível de ensino seja pautado pelo compromisso com a dignidade humana, a qual está intimamente interligada aos valores éticos e religiosos, os quais podem estabelecer relações harmoniosas diante de quaisquer conflitos. Tais valores caracterizam-se pelo respeito primordial ao próximo, pelo reconhecimento e aceitação das diferentes formas de religiosidades, tradições e movimento religiosos, ou mesmo àqueles que não seguem e não possuam forma de expressividade religiosa. Nesse sentido, destaca-se que na atualidade, a multiplicidade de expressões, movimentos e instituições religiosas reclamam por reconhecimento e questionam paradigmas centrados em uma única religião, sistema, ideologia ou tradição. Para que tal cenário plural se torne realidade, faz-se necessário reconhecer o/a outro/a como ser legítimo – e isso também pode ser ensinado desde os primeiros anos, por meio da Educação Infantil.¹²⁹

¹²⁶ FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade, educação e desafios contemporâneos: diversidade religiosa, decolonialidade e construção da cidadania. In: POZZER, Adecir; PALHETA, Francisco; PIOVEZANA, Leonel; HOLMES, Maria José Torres (orgs.). *Ensino religioso na educação básica: fundamentos epistemológicos e curriculares*. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015. p. 46.

¹²⁷ WINTERHALTER, 2014, p. 13.

¹²⁸ CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 362.

¹²⁹ SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 499.

Tendo sido aqui abordados alguns dos principais problemas inerentes à Educação Infantil, passa-se então, na próxima seção, a discorrer a respeito de como a diversidade religiosa é ensinada na Educação Infantil.

2.3 Trabalhando a diversidade religiosa na Educação Infantil

Atualmente, a educação possui, entre muitas outras funções, o importante papel de motivar a sociedade para uma considerável mudança de comportamento, para minimizar o apelo do individualismo, em prol de uma maior expansão do comportamento solidário. Sobre isso, Regiano Bregalda acredita que a educação se constitui uma espécie de *caminho privilegiado*, cujo papel precípua seja conduzir os seres humanos ao cuidado de si, do/a outro/a e da vida dentro de um contexto maior – incluindo-se aí também a natureza e até mesmo as coisas que tornam a vida mais fácil e prazerosa (embora isso não seja uma alusão ao vazio materialista ou ao consumismo). É essa dimensão que possibilita uma vivência humana autônoma, o reconhecimento da pluralidade e a garantia a todos de uma vida ética, justa e equilibrada.¹³⁰ Em suma, busca-se uma educação que conduza ao bem-viver, a uma verdadeira vida *com e para* os outros, desde os primeiros anos, ainda na Educação Infantil.

Em resposta às indagações relacionadas à razão da busca de valores religiosos pelos seres humanos para desvendar o mistério, a fragilidade e a finitude, surgem várias manifestações religiosas e filosóficas. O saber religioso pode ser abordado na Educação Infantil como o conjunto de questões fundamentais da vida, em que se pode identificar estreita relação entre a forma como se opta por ministrar esse nível de ensino e o pensamento de José Carlos Libâneo, o qual ressalta a prática educativa como parte das relações e da organização social, onde os processos educativos são determinados por interesses antagônicos das diversas classes sociais.¹³¹

Mais que em qualquer outro nível de ensino, na Educação Infantil a criança pequena é cercada de cuidados. O cuidado, segundo o entendimento de Leonardo Boff, constitui a base de todas as preocupações dos seres humanos.¹³² Ao ser cuidada, a criança pequena também pode, implicitamente, aprender a cuidar – respeitadas as devidas limitações. Isso porque, a atitude de cuidado por outra pessoa pode provocar preocupação, inquietação e sentido de

¹³⁰ BREGALDA, Regiano. Educar para o cuidado: um desafio contemporâneo. In: SEMANA DO CONHECIMENTO, II, UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Anais...* Passo Fundo: UPF, 2015, p. 1-3. [online]. p. 2.

¹³¹ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 44.

¹³² BOFF, Leonardo. O cuidado especial: princípio de um novo *ethos*. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, 2005. p. 28.

responsabilidade por ela. O cuidado, por sua própria natureza, engloba duas significações fundamentais, intimamente ligadas entre si: a primeira delas designa a atitude de desvelo, de solicitude e de atenção para com o outro; a segunda, nasce desta primeira – trata-se da preocupação e da inquietação pelo outro, porque as pessoas se sentem envolvidas e afetivamente ligadas umas às outras.¹³³

Por isso, torna-se fundamental que se coloque o cuidado como guia para toda e qualquer ação humana. Para tanto, faz-se necessário desenvolver, desde a infância, a ideia de conceder direito de cidadania fundamental à capacidade humana de sentir o outro; ter compaixão com todos os seres que sofrem; obedecer à lógica do coração, da cordialidade e da gentileza em detrimento da lógica da conquista e da função utilitária dos bens materiais.

Ainda de acordo com o entendimento de Boff, colocar o cuidado no centro das ações e das preocupações humanas significa renunciar à vontade de poder que reduz tudo que é desconectado da subjetividade humana. Consiste em impor limites à obsessão pela eficácia a qualquer custo. Sinaliza derrubar a ditadura da racionalidade fria e abstrata, cedendo lugar ao cuidado. Aponta para organizar o trabalho em maior harmonia com a natureza, seus ritmos e suas indicações. Declara respeitar a comunhão que todas as coisas têm entre si e com os seres humanos. Denota também considerar o interesse coletivo. Exprime colocar-se *junto* a cada coisa que se será transformada, para que não sofra, não seja desenraizada de seu *habitat*, garantindo-lhe as condições mínimas para que se desenvolva e coevolua com seus ecossistemas. Sinaliza, ainda, captar a presença do espírito para além de nossos limites humanos, no universo, nas plantas, nos organismos vivos, os quais são também portadores de sentimentos, de linguagens e de hábitos culturais semelhantes.¹³⁴ Propiciar tais percepções é, portanto, função da Educação Infantil.

Não obstante, Fleuri também chama a atenção para que a construção da cidadania se apresente como processo histórico complexo, visto que envolve o desenvolvimento de múltiplas estratégias socioculturais, em suas mais diversas dimensões – linguísticas, educacionais, políticas, epistêmicas, entre outras –, capazes de fundamentar a trama fluida de interações recíprocas entre os mais diferenciados sujeitos que constituem a sociedade. Viver em grupo requer, especialmente, o desafio de promover a coesão sociocultural, sustentada pela interação crítica, criativa e vital entre os diversos agentes singulares e entre seus respectivos contextos socioculturais. Nessa conjuntura, deve-se destacar particularmente o desafio de se promover a educação, tendo em vista a diversidade cultural e religiosa do povo

¹³³ BOFF, 2005, p. 29.

¹³⁴ BOFF, 2005, p. 28.

brasileiro.¹³⁵ Ademais, conforme explicam Dariely Lays Monteiro de Lima e Williams Nunes da Cunha Júnior:

A Base Nacional Comum Curricular, no que tange a Educação Infantil, em seus campos de experiência fala sobre o *eu*, o *outro* e o *nós*, afirmando sobre a importância da interação entre os pares que deve existir na Educação Infantil. E o que isso tem a ver com ética e cidadania? É que é nesse campo de experiência que a criança convive com outras culturas construindo assim suas noções de cidadania, formando-se como sujeito ético por meio do respeito ao outro indivíduo, conhecendo as diferenças sociais e a si mesmo, construindo sua própria identidade.¹³⁶

Na mesma linha de entendimento, cabe ainda destacar que:

No campo de experiência, o *eu*, o *outro* e o *nós*, a BNCC garante à criança que na interação e nas brincadeiras, ela adquira meios de se reconhecer como sujeito e também de respeitar a si e ao outro, convivendo em grupo e se desenvolvendo de forma efetiva, em seus aspectos cognitivos, físico, psicológicos, sociais e morais, entendendo-se como sujeitos únicos, capazes de participar do meio social e de se desenvolver integralmente. Em relação à construção do conhecimento nesse campo, a construção da autonomia, dos cuidados pessoais, da reciprocidade em suas relações, permite à criança vivenciar culturas e grupos sociais diferentes do seu convívio familiar, o que lhes permite vivenciar diferentes situações e assim ampliar sua forma de perceber a si mesmo, e também aos outros, produzindo uma identidade própria e respeitando as diferenças que existem entre os seres humanos.¹³⁷

Diante de tais perspectivas, cabe aqui ressaltar que, para Noeli Zanatta Milani, a diversidade e a intolerância religiosa se constituem, atualmente, alguns dos temas mais importantes, os quais requerem que se desenvolvam reflexões e se façam debates também no âmbito da Educação Infantil, a partir dos contextos históricos. Isso porque, o não tratamento dessa temática ou a ausência da escola em relação a este debate pode ser entendido como o resultado de uma falta de relação entre os eventos históricos e a realidade social, bem como pela adoção de metodologias tradicionais ou ultrapassadas.¹³⁸

Sem embargo, não é novidade que o Brasil se constitui um país multicultural, dotado de relativa liberdade religiosa, sendo tecnicamente um Estado laico, onde não há religião oficial. Conforme os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2010 no Brasil, verifica-se grande predomínio do cristianismo, com 86,8% de cristãos – os quais se dividem entre católicos e evangélicos, sendo que estes

¹³⁵ FLEURI, 2015. p. 35.

¹³⁶ LIMA, Dariely Lays Monteiro de; CUNHA JÚNIOR, Williams Nunes da. Ética e cidadania na educação infantil: o que diz o discurso oficial. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL), IX, Maceió. *Anais...* Maceió: EPEAL, 2019, p. 1-8. [online]. p. 6.

¹³⁷ SILVA; ALVES; GUISSO, 2019, p. 53.

¹³⁸ MILANI, Noeli Zanatta. A escola a favor da diversidade religiosa: importância dessa abordagem em sala de aula. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), XI, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EDUCERE, 2013, p. 18614-18626. [online]. p. 18615.

últimos se subdividem em evangélicos pentecostais e neopentecostais, evangélicos de missões e evangélicos não determinados –, registrando-se também a presença de espíritas, umbandistas e candomblecistas, sem religião e outras religiões (judeus, muçulmanos, budistas, entre outras minorias).¹³⁹

Frente a essa concepção de religião multifacetada, que caracteriza o atual cenário brasileiro, formando uma espécie de *mosaico religioso*, torna-se imperativo considerar a importância da Educação Infantil como primeira etapa escolar, pois, é justamente nessa fase educativa que se efetiva o primeiro contato da criança com outros grupos e outras referências que não somente a de seu meio familiar, o que confere valor imprescindível aos aspectos religiosos decorrentes da prática pedagógica cotidiana desse nível de ensino – desde que desprovida de aspectos confessionais.¹⁴⁰ Sobre isso, destaca-se o entendimento de Nogueira o qual afirma que:

Na realidade brasileira contemporânea torna-se uma problemática a questão da religião no contexto escolar, posto que coloca as diferenças em proximidade, ou seja, identidades múltiplas convivendo entre si. Aflora-se como uma das tensões as quais a educação tem que se posicionar neste campo de conflito de pluralidade de sentidos individuais. O Brasil por ser um país com uma diversidade religiosa que eclode em um boom de muitas denominações, e com cosmovisões religiosas bastantes diversas pela sua constituição sincrética oriunda também das miscigenações étnico-raciais, e principalmente pela diáspora advinda da África é um caso peculiar. Portanto, o Brasil é particularmente diferente de outros países que se tornaram laicos, aqui em solo brasileiro acontece um fenômeno especificamente híbrido e com porosidades na configuração da religiosidade, com fronteiras fluídicas.¹⁴¹

Diante disso, Gabriela Abuhab Valente entende que a diversidade religiosa integra a totalidade das disposições culturais dos indivíduos, constituindo, portanto, elemento simbólico interiorizado. Assim, o saber religioso pode ser considerado como uma espécie de *roupagem* que se põe e se retira quando necessário. Contudo, em se tratando especificamente de Educação Infantil, é mais comum que faça parte das experiências mais profundas das crianças, ao nível do subconsciente.¹⁴²

Dessa forma, entende-se também que, desde os primeiros anos, a Educação Infantil deve proporcionar oportunidades para que as crianças pequenas percebam e valorizem sua dimensão espiritual, para não desenvolverem comportamento individualista e/ou preconceitos. Da mesma forma, que sejam ajudadas a viver, consciente e plenamente, suas escolhas

¹³⁹ TRABACH, Marli; FERRAZ, José Carlos; ROSÁRIO, Antônio do. Diversidade religiosa e o ensino religioso no CMEI Professora Leila Theodoro. *Revista Unitas*, Vitória, v. 7, n. 1, p. 34-51, 2019. [online]. p. 38.

¹⁴⁰ TRABACH; FERRAZ; ROSÁRIO, 2019, p. 38.

¹⁴¹ NOGUEIRA, 2017, p. 242-213.

¹⁴² VALENTE, Gabriela Abuhab. A religiosidade na prática docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 248, p. 198-211, 2017. p. 208. [online].

religiosas ou não, respeitando as diferentes opções de vida de seus semelhantes. Segundo Janayna de Alencar Lui, a luta por um modelo de Educação Infantil deriva mais de circunstâncias concretas do que de convicções pessoais.¹⁴³

A aprendizagem envolve a construção de conhecimentos que se concretizaram na relação entre o ensinar e o aprender. Acerca disso, Medina afirma que ensinar, aprender e educar são processos simultâneos que possibilitam uma produção específica: a aprendizagem. No entanto, no dizer de Medina, percebe-se que os/as professores/as não possuem clareza do objeto de sua ação; suas atuações estão baseadas em fatos empíricos que, por não estarem sendo refletidos, causam neles uma sensação de desamparo. Sendo assim, entende que, desde a Educação Infantil, o/a professor/a precisa colocar seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade da criança, subsidiando-a no entendimento dos fenômenos e dos valores religiosos – ainda que indiretamente.¹⁴⁴

Como bem ressalta Nogueira, um dos principais objetivos da educação consiste em promover o desenvolvimento das potencialidades de cada um, e não se pode excluir da Educação Infantil os princípios e valores inerentes à religiosidade ou espiritualidade humana, considerando-se que os seres humanos também possuem preocupações espirituais, as quais, também se relacionam a outras preocupações humanas, tais como as de caráter estético, sociais, políticos, entre outras.¹⁴⁵ Assim sendo:

A educação que contempla os valores religiosos, quando aplicada ao nível da Educação Infantil, portanto, deve considerar esta diversidade como um patrimônio cultural da humanidade que traz consigo princípios éticos e filosóficos básicos, no entanto ficará a cargo da criança escolher se seguirá ou não. O conteúdo básico que permeia todas as religiões será transmitido como sendo valores universais tais como: o amor e respeito ao próximo, a família como um bem e sua importância para a sociedade. Ademais, levar as crianças de 0 a 6 anos a perceberem a importância destes valores como organizadores de um cosmos social.¹⁴⁶

Vale dizer que, no Brasil, a presença da diversidade cultural religiosa, em face do complexo processo histórico de formação do povo brasileiro, requer grande atenção e esforços conjuntos no sentido de erradicar conflitos e relações de poder que buscam homogeneizar o diferente anulando suas especificidades. Tal processo, não raramente, ocorre no próprio contexto educacional, através de práticas e tentativas de invisibilizar, silenciar e discriminar

¹⁴³ LUI, Janayna de Alencar. *Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2006. [online]. p. 108.

¹⁴⁴ MEDINA, Antonia da Silva. Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor. In: RANGEL, Mary; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves. *Nove olhares sobre a supervisão*. São Paulo: Papirus, 1997. p. 30.

¹⁴⁵ NOGUEIRA, 2017, p. 233.

¹⁴⁶ NOGUEIRA, 2017, p. 235.

fatores intimamente relacionados às diferentes identidades e aos valores de caráter religioso e não religioso.¹⁴⁷ Em muitas ocasiões, a falta de concretude e direcionamento do fazer pedagógico provoca um impulso no sentido de buscar princípios norteadores para o trabalho educacional. Para isso, o profissional deveria direcionar suas reflexões e ações ao contexto histórico e político que vivencia. Frente a isso, destaca-se aqui o entendimento de Leonor Maria Bernardes Neves, para a qual:

A escola tem que ter o seu espaço de aprendizagem ressignificado, numa perspectiva social, transformando-a num ambiente cooperativo, onde sejam consideradas as estruturas estimulantes, conflituosas, de valores e responsabilidades. Onde a criança possa viver suas *estratégias de aprendizagem*, formando sujeitos ativos e interagidos num meio e no processo de aprendizagem. Dessa forma, a criança vai se formando enquanto sujeito da sua aprendizagem, sendo capaz de ter uma percepção global, organiza-se, estar aberto a outras propostas, ser autônomo e exigente, ter confiança em si mesmo e saber se avaliar.¹⁴⁸

Não por acaso que, a BNCC direcionada à Educação Infantil, indica os princípios éticos, políticos e estéticos na construção dos projetos político-pedagógicos das instituições educacionais, definindo como sendo 6 (seis) os grandes direitos de aprendizagem que, no Brasil, devem ser garantidos a todas as crianças, quais sejam: conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e se conhecer. A BNCC apresenta os fundamentos necessários para que o processo de ensino e aprendizagem possa ajudar o/a estudante a *reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um*; bem como a *valorizar a diversidade de todas as formas de vida*. Trata-se, pois, de um documento importante, visto que sua orientação se dá no sentido de contribuir para a minimização ou, até mesmo, para a eliminação de quaisquer formas de preconceito ou de resistência à diversidade e à inclusão. Nesse sentido, a BNCC se constitui importante patamar educacional, cujas finalidades vão ao encontro das necessidades sociais e educativas do país, nesse conturbado momento político.¹⁴⁹

Para isso, o mencionado documento não é organizado conforme a estrutura das demais fases educativas. Além disso, na BNCC – tendo como suporte as áreas de conhecimento –, a parte do documento referente à Educação Infantil é sistematizada a partir da concepção dos *campos de experiências de aprendizagens*.¹⁵⁰ Daí a importância de voltar, uma vez mais, à visão de Fleuri, o qual entende que:

¹⁴⁷ FLEURI, 2015, p. 43.

¹⁴⁸ NEVES, Leonor Maria Bernardes. *Ensino religioso, fraternidade e saúde pública: subsídios para o professor*. São José do Rio Preto: DSJRP, 2012. p. 24.

¹⁴⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – Educação é base*. [online].

¹⁵⁰ CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 360.

O ensino dos valores religiosos deve ocorrer, desde a Educação Infantil, com o objetivo de se cultivar o respeito mútuo, de modo que cada criança possa crescer e viver segundo suas convicções e, ao mesmo tempo, reconhecer que deve respeitar certos limites de expressão ao interagir com outros. Em suma, desde que na escola seja assegurada à criança o respeito à sua própria identidade como legítima, e que a aprendizagem ofereça instrumentos para desenvolver habilidades de flexibilidade, a moderação não será sentida como negação de si mesma, mas como uma maneira de ser na relação com outros que aderem à convicções diferentes das suas.¹⁵¹

Isso explica porque a Educação Infantil deve ser organizada, não para o individualismo, conformismo e submissão; mas, em sentido contrário, para superar a alienação comum à infância, garantindo os direitos das crianças de serem crianças, ao descobrir e conhecer o mundo por meio das brincadeiras, atividades, trocas e, também, por meio das mais variadas relações com os adultos, objetos e demais crianças – relação essa que deve ser permeada por valores que contribuam para que essas crianças venham a se tornar adultos melhores.¹⁵² Por seguirem essa mesma linha de raciocínio, torna-se aqui fundamental mencionar as palavras de Tiriba e Flores, os quais entendem que:

Em um contexto neoliberal, em que as crianças, desde cedo, são chamadas a responder a demandas externas – do mundo adulto, do mundo do trabalho e da produção – faz-se necessário um projeto de Educação Infantil que seja libertador da lógica perversa que alimenta e reproduz o antropocentrismo, o racionalismo, o individualismo, o consumismo e o desperdício, elementos que estão no centro e que dão sustentação ao modo de produção que vem, há tempos, devastando o planeta.¹⁵³

Entende-se que a perspectiva intercultural, possível de ser trabalhada na Educação Infantil, desenvolve e dissemina o conceito de diversidade religiosa no contexto escolar, que se caracteriza por abranger grupos socioculturais distintos, os quais integram e interagem, constituindo uma sociedade plural. Considerando-se tal entendimento, tem-se que a Educação Infantil deve estar alicerçada sobre os princípios éticos e os valores religiosos.¹⁵⁴

Sendo assim, Sandra Campos afirma:

A diversidade dos modos de expressar uma determinada religião não deve ocasionar atitudes de exclusão, indiferença, preconceitos, violência, intolerância e proselitismo, pois de antemão, estas atitudes já se constituiriam contraditórias com o próprio sentido da religião que é o de promover a paz, a convivência fraterna, o diálogo, o amor e a solidariedade entre as pessoas. Portanto, religião não pode confundir-se com uma visão deformada da realidade que exclui a possibilidade do diálogo, da reciprocidade e do respeito à pluralidade de opiniões, crenças e tradições. As raízes presentes em cada religião, como ainda afirma Ferreira, propõe despertar energias espirituais profundas, um sentido para a vida.¹⁵⁵

¹⁵¹ FLEURI, 2015, p. 45.

¹⁵² CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 358.

¹⁵³ TIRIBA; FLORES, 2016, p. 178.

¹⁵⁴ SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 506.

¹⁵⁵ VITÓRIA (ES), 2006, p. 76.

Frente a todo o exposto, e tendo aqui sido tratada a questão da Educação Infantil brasileira e sua capacidade de dialogar com a diversidade religiosa, primeiro por meio da apresentação de breve resumo acerca do ordenamento jurídico que fundamenta esse nível de educação; e, também, após abordar alguns dos principais problemas inerentes à Educação Infantil; e, por último, discorrendo sobre como a diversidade religiosa e os fenômenos são mediados na Educação Infantil – vale ressaltar que não existe, ainda, a disciplina Ensino Religioso para a referida faixa etária–, passe-se agora, ao terceiro e último capítulo, que expõe os resultados e as análises referentes à pesquisa de campo.



3 EDUCAÇÃO INFANTIL EM VILA VELHA (ES) E EM CARIACICA (ES)

Após ter sido desenvolvido o debate teórico, ao longo dos dois primeiros capítulos da presente dissertação de Mestrado, passa-se agora, nesse terceiro e último capítulo, a apresentar a pesquisa de campo, realizada nos municípios capixabas de Vila Velha e de Cariacica, por meio da qual conheceu a visão que professores/as e pais/mães têm a respeito da Educação Infantil. Para tanto, inicia-se descrevendo alguns dos principais procedimentos metodológicos adotados na pesquisa de campo, indicando as duas escolas que compõem o *locus* deste trabalho. Em seguida, tem-se a apresentação e a análise dos resultados da pesquisa de campo, para, enfim, oferecer sugestões e recomendações, buscando corrigir ou minimizar as eventuais disfunções reveladas por meio da aplicação dos questionários junto ao público respondente.

3.1 Descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo

Pelo prisma metodológico, o desenvolvimento da presente dissertação de Mestrado obedeceu a alguns passos, os quais foram necessários para se alcançar os objetivos almejados, bem como, para responder ao problema da pesquisa. Para tanto, foram adotados os seguintes passos:

a) pesquisa exploratória e descritiva: a qual diz respeito à investigação explicativa, tendo por principal objetivo tornar clara a informação, justificando os motivos e esclarecendo quais fatores contribuem mais significativamente para a ocorrência de determinado fenômeno.¹⁵⁶

b) pesquisa bibliográfica: tem por finalidades ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfaixar hipóteses em uma visão geral do universo e propiciar novas hipóteses por força de dedução lógica. Além disso, supõe grande capacidade de reflexão.¹⁵⁷

c) pesquisa documental: assemelha-se ao levantamento bibliográfico, diferenciando-se apenas no que tange às fontes utilizadas, sendo composta por documentos oficiais, oriundos dos órgãos competentes.¹⁵⁸

¹⁵⁶ VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 47.

¹⁵⁷ RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 50.

¹⁵⁸ GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 41.

d) estudo de campo: caracteriza-se pelas investigações em que se faz coleta de dados junto a pessoas, com o uso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante etc.). Sendo assim. Não se limita o estudo às abordagens teóricas.¹⁵⁹ Dessa forma, aproximou-se a pesquisa da realidade, para comprovar os fatos e analisar as informações oriundas dos sujeitos da pesquisa – selecionados de acordo com sua capacidade de fornecer dados relevantes.

No que concerne à amostragem da pesquisa ora apresentada, esta foi composta por uma escola pública municipal de Vila Velha (ES) e uma escola pública municipal de Cariacica (ES), visto serem as cidades nas quais a pesquisadora trabalha na área educacional. Foram 10 (dez) questionários com professores e 100 (cem) com pais/mães na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) – Basílio Costalonga, localizada em Vila Velha (ES), e outros 10 (dez) questionários com professores e 100 (cem) com pais/mães no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) – Wilson Alves do Nascimento, situada em Cariacica (ES).

A UMEI – Basílio Costalonga está localizada na Rua Bernardino Monteiro, no bairro Paul e pertence à Região IV de Vila Velha (ES). Conta com 04 (quatro) salas de aula, cerca de 28 (vinte e oito) funcionários efetivos e 8 (oito) funcionários terceirizados. Oferece pré-escola a cerca de 200 (duzentas) crianças (de 3 a 5 anos), distribuídas nos turnos matutino e vespertino. Tais crianças são, em sua maioria, pertencentes a famílias de baixa renda. Com espaço físico reduzido, essa UMEI oferece poucos recursos, apesar de ter se adaptado e fornecer acessibilidade a portadores de deficiência. A cada turno, são servidas 2 (duas) refeições às crianças.

Por sua vez, a CMEI – Wilson Alves do Nascimento, situada no município de Cariacica (ES), está localizada na Rua São Benedito, n. 19, bairro Flexal I, na Região I, em Cariacica (ES). O mencionado centro de ensino conta com 04 (quatro) salas de aula, 22 (vinte e dois) funcionários efetivos e 8 (oito) funcionários terceirizados, oferece serviço de creche a cerca de 100 (cem) crianças pequenas (de 1 a 3 anos), distribuídas nos turnos matutino e vespertino. Tais crianças são, em sua maioria, igualmente pertencentes a famílias de baixa renda. Tal como na UMEI de Vila Velha, o espaço físico é reduzido, mas conta com adaptações para acessibilidade. A cada turno, também são servidas 2 (duas) refeições às crianças.

¹⁵⁹ FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. p. 49.

Quanto à amostra, adotou-se a probabilística, que deriva de cálculos estatísticos, sendo caracterizada pela possibilidade de que cada elemento da população possa ser representado na amostra, a qual é do tipo “por agrupamento”.¹⁶⁰ Assim, ressalta-se que responderam aos questionários somente professores de Educação Infantil lotados nas secretarias de Educação de Vila Velha (ES) e de Cariacica (ES), bem como pais/mães de crianças matriculadas nessas mesmas unidades de ensino.

Além disso, no que diz respeito à coleta de dados, o presente trabalho de pesquisa de campo pode ser classificado, segundo o entendimento de Menga Lüdke, como pesquisa de levantamento de dados, por meio da qual pequenas e grandes populações são estudadas através de amostras pequenas, obtendo-se informações sobre os fatores que mais interessam à caracterização da percepção dos respondentes.¹⁶¹ A técnica de coleta de dados foi o questionário.¹⁶²

O questionário combinou respostas fechadas com extensões abertas para essas mesmas respostas (cujo modelo encontra-se anexado a este trabalho),¹⁶³ constituídos por perguntas simples e respostas no sistema de múltipla escolha; distribuídos aleatoriamente entre os sujeitos que compuseram a amostra – professores de Educação Infantil lotados nas secretarias de Educação de Vila Velha (ES) e de Cariacica (ES), bem como pais/mães de crianças matriculadas nessas mesmas escolas. Os questionários foram aplicados pela própria pesquisadora, a qual utilizou questionários estruturados com base no chamado “método de Likert”, por meio do qual, segundo Richardson:

Cada item se classifica ao longo de um contínuo de cinco pontos, variando entre excelente e péssimo, visando obter informações – quantitativas e qualitativas – que abranjam aspectos inerentes às preferências e às reações do público-alvo, o que, após a tabulação dos dados, permite a apreciação das variáveis, sob o prisma do grau de satisfação (cuja variável que o alcança não requer intervenção imediata) ou do grau de insatisfação (cuja variável que o alcança requer intervenção imediata), cabendo ainda informar que, por esse método, a opção não sei dizer é entendida como desconhecimento do tema, por parte do respondente; ou problemas de comunicação na hora da formulação do questionário, não importando aqui se tal problema parte do emissor, do receptor ou de ambos.¹⁶⁴

Aqui também cabe ressaltar que, a opção pelo emprego de questionários

¹⁶⁰ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 51.

¹⁶¹ LÜDKE, Menga. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, Marli. (org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 27-54. p. 28.

¹⁶² DEL-MASSO, Maria Cândida Soares. *Metodologia do trabalho científico: aspectos introdutórios*. São Paulo: Cultura Acadêmica/CAPES, 2012. p. 35.

¹⁶³ APÊNDICE A. *Respostas dos/as docentes participantes da pesquisa*.

¹⁶⁴ RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 271.

semiestruturados se deve ao fato de que pesquisas de campo se tornam mais difíceis de serem interpretadas estatisticamente quando se utilizam questionários totalmente abertos, em decorrência da dificuldade de se interpretar a caligrafia dos respondentes. Daí porque a utilização de questionários semiestruturados – nos quais, parte das respostas já se encontra redigida – facilita a escolha dos respondentes, a tabulação, bem como, a interpretação dos dados.¹⁶⁵

No que tange ao tratamento dos dados, o método de procedimento utilizado foi o estatístico, o qual diz respeito à redução de fenômenos sociológicos, políticos e econômicos a termos quantitativos e à manipulação estatística, permitindo que se comprovem as relações dos fenômenos entre si, bem como possibilitando a obtenção de generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.¹⁶⁶ A aplicação da pesquisa deu-se nos meses de março e abril de 2021, sendo os questionários entregues a um total de 20 (vinte) professores/as e 200 (duzentos) pais/mães de crianças matriculadas em escolas públicas de Vila Velha (ES) e de Cariacica (ES).

Para se ter certeza de que os questionários aplicados “falavam” a mesma língua dos respondentes, antes de sua aplicação foi aplicado um pré-teste, para 10 (dez) professores e, também, para 10 (dez) pais/mães. Entre outras metas, o principal objetivo da aplicação do pré-teste era saber se havia termos ou frases que os respondentes desconheciam e/ou consideravam ofensivos, bem como saber se os respondentes gostariam de sugerir alterações no questionário principal.¹⁶⁷ Contudo, havendo total anuência por parte dos dois grupos de respondentes – professores/as e pais/mães –, considerou-se que os questionários estavam prontos para serem aplicados.

Destaca-se que a aplicação dos questionários¹⁶⁸ foi precedida de breve coleta de informações, com as quais se construiu o levantamento do perfil dos/as respondentes. Assim, em relação aos/as professores/as de Cariacica (ES), tal levantamento revelou que, no que tange ao gênero, 90% são do sexo feminino e 10% do sexo masculino. Quanto à faixa etária, 50% dos respondentes possuem entre 40 e 49 anos; 40% estão na faixa que vai dos 30 aos 39 anos; e 10% entre 20 e 29 anos. No concernente à religião, 70% identificaram-se como evangélicos e 30% se autodeclararam católicos. Sobre a formação acadêmica mais elevada,

¹⁶⁵ RICHARDSON, 2012, p. 272.

¹⁶⁶ PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. *Apresentação de trabalhos científicos: monografia, TCC, teses e dissertações*. São Paulo: Futura, 2000. p. 39.

¹⁶⁷ TEIXEIRA, Léia Gadelha Teixeira; MATOS, Natalia Cabrera; ABREU, Yuri Medina; ROCHA, Gabrielle Karen Almeida; LIMA, Carlos Eduardo Arruda; GIESTA, Rogerio Pinto. Utilização de pré-teste e pós-teste como ferramenta de avaliação da aprendizagem, em oficina de primeiros socorros. *Revista Encontros Universitários da UFC*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 4581-4583, 2018. p. 4581.

¹⁶⁸ Apêndices D e E.

50% possuem apenas graduação ao nível superior; ao passo que os demais 50% possuem pós-graduação. Em relação à especialidade profissional, 40% são professores/as especialistas em Educação Infantil e os outros 60% não são especialistas nesse nível de ensino. No que diz respeito ao tempo que lecionam em CMEIs, 60% o fazem em período que vai dos 10 aos 19 anos; 20% lecionam em CMEIs a menos de 10 anos; e os demais 20% lecionam nessas escolas há mais de 20 anos. Como se vê, esse conjunto de respondentes possui considerável experiência em Educação Infantil.

Em se tratando dos/as professores/as de Vila Velha (ES), tem-se que, no que concerne ao gênero, 90% são do sexo feminino e 10% são do sexo masculino. Em relação à faixa etária, 60% possuem entre 30 e 39 anos; 30% encontram-se na faixa que vai dos 40 aos 49 anos; e, 10% tendo idade igual ou superior a 50 anos. Sobre a religião que professam, 70% são evangélicos; 30% são católicos. No que diz respeito à formação acadêmica mais elevada, todos/as possuem pós-graduação. Quanto à especialidade profissional, 60% são professores/as especialistas em Educação Infantil; os demais 40% não são especialistas nessa temática. Sobre o tempo em que lecionam em CMEIs, 60% o fazem em tempo igual ou superior a 10 anos; ao passo que os 40% restantes trabalham com CMEIs a menos de 10 anos. Esse conjunto de respondentes também possui considerável experiência em Educação Infantil, e mais professores/as com melhor formação acadêmica que a dos/as respondentes de Cariacica (ES).

O levantamento do perfil dos/as respondentes também foi feito junto a pais/mães, mostrando que, em Cariacica (ES), no que tange ao gênero, 62% pertencem ao sexo feminino; 38% ao sexo masculino. Quanto à faixa etária, 66% têm entre 20 e 29 anos; 29% estão na faixa que vai dos 30 aos 39 anos; 2% possuem entre 40 e 49 anos; também com 2% encontram-se os/as que têm menos de 20 anos; restando 1% com idade igual ou superior a 50 anos. Sobre a religião que professam, 38% afirmaram ser católicos; 37% são evangélicos; já os espíritas são 9% dos/as respondentes; 8% seguem religiões de matriz africana; e, também, 8% que disseram não possuir religião. No tocante à escolaridade, 56% possuem o *Segundo Grau*; 40% têm apenas *Primeiro Grau*; havendo ainda 4% que disseram ter curso superior. No que se refere à atual condição de emprego, 83% encontram-se empregados; 12% são trabalhadores/as do lar; 3% se afirmaram empreendedores; restando 2% que estão atualmente desempregados.

Em Vila Velha (ES) o levantamento do perfil dos/as respondentes mostrou que, 70% são do sexo feminino; sendo os demais 30% do sexo masculino. No quesito idade, 54% estão na faixa que vai dos 20 aos 29 anos; 34% têm entre 30 e 39 anos; 8% são pessoas entre 40 e

49 anos; 3% possuem idade igual ou superior a 50 anos; ao passo que o 1% restante afirma ter menos que 20 anos. E relação à religião que professam, 42% são evangélicos; 33% se afirmam católicos; 10% seguem religiões de matriz africana; 8% disseram não ter religião; restando 7% de espíritas. Sobre a escolaridade, 55% possuem apenas o *Primeiro Grau*; 44% têm *Segundo Grau*; 1% afirma possuir curso superior. Quanto à condição de emprego atual, 81% encontram-se empregados; 13% afirmaram estar desempregados; 4% disseram ser trabalhadores/as do lar; restando 2% que se afirmam empreendedores.

Diante do exposto, destaca-se que, tendo sido aqui apresentadas as diretrizes gerais da metodologia utilizada na pesquisa de campo, passa-se agora, na segunda seção deste terceiro capítulo, a expor o perfil dos respondentes, bem como a análise dos dados, além das respectivas análises.

3.2 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo

A partir de agora, passa-se a apresentar a análise dos dados da pesquisa de campo, visando reunir informações significativas, as quais evidenciem aspectos que precisam ser melhorados, para que os valores religiosos ensinados, ao longo da Educação Infantil, possam mesmo contribuir para a formação do indivíduo, tendo por principal fundamento a diversidade. A ideia consiste em comparar, em cada escola, separadamente, as opiniões dos/as professores/as com as opiniões de pais/mães, para identificar onde há mais discordância ou concordância.

Iniciando por Cariacica (ES), a primeira questão diz respeito à avaliação da qualidade da Educação Infantil oferecida pela CMEI – Wilson Alves do Nascimento. Sobre isso, o Gráfico 1 mostra que os/as professores/as se mantiveram no prisma positivo, visto que 80% dos/as respondentes avaliaram a Educação Infantil como boa; com os demais 20% avaliando como excelente.

No entanto, conforme se vê no Gráfico 2, entre pais/mães, 61% consideram boa a Educação Infantil oferecida pela CMEI – Wilson Alves do Nascimento; 31% afirmam ser excelente; havendo ainda 8% restantes, para os quais a qualidade dessa mesma Educação Infantil é ruim. Já nessa primeira questão fica nítida a diferença entre a opinião de professores/as e de pais/mães. As razões que justificam essa diferença devem aparecer no decorrer da análise. Contudo, é preciso recordar conceitos principais acerca do que seja uma Educação Infantil de qualidade.

Como se viu no item 1.2, na Educação Infantil o cuidar é parte fundamental. Cuidar de criança exige desenvolver capacidades. Para haver desenvolvimento integral, requerem-se cuidados que envolvam a dimensão afetiva e os aspectos biológicos do corpo, como a alimentação e os cuidados com a saúde. Assim, cuidar e educar são ações inseparáveis e essenciais na Educação Infantil.¹⁶⁹

Pode-se supor que uma das razões do descontentamento de mais de 30% dos/as pais/mães resulta do fato da CMEI – Wilson Alves do Nascimento ter poucos funcionários, os quais cuidam de cerca de 100 (crianças), em apenas 4 (quatro) salas, contando com poucos recursos e sem área de lazer – conforme se viu no item 3.1, ao serem descritas as escolas que compõem o *locus* do presente estudo.

Conforme explicam Jéssica de Sousa Monteiro e Diego Pereira da Silva, a deficiência na infraestrutura nas escolas afeta significativamente a qualidade da educação oferecida. Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de crianças, constituem-se problemas que influenciam diretamente no desempenho das crianças.¹⁷⁰

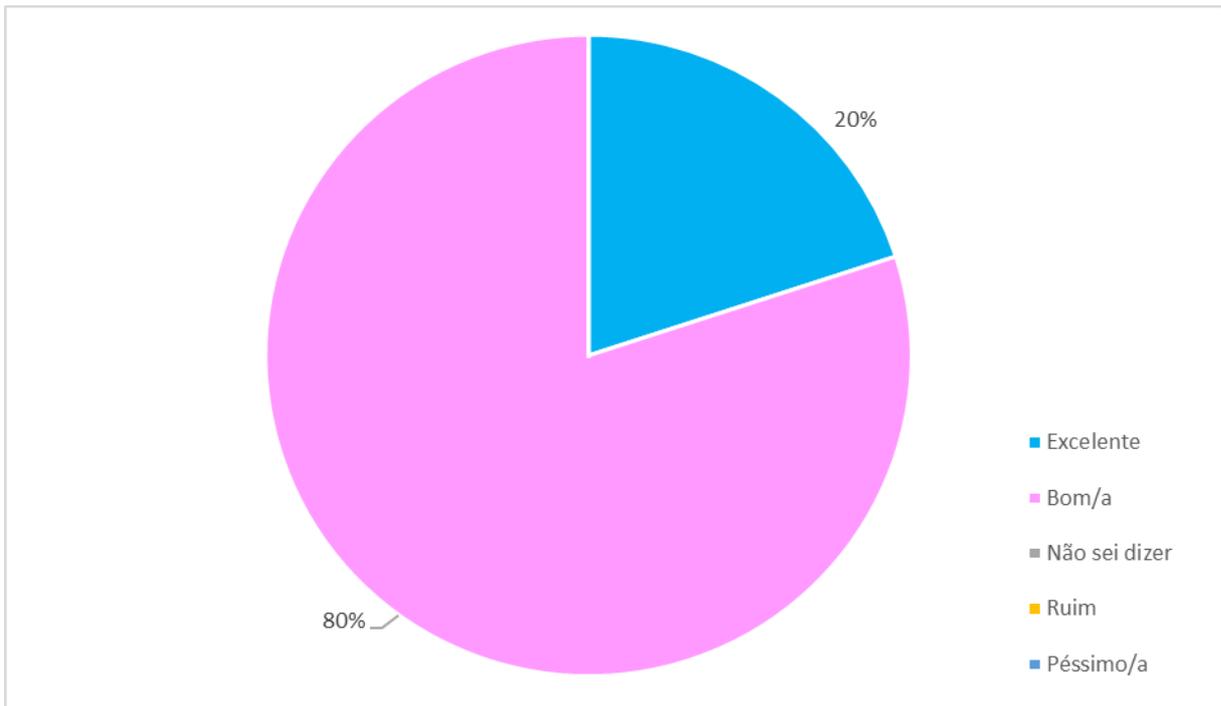
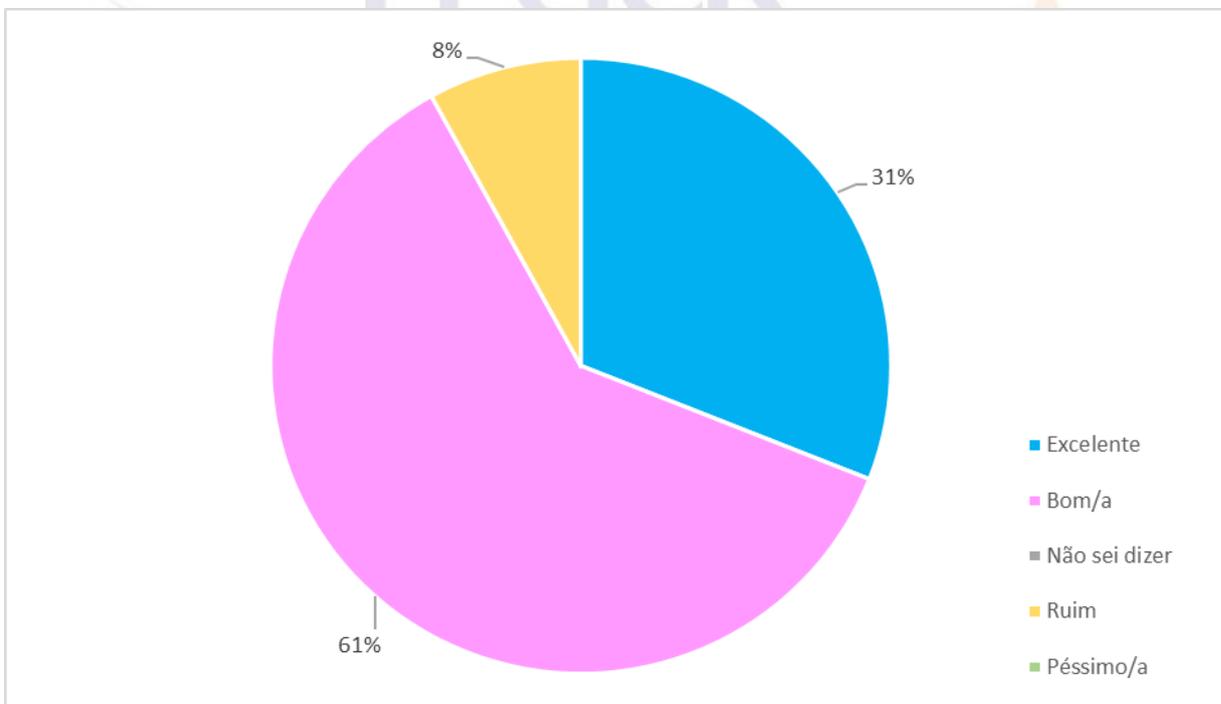
Adotando também essa mesma linha de raciocínio, Mauria Bontorin Beltrame e Graziella Ribeiro Soares Moura afirmam, ainda, que o espaço escolar se revela essencial à formação das crianças, devendo ser elemento de máxima atenção na relação dinâmica entre os/as usuários/as e o ambiente escolar. Para tanto, tal ambiente deve estar em constante reestruturação. Assim, as questões inerentes à interação entre espaço físico, atividades pedagógicas e comportamento humano devem ser entendidas como prioridades em uma escola.¹⁷¹

Optou-se por manter os gráficos em uma mesma página para facilitar a comparação visual entre os dois públicos respondentes, Professores/as no gráfico na parte superior da página, e Pais/Mães, na parte de baixo.

¹⁶⁹ SANTOS, 2010, p. 26.

¹⁷⁰ MONTEIRO, Jéssica de Sousa; SILVA, Diego Pereira da. Influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 19-28, 2015. p. 23.

¹⁷¹ BELTRAME, Mauria Bontorin; MOURA, Graziella Ribeiro Soares. Edificações escolares: infraestrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar. *Revista Travessias*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2009. [online]. p. 4.

Gráfico 1 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde trabalha – Professores/as – Cariacica (ES)¹⁷²Gráfico 2 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde os/as filhos/as estudam – Pais/Mães – Cariacica (ES)¹⁷³

¹⁷² Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

¹⁷³ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A segunda questão diz respeito à avaliação do princípio da laicidade aplicado à Educação Infantil. Conforme o Gráfico 3, 90% dos/as professores/as respondentes avaliaram como sendo boa tal relação na CMEI – Wilson Alves do Nascimento; 10% como sendo ruim. O Gráfico 4 mostra que 82% de pais/mães avaliaram como boa esse princípio; para 4% deles, a avaliação foi excelente e 11% consideraram ruim; 2% avaliaram como péssimo; restando 1% sem opinião a respeito.

Dessa forma, tem-se 10% de professores/as, que se somam a 13% de pais/mães, vendo o princípio da laicidade como um problema na CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). Novamente, recorrer-se à literatura consultada, para rever, brevemente, como a escola deve se portar em relação ao princípio da laicidade.

Nesse sentido, primeiro é preciso lembrar que o Brasil é um país multicultural, dotado de relativa liberdade religiosa, sendo tecnicamente um Estado laico, onde não há religião oficial. Entretanto, a questão da religião no âmbito escolar brasileiro torna-se um problema, visto que coloca as diferenças em proximidade, em que identidades múltiplas convivem. Com isso, a escola deve se posicionar neste campo de conflitos individuais. A diversidade religiosa eclode em muitas denominações, com cosmovisões religiosas diversas, em face das miscigenações étnico-raciais e dos fluxos migratórios.¹⁷⁴ E isso se reflete na escola, onde professores/as, não raramente, acabam impondo às crianças as próprias convicções religiosas.

Na escola, diante da diversidade cultural e religiosa em que os/as estudantes estão inseridos, deve-se estimular o respeito à tolerância, desde a Educação Infantil, cabendo ao/à professor/a compreender os movimentos específicos das diversas culturas, cujo substantivo religioso colabora com a constituição de cidadãos multiculturalistas, buscando ações educacionais que valorizem a diversidade, bem como objetivando o processo de construção da cidadania.¹⁷⁵

Isso inclui, também, não permitir que os/as professores e as crianças imponham aos/às demais, em maior ou menor grau, suas convicções religiosas – porque a escola não deve ser transformada em um campo de disputa. Para tanto, cabe à direção orientar toda a comunidade escolar, para que respeitem o espaço da instituição de ensino, mantendo-o isento de ações confessionais.

¹⁷⁴ NOGUEIRA, 2017, p. 242-213.

¹⁷⁵ KADLUBITSKI, Lidia; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da fraternidade universal. *Revista Interações – Cultura e Comunidade*, Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 123-139, 2010. p. 126.

Gráfico 3 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Professores/as – Cariacica (ES)¹⁷⁶

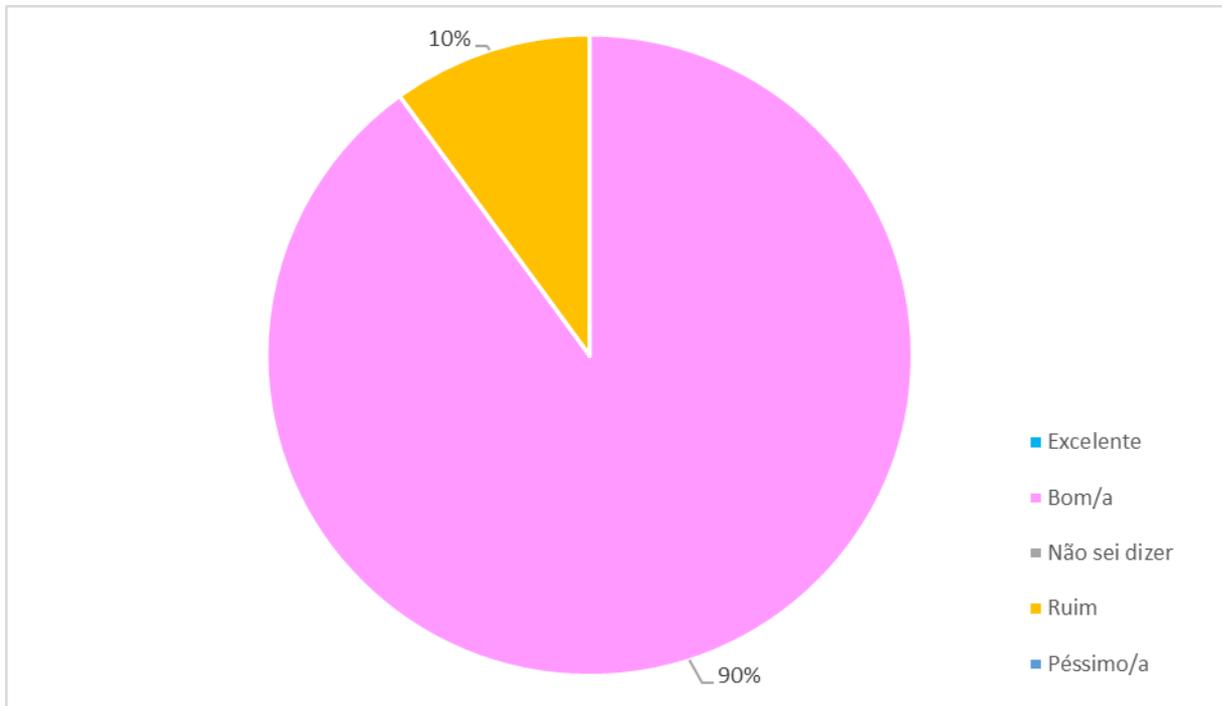
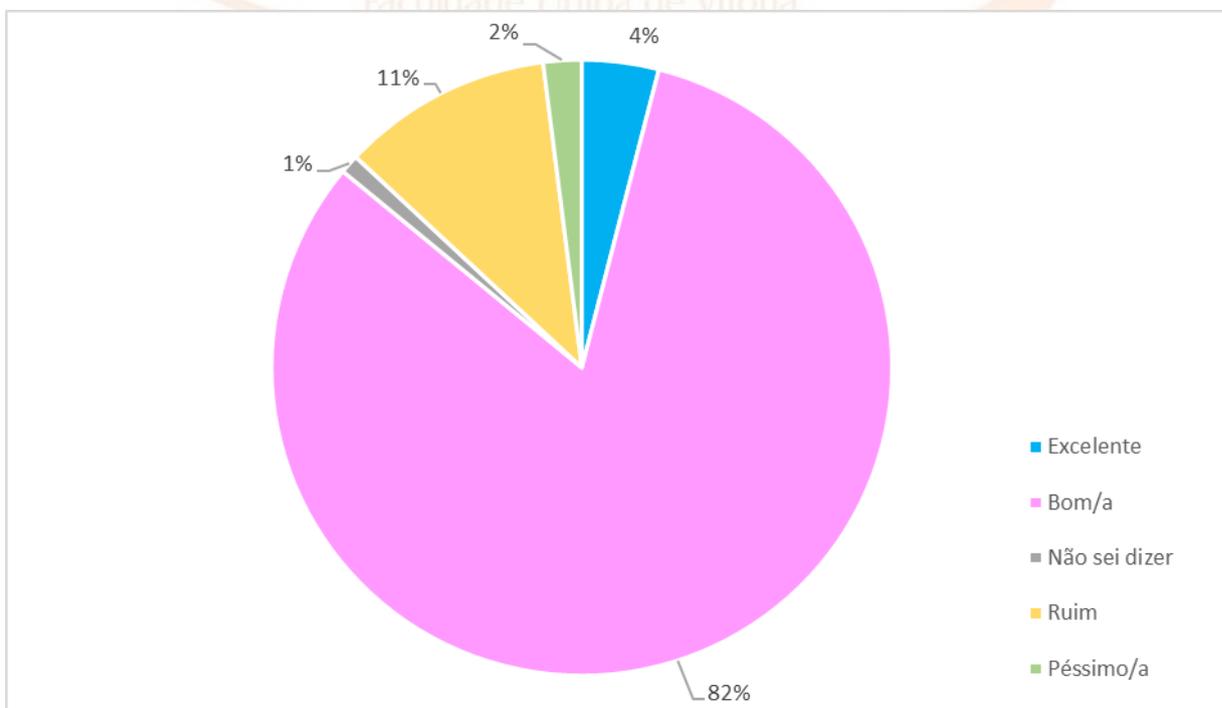


Gráfico 4 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Pais/Mães – Cariacica (ES)¹⁷⁷



¹⁷⁶ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

¹⁷⁷ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

Não obstante, a terceira questão, expressa por meio dos Gráficos 5 e 6, avaliou a inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil. Quanto a isso, a pesquisa de campo mostrou que os/as professores/as lotados no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES), foram unânimes em avaliar como boa a inserção de valores religiosos. Já entre pais/mães, 74% avaliaram como sendo boa; 21% como excelente; restando 5% que consideram ruim.

Para melhor entender esse resultado deve-se recorrer à descrição do perfil dos respondentes, no item 3.1, onde se pode perceber que os/as professores/as são todos/as cristãos – dividindo-se apenas como católicos ou evangélicos. Contudo, entre pais/mães verificam, 25% professam outras crenças, ou não seguem religião alguma. Supostamente, daí advém a insatisfação manifestada, a qual, embora seja minoria, pode representar indício de que a mencionada CMEI não esteja agindo adequadamente para respeitar o princípio da laicidade, fazendo com que a inserção de valores religiosos não siga os pressupostos que primam pela diversidade.

Faz-se necessário citar a base sobre a qual o ensino de valores religiosos deve se pautar. A Educação Infantil deve ser pautada pelo compromisso com a dignidade humana – intimamente interligada aos valores éticos e religiosos –, os quais estabelecem relação harmônica diante dos conflitos. Esses valores se caracterizam pelo respeito ao próximo, pelo reconhecimento e aceitação das diferentes religiosidades, ou mesmo àqueles que não possuem expressão religiosa. Para tanto, para isso ocorrer, a Educação Infantil deve fazer com que as crianças reconheçam o/a outro/a como ser legítimo, ainda que pense e aja diferentemente.¹⁷⁸

Em toda a educação brasileira – e isso inclui a Educação Infantil –, a presença de crianças oriundas de famílias que professam diferentes religiões revela a urgente necessidade de se desenvolver propostas educacionais direcionadas às temáticas inerentes à diversidade religiosa e ao discurso inter-religioso. A educação para a cidadania, no contexto da Educação Infantil torna necessário, ainda, o desenvolvimento de atitudes de tolerância, reciprocidade e civismo na relação entre pessoas que professam diferentes opções relativas à religião.¹⁷⁹ E a escola pública se constitui o cenário ideal para essa prática, visto que, bem mais que a escola particular, recebe maior variedade social de crianças.

¹⁷⁸ SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 499.

¹⁷⁹ FLEURI, Reinaldo Matias. Relações interculturais, diversidade religiosa e educação: desafios e possibilidades. In: FLEURI, Reinaldo Matias; HARDT, Lúcia Schneider Hardt; OLIVEIRA, Lilian Blanck de Oliveira; RISKE-KOCH, Simone; CECCHETTI, Élcio. *Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar, conviver*. Blumenau: Edifurb, 2013. p. 57.

Gráfico 5 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Professores/as – Cariacica (ES)¹⁸⁰

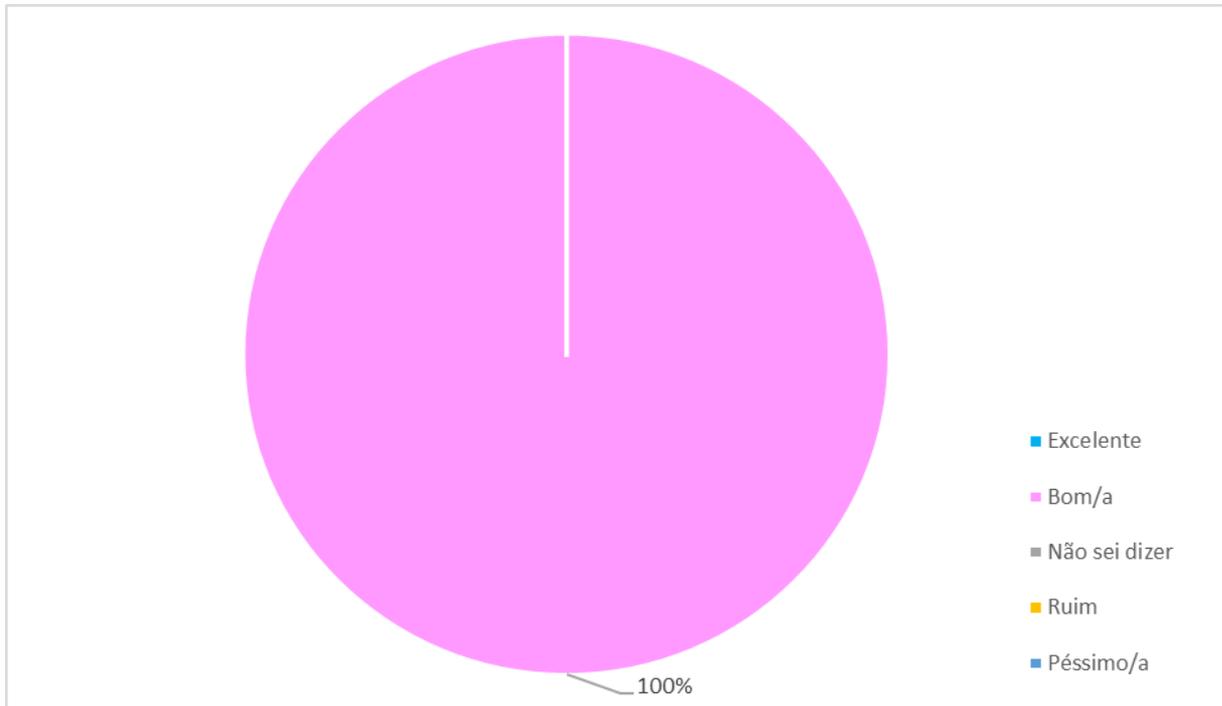
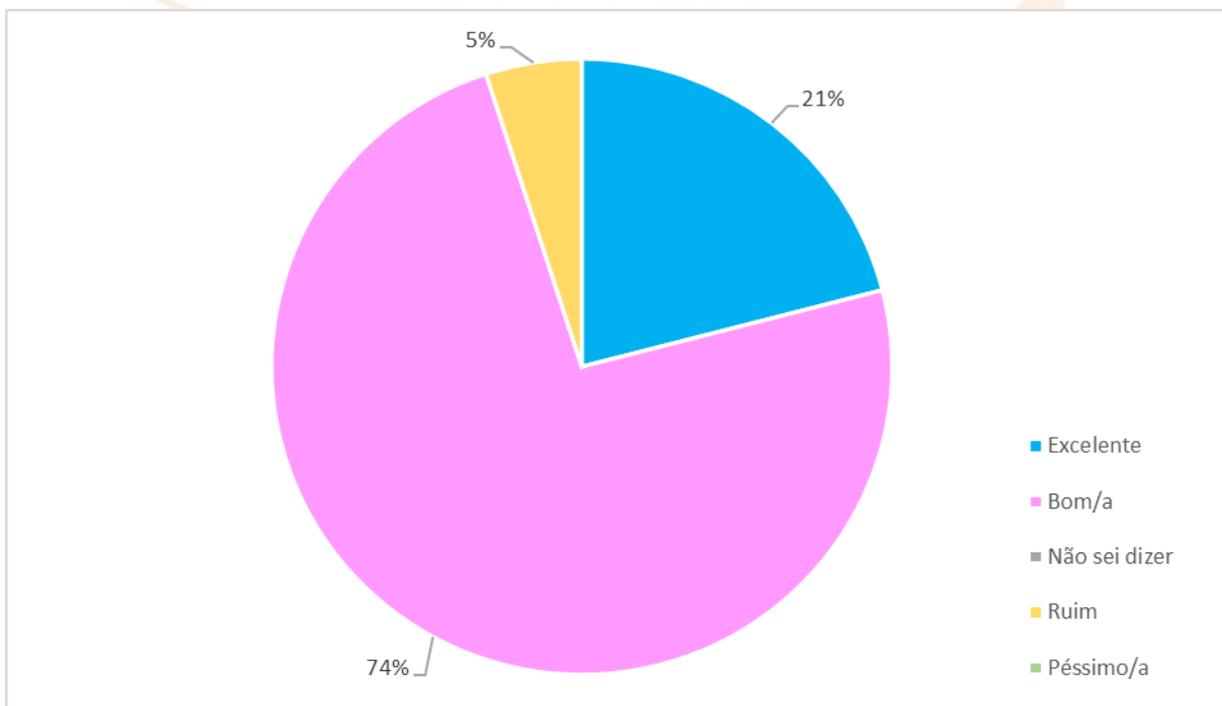


Gráfico 6 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Pais/Mães – Cariacica (ES)¹⁸¹



¹⁸⁰ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

¹⁸¹ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A quarta questão conheceu a avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos por parte das crianças, na opinião de professores/as e de pais/mães de crianças matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). Em relação a isso, o Gráfico 7 mostra que entre os/as professores/as, 80% consideram boa essa aceitação e assimilação e 20% restantes avaliam como sendo excelente. O Gráfico 8 indica que 76% de pais/mães avaliam tal aceitação e assimilação como boa e 20% a consideram excelente. No entanto, 3% afirmam ser ruim; havendo, ainda, 1% restante que admite não ter opinião formada acerca do tema.

Considerando-se o baixo percentual de quem avaliou a questão negativamente, o importante aqui é destacar que, em sua maioria, tanto os/as professores/as quanto os/as pais/mães avaliam positivamente a aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças. Dessa forma, entende-se ser benéfico às crianças a inserção dos valores religiosos, o que pode ser confirmado, mais à frente, quando forem analisadas outras questões que ajudam a reforçar tal premissa.

Esse entendimento positivo, expresso pela maioria dos/as respondentes – sejam professores/as ou pais/mães –, vai ao encontro do que afirma a literatura especializada. Conforme se afirmou no item 1.3, os valores religiosos constituem aspectos que suscitam a busca de experiências espirituais, situando-se no campo das transformações que atingem a sociedade.¹⁸² Nesse sentido, pode-se também afirmar que a educação – mesmo a voltada às crianças pequenas – possui diversas funções que se assemelham às funções da religião, enquanto promove a elevação do espírito humano, dotando as crianças de um conjunto de valores que tendem a torna-las mais altruístas e, também, mais preocupados/as com o bem-estar dos demais seres vivos.¹⁸³

No entanto, levando-se em conta a pouca rejeição registrada, cabe aqui destacar – para não deixar dúvidas – que, no tocante ao ensino das crianças pequenas, os objetivos da escola são muito distintos dos objetivos da educação religiosa convencional. Então, tomando-se por base os resultados expressos por meio da análise dessa quarta questão, pode-se considerar que, tanto os/as professores/as quanto pais/mães estejam, em sua maioria, satisfeitos com os resultados da aceitação e da assimilação dos valores religiosos que suas crianças têm recebido no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). Essa aprovação em percentual elevado indica que o trabalho realizado nesta escola tem qualidade.

¹⁸² SEEHABER; LONGHI, 2007, p. 243.

¹⁸³ MANZINI-COVRE, 2006, p. 75.

Gráfico 7 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Professores/as – Cariacica (ES)¹⁸⁴

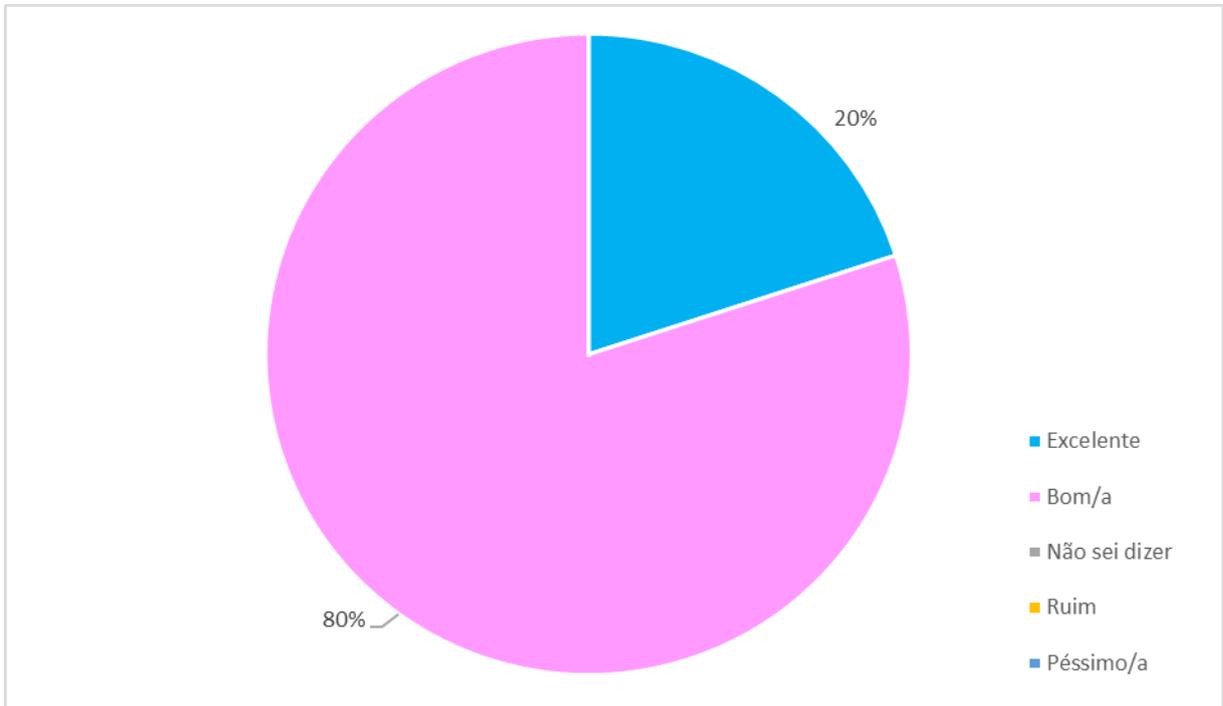
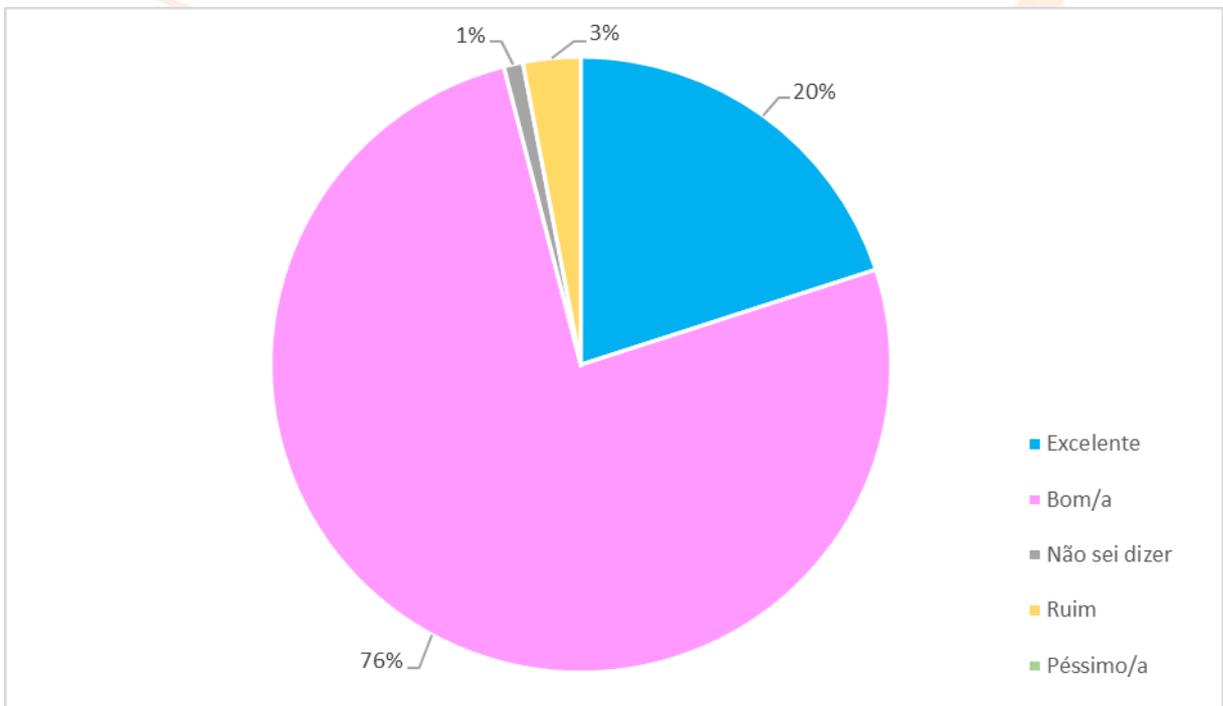


Gráfico 8 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Pais/Mães – Cariacica (ES)¹⁸⁵



¹⁸⁴ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

¹⁸⁵ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A quinta questão, representada pelos Gráficos 9 e 10, quantificou a avaliação dos valores religiosos como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças enquanto cidadãs, na opinião de professores/as e de pais/mães das crianças matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). Os resultados da pesquisa de campo mostram que 80% dos/as professores avaliaram como sendo boa; enquanto 20% afirmaram ser excelente. Entre pais/mães, verifica-se que 73% avaliam como boa a inserção de valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs; 22% avaliam como sendo excelente. Pelo prisma negativo, 3% disseram ser ruim; 1% avaliou como péssima; havendo, ainda, 1% que não possui opinião sobre o tema.

Esses resultados não surpreendem, considerando-se os resultados da questão 4. Afinal, se professores/as e pais/mães aprovam a aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças, é porque também consideram que os valores religiosos – ensinados na Educação Infantil – servem bem à função de elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs. No entanto, ainda que as questões 4 e 5 sejam complementares entre si, pensou-se ser importante testar os/as respondentes, pois, caso essas questões apresentassem resultados muito díspares, poderia ser indício de que os questionários tivessem sido respondidos aleatoriamente, sem comprometimento dos respondentes. Contudo, o que se confirmou foi exatamente o inverso: as respostas apresentam conexões lógicas.

No tocante à literatura, cabe ressaltar a relação entre os valores religiosos como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças e despertar para o sentido da cidadania. A educação se constitui caminho privilegiado, cujo papel principal é a condução dos seres humanos ao cuidado de si e do/a outro/a. Como dito no item 2.3, é essa dimensão que possibilita vivência humana autônoma, reconhecimento da pluralidade e garantia a todos de uma vida ética.¹⁸⁶ Em resumo, busca-se uma educação que conduza ao bem viver, a uma verdadeira vida com/para os outros, desde os primeiros anos, já na Educação Infantil.

Geralmente, a criança tende a ser egoísta – a querer tudo para ela. A Educação Infantil reverte essa tendência, pela humanização. Como se vê, a literatura especializada afirma que os valores religiosos, por seu imenso viés ético e humanista, devem ser ensinados desde cedo, para que as crianças pequenas possam, paulatinamente, adquirir um sentido mais profundo de cidadania, a qual vai sendo completada nos demais anos de estudo.

¹⁸⁶ BREGALDA, 2015, p. 2.

Gráfico 9 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãos – Professores/as – Cariacica (ES)¹⁸⁷

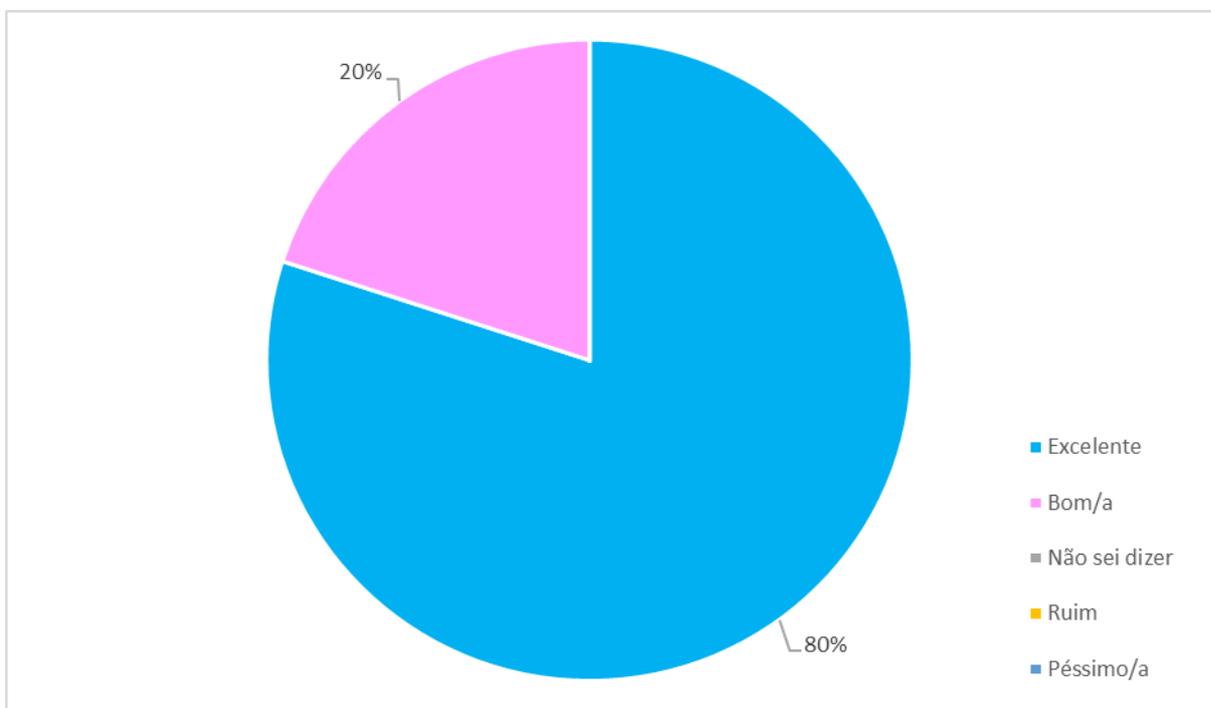
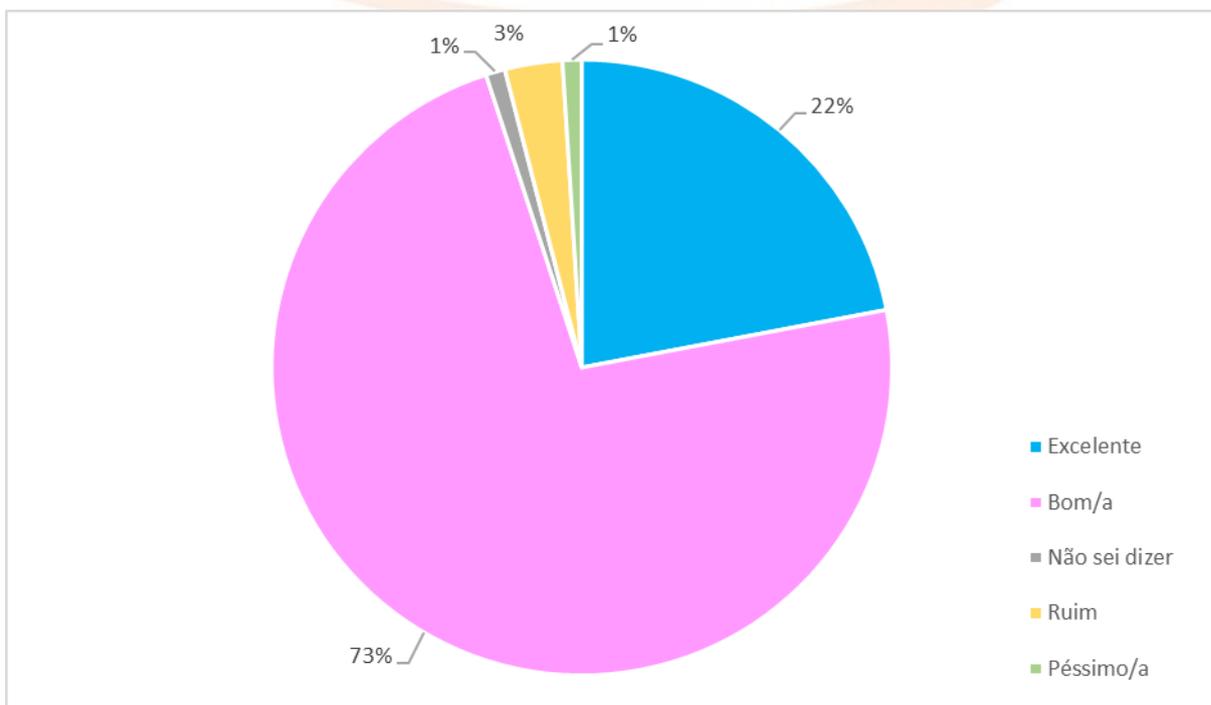


Gráfico 10 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãos – Pais/Mães – Cariacica (ES)¹⁸⁸



¹⁸⁷ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

¹⁸⁸ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A sexta questão – expressa pelos Gráficos 11 e 12 – levantou qual a avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazer as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas, segundo a opinião de professores/as e pais/mães de crianças matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). Sobre isso, a pesquisa de campo mostrou que 80% dos/as professores/as respondentes avaliaram com excelente; enquanto os demais 20% disseram ser boa. Em relação aos/às pais/mães, 71% afirmam ser boa; 24% avaliam como excelente. Por fim, formando o ponto de vista negativo, há ainda 5% que consideram ruim.

A sexta pergunta – diretamente vinculada à questão da diversidade –, mostra que existe grande consenso, tanto entre os/as professores/as, quanto entre pais/mães, de que os valores religiosos ensinados às crianças pequenas, ao longo da Educação Infantil, contribuem para que as mesmas aceitem as diferenças culturais e religiosas. Isso é muito positivo, corroborando algumas das principais premissas encontradas na literatura especializada.

Afinal, a escola se constitui universo social marcado por grande diversidade social e cultural. Não raramente, a escola reproduz padrões de conduta que permeiam as relações sociais fora da escola, devendo ser preparada para buscar mecanismos capazes de facilitar a convivência na diversidade. A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Tal contato diversificado faz da escola o primeiro espaço de vivência das tensões.¹⁸⁹

Não obstante, a diversidade cultural e religiosa resulta de longo processo de interação entre diferentes grupos sociais, por meio do qual cada cultura incorpora e recria traços de outras culturas. A pluralidade de identidades culturais deriva das singularidades de cada grupo social, bem como das mediações espaciais que proporcionam a reprodução material e imaterial.¹⁹⁰ Conforme o entendimento expresso por Claudete Beise Ulrich e Martinélia Rodrigues de Almeida Grasselli, desde a infância, o reconhecimento e o respeito à diversidade são fundamentais na construção da cidadania.¹⁹¹ Sendo assim, tem-se que a promoção desse reconhecimento é, também, uma das funções da Educação Infantil. Isso leva a crer, com base nas opiniões dos/as respondentes, que, em relação à promoção da diversidade, o CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES) tem desempenhado excelente trabalho.

¹⁸⁹ BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; DADESK, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002. p. 29.

¹⁹⁰ MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983. p. 16.

¹⁹¹ ULRICH; GRASSELLI, 2019, p. 499.

Gráfico 11 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Professores/as – Cariacica (ES)¹⁹²

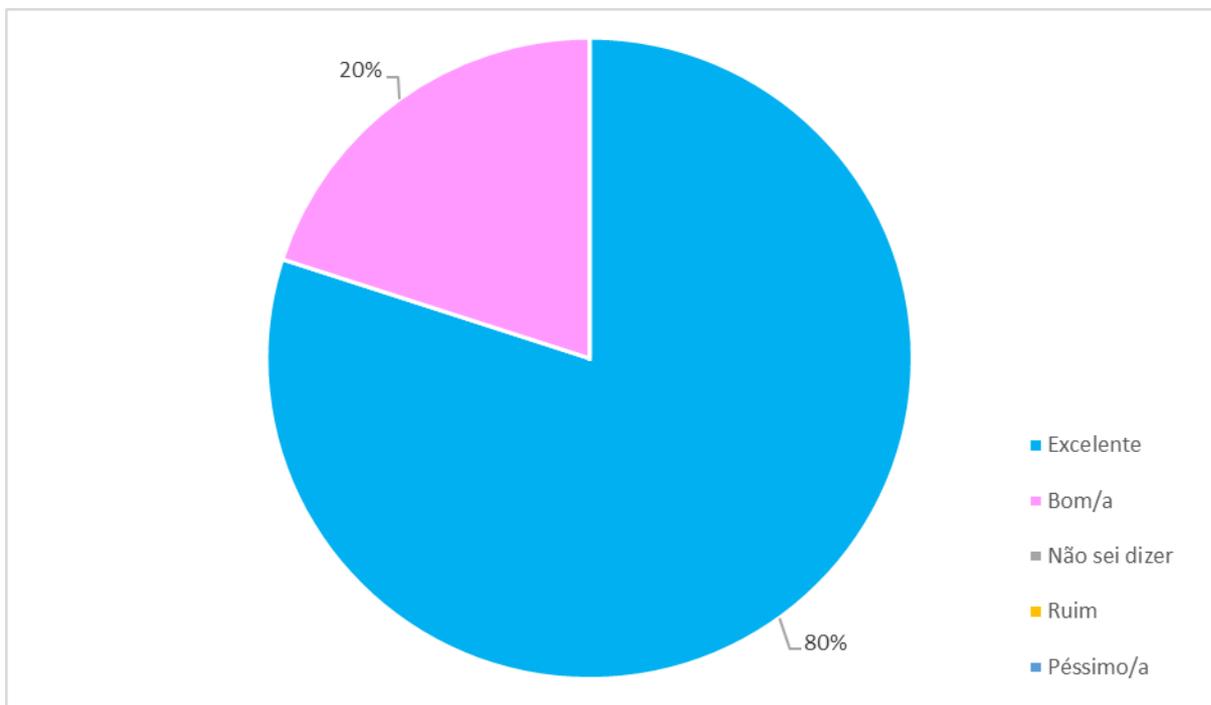
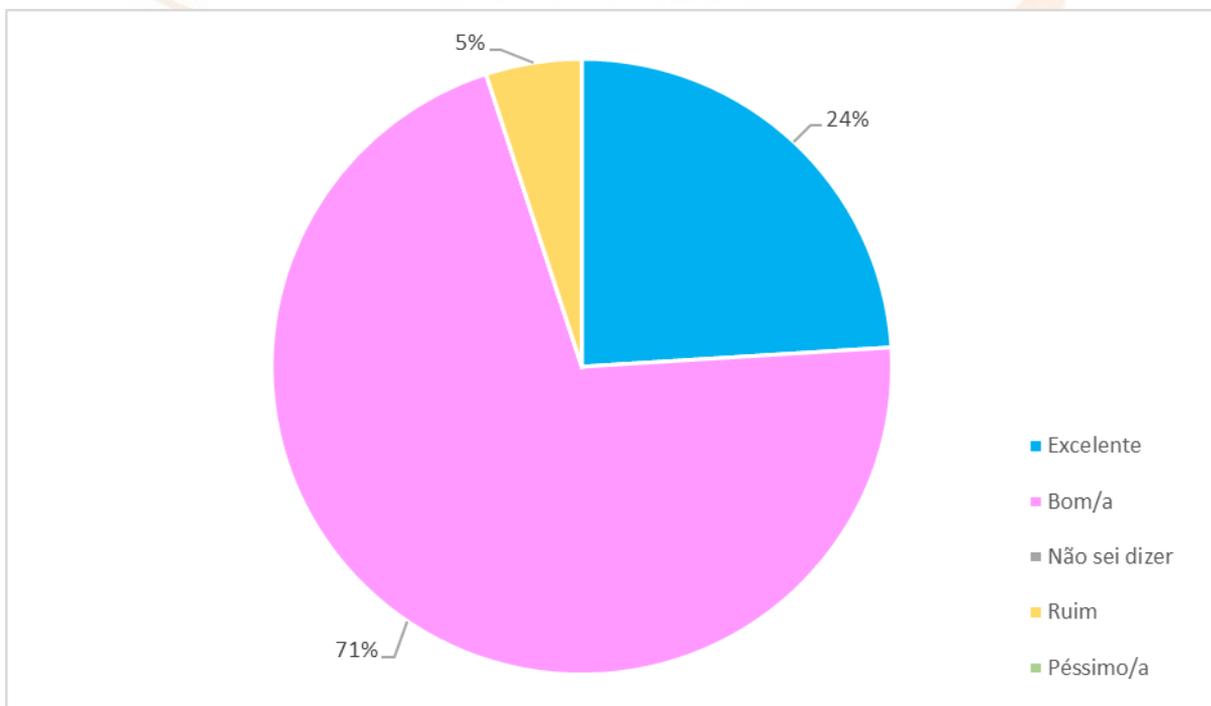


Gráfico 12 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Pais/Mães – Cariacica (ES)¹⁹³



¹⁹² Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

¹⁹³ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A sétima questão expressa os resultados da avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças, conforme o entendimento de professores/as e pais/mães de crianças matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). Sobre isso, tem-se que 70% dos/as professores afirmaram ser excelente; enquanto 30% disseram ser boa. Quanto a pais/mães, 64% avaliaram como sendo boa; 32% entenderam como excelente; registrando-se também 4% que avaliaram como ruim.

Demonstrando plena sintonia com as questões 5 e 6, aqui também se verifica ampla concordância das respostas advindas de professores/as e de pais/mães, pois, os dois grupos pesquisados mostram que, em sua maioria, consideram positivos os valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças, ao longo da Educação Infantil, no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). E assim, mais uma vez, a presente pesquisa mostra que a escola – alvo deste estudo – caminha *pari passu* com o que é defendido pela literatura especializada.

Conforme a visão de Maria Helena Martins, em um mundo globalizado, no qual se intensificam as desigualdades e a violência, torna-se essencial promover uma educação que contemple esses desafios. Daí porque, atualmente, inúmeros pensadores da educação buscam disseminar a cultura de paz, a qual permite acelerar o processo de construção da cidadania entre os/as estudantes. Entendendo-se que a violência persiste, defende-se que a conquista da paz pressupõe, entre outros elementos, o direito à educação.¹⁹⁴ Dessa forma, a Educação Infantil deve promover o desenvolvimento da personalidade e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Diante disso, torna-se necessário valorizar a diversidade e, em especial, a religiosa, como fonte de enriquecimento para as relações humanas. Aprender a ver, perceber, reconhecer e valorizar as experiências pacíficas e não violentas; criar situações educativas que permitam aprender a viver e desfrutar da convivência inter-religiosa, não isenta de conflitos e problemas, reconhecendo a riqueza e complexidade da realidade, é um dos caminhos a ser trilhado pela cultura de paz.¹⁹⁵ E, conforme mostrou a pesquisa de campo, se a Educação Infantil tem ofertado valores religiosos que contribuem para estabelecimento de uma cultura da paz, conforme atestam os/as professores e pais/mães das crianças matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES), então essa escola está no caminho certo.

¹⁹⁴ MARTINS, Maria Helena. Educar para a paz: importância de promover os pilares da resiliência educacional. *Cadernos do GREI*, Faro, v. 1, n. 30, p. 3-24, 2015. p. 3.

¹⁹⁵ VICENTE, Maximiliano Martin. Cultura(s) da paz: uma introdução. *RIDH – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 1, n. 4, p. 13-19, 2015. p. 17.

Gráfico 13 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Professores/as – Cariacica (ES)¹⁹⁶

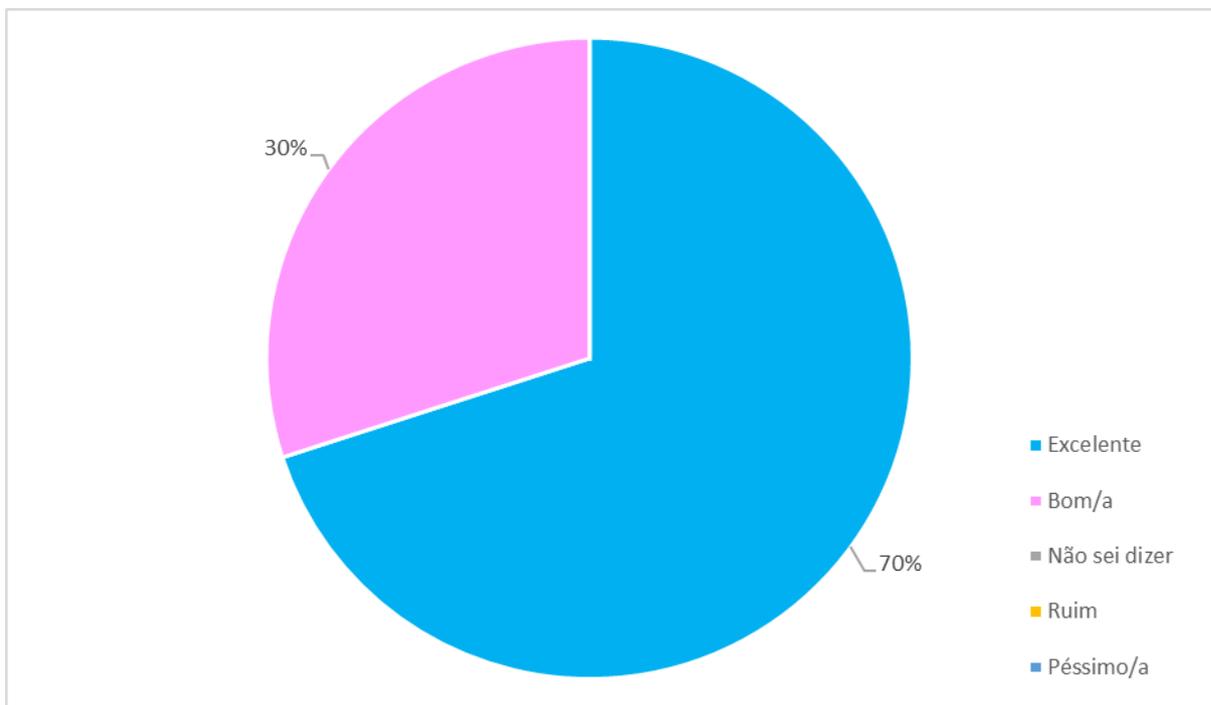
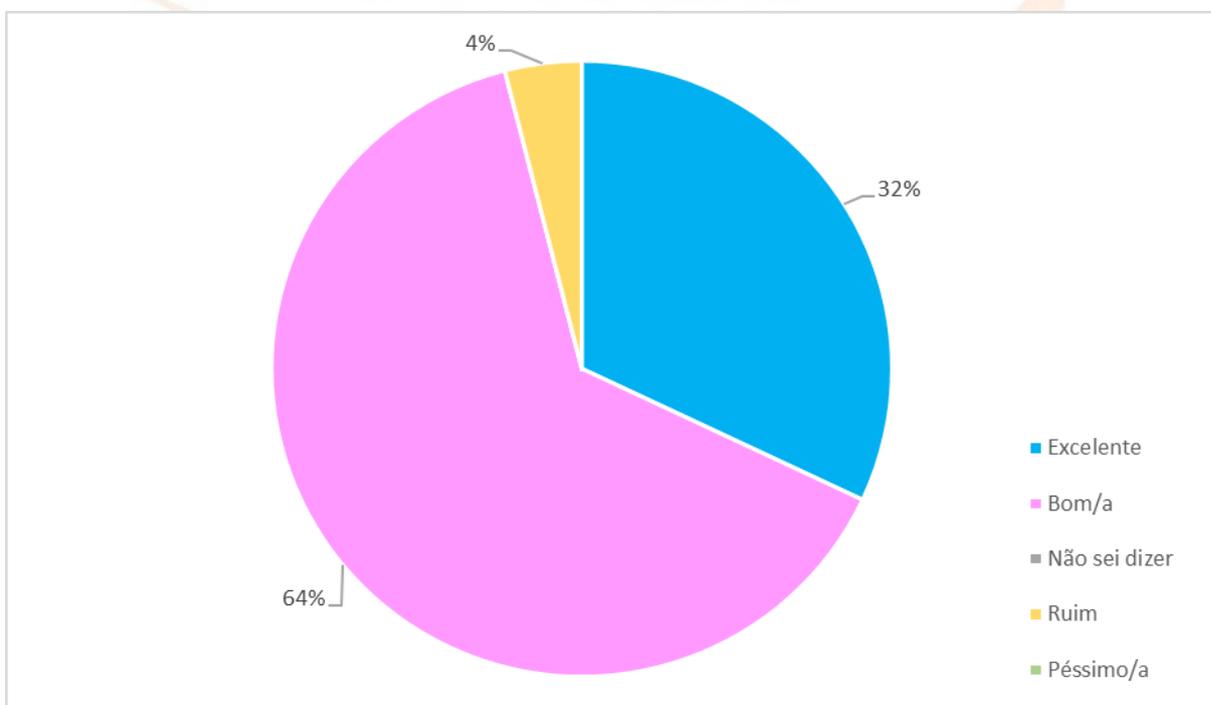


Gráfico 14 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Pais/Mães – Cariacica (ES)¹⁹⁷



¹⁹⁶ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

¹⁹⁷ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A oitava questão, representada aqui pelos Gráficos 15 e 16, conheceu a avaliação feita por professores/as e pais/mães das crianças pequenas matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES), acerca do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil. No tocante a esse tema, a pesquisa de campo mostrou que 50% dos/as professores avaliam como sendo bom; 10% como excelente. Contudo, o prisma negativo da questão se mostra significativo, com 40% dos/as professores avaliando como sendo ruim. Quanto aos/às pais/mães, 76% afirmaram que o entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil, bom; 17% cuja avaliação aponta como sendo excelente. Sem embargo, 7% entendem que tal entendimento é ruim.

Tem-se, assim, que a oitava questão se revela polêmica, não agradando parte considerável dos/as respondentes – especialmente entre os/as professores/as. Isso pode ser um indício de que a comunidade escolar tem interferido – ou tentado interferir – no cotidiano da mencionada CMEI, provavelmente em função de temas relacionados à religião ou datas comemorativas. Sendo assim, torna-se fundamental orientar a comunidade escolar sobre a necessidade de uma educação sem viés proselitista ou confessional.

Não somente a legislação, mas também a literatura educacional defende uma escola laica. Nesse sentido, a única forma de compatibilizar o caráter laico do estado brasileiro com a abordagem acerca dos valores religiosos nas escolas públicas seria com a adoção do formato não confessional, sem preferência identificada pelos/as professores/as. Isso porque, o princípio do pluralismo de concepções pedagógicas está compreendido no princípio da liberdade de ensinar e divulgar o pensamento, visto que a ideia mesma de liberdade implica o respeito à diversidade de pensamento – respeitando-se o princípio da laicidade do Estado.¹⁹⁸

A Educação Infantil oferece grande contribuição para o desenvolvimento das crianças, para se tornarem cidadãos críticos, conscientes, com habilidades e potencialidades para a vida profissional, pessoal e social.¹⁹⁹ Daí entender-se que, é nesse sentido que se situam os valores religiosos na Educação Infantil: como conjunto de saberes merecedores de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento. Portanto, a ideia que se propõe é uma reflexão voltada para a postura crítica que se apoia na preocupação para com o outro.²⁰⁰

¹⁹⁸ LOURENÇO, Cristina Sílvia Alves; GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. O STF e o ensino religioso em escolas públicas: pluralismo educacional, laicidade estatal e autonomia individual. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 145-165, 2017. p. 147.

¹⁹⁹ SANTOS, 2016, p. 148.

²⁰⁰ BREGALDA, 2015, p. 2.

Gráfico 15 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil – Professores/as – Cariacica (ES)²⁰¹

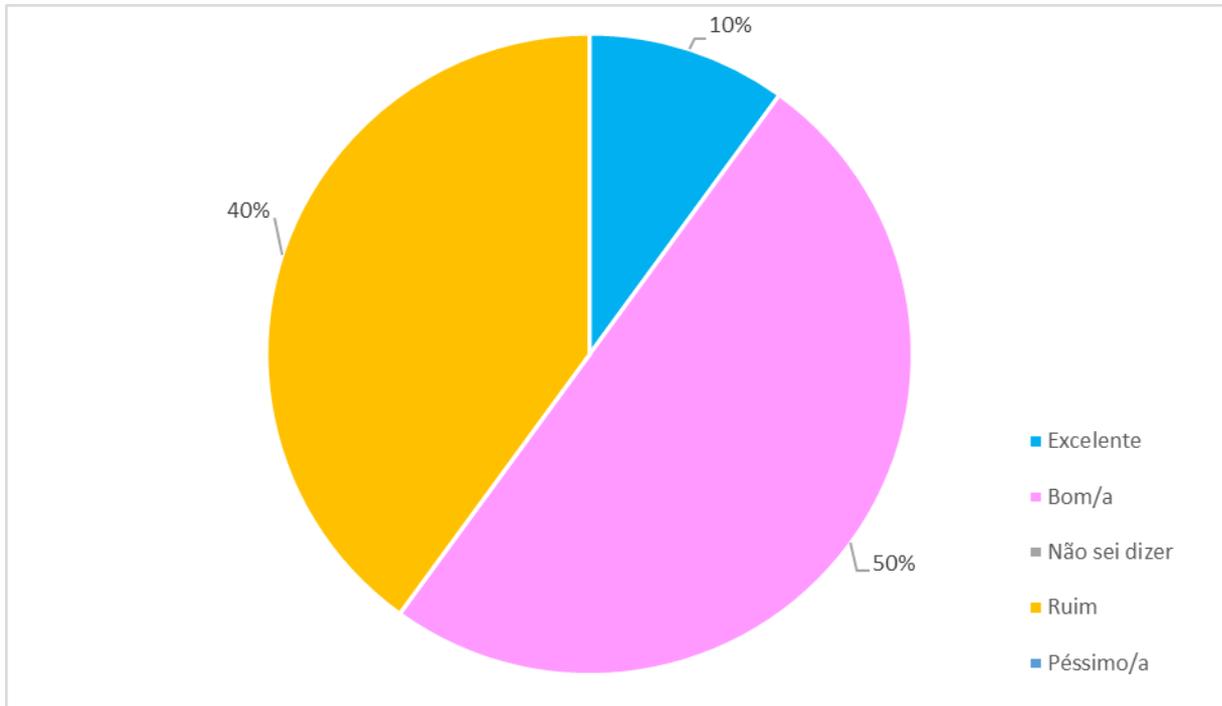
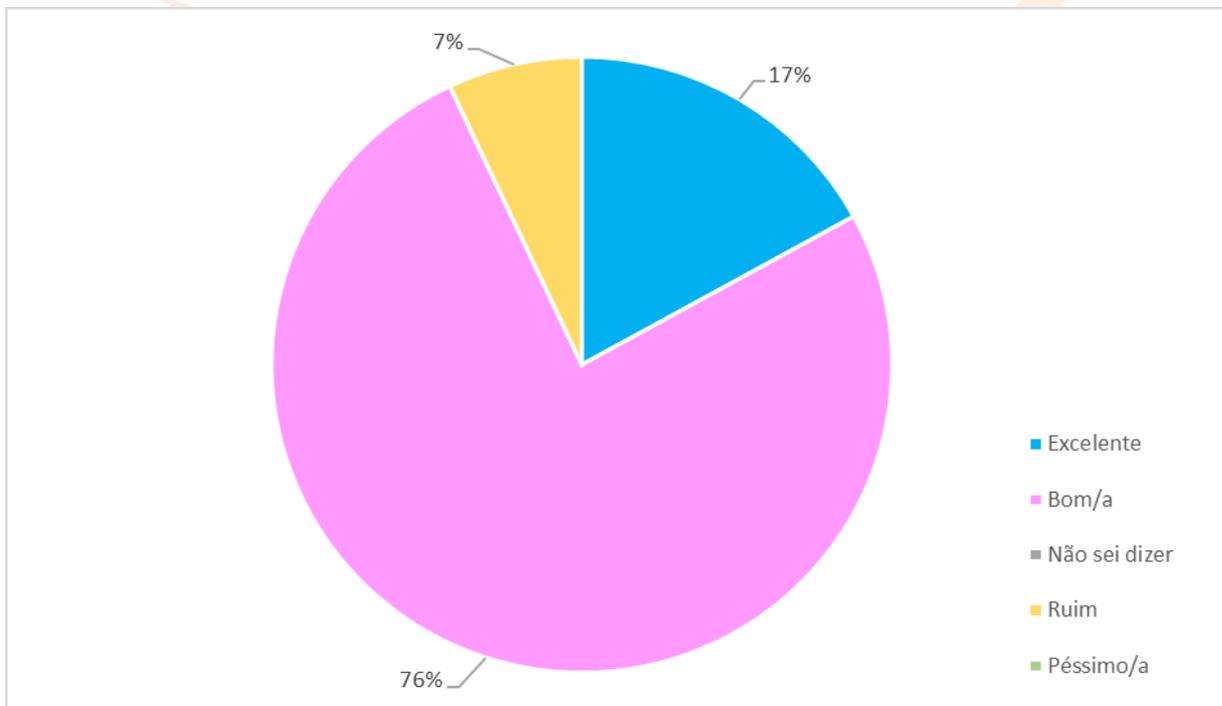


Gráfico 16 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil – Pais/Mães – Cariacica (ES)²⁰²



²⁰¹ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²⁰² Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A nona questão, expressa pelos Gráficos 17 e 18, apresenta a avaliação da inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças, segundo o entendimento de professores/as e pais/mães das crianças pequenas matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES). Em relação aos/as professores/as, 60% avaliaram como sendo excelente a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças; 40% disseram ser boa. Quanto a pais/mães, 74% avaliaram como boa; 22% veem tal inserção como algo excelente. Pelo ponto de vista negativo, tem-se ainda 4% restantes, que avaliaram como sendo algo ruim.

Também em quase total alinhamento com as três últimas questões, novamente tem-se que a maioria do público respondente – constituído por professores/as e pais/mães de crianças pequenas matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES) – entende como algo significativamente positivo a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças. Isso também vai ao encontro do que é expresso pela literatura consultada, a qual estabelece vínculo direto entre o ensino de valores religiosos e a postura mais sociável das crianças.

Diante disso, pode-se afirmar que a construção da moralidade, em função de sua natureza sociocultural, viabiliza-se no marco das relações e interações das crianças com seus/suas colegas e com os adultos por ela responsáveis, bem como a partir da experiência concreta no contexto das práticas culturais específicas e do cotidiano. Sendo assim, o desenvolvimento de valores religiosos (com estreita relação com os valores éticos e morais) desponta como parte de um currículo denominado *oculto*, que se apresenta sutilmente.²⁰³

A literatura especializada defende, ainda, que o ensino de valores religiosos contribui para que as crianças tenham esperança e utopia, para buscarem – quando adultas – uma sociedade justa, humana e solidária; capacidade de dialogar com os diferentes no contexto de uma sociedade plural; condições de buscar o transcendente sem perder o compromisso ético; senso crítico e discernimento para fazer a leitura do mundo e para fazer a distinção entre o certo e o errado, com base em valores humanistas.²⁰⁴ Tudo isso, embora seja absorvido ao longo de todos os níveis de ensino, por certo já apresentam resultados positivos ao longo da Educação Infantil, considerando-se que os valores religiosos, ao promoverem a educação para a paz, tendem a ter como resultado, um melhor comportamento das crianças.

²⁰³ BARRIOS; MARINHO-ARAÚJO; BRANCO2011, p. 92.

²⁰⁴ FERNANDES, 2000, p. 30-31.

Gráfico 17 – Avaliação da inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Professores/as – Cariacica (ES)²⁰⁵

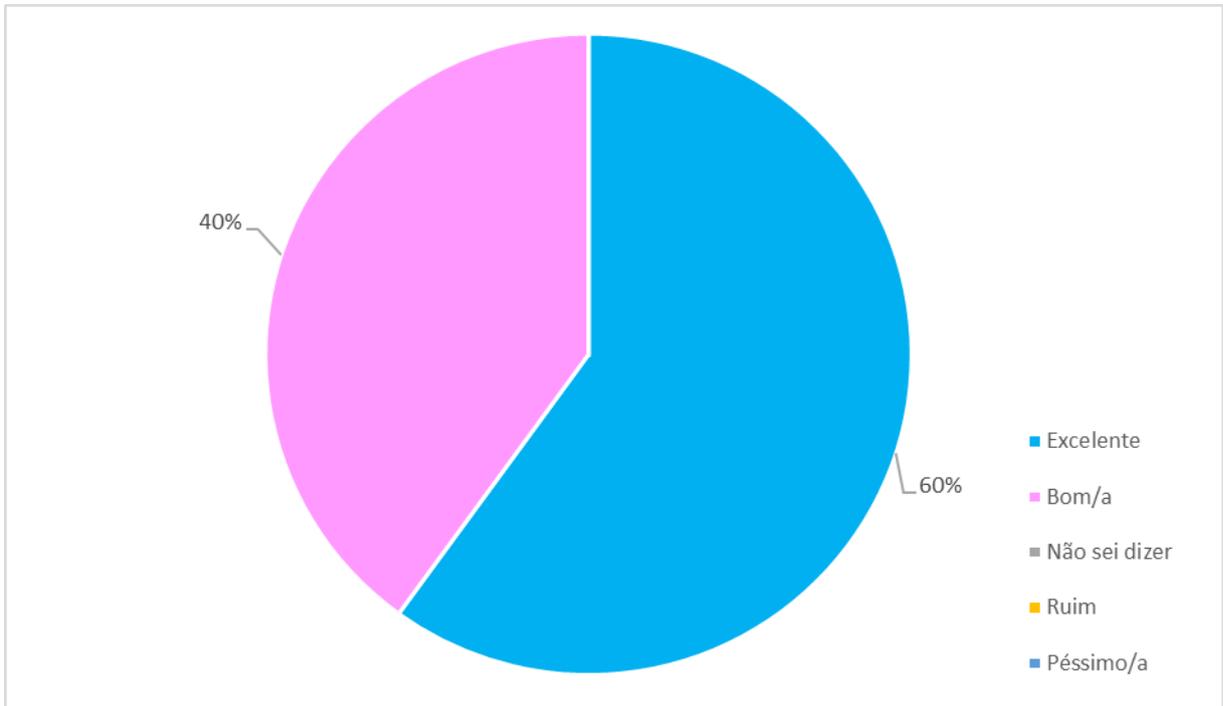
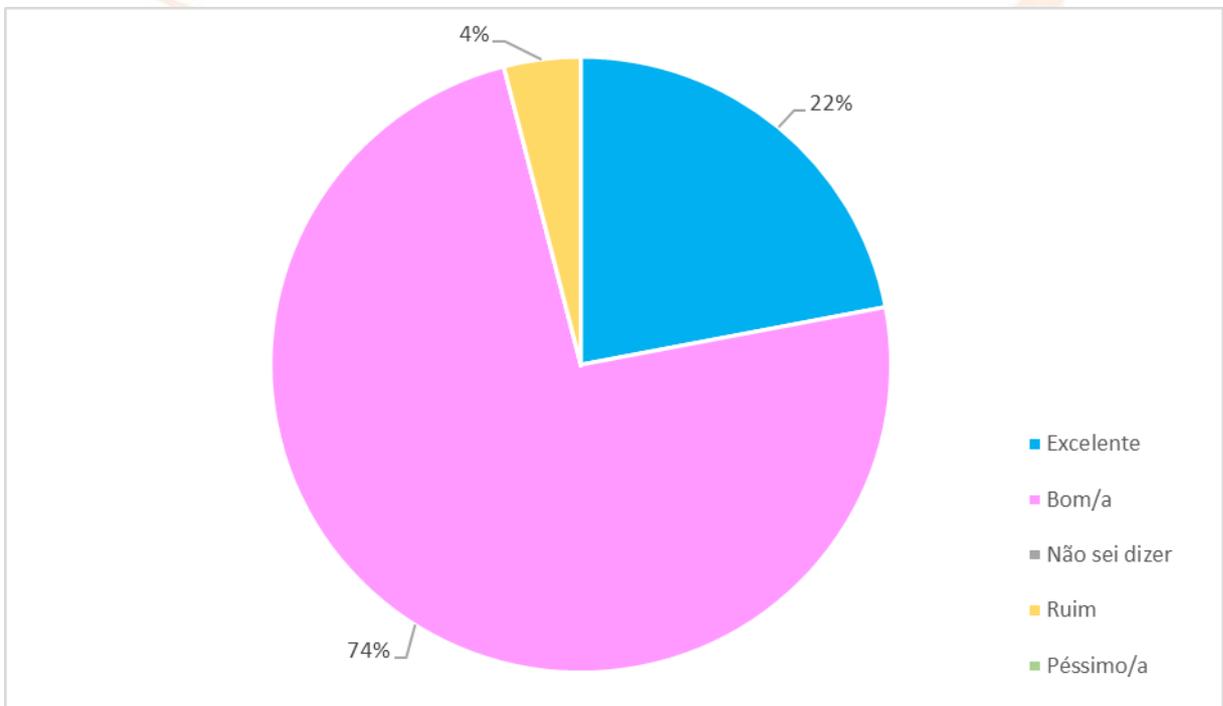


Gráfico 18 – Avaliação da inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Pais/Mães – Cariacica (ES)²⁰⁶



²⁰⁵ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²⁰⁶ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A décima e última questão teve por principal objetivo conhecer a opinião de professores/as e pais/mães das crianças pequenas matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES), em relação à avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos. Sobre isso, 80% dos/as professores avaliaram tal inserção como algo bom; 20% entenderam como sendo excelente. Quanto a pais/mães, na avaliação de 74% essa inserção é boa; 22% a consideram excelente. Contudo, os demais 4% entendem que a referida inserção como ruim.

A questão das brincadeiras, dos brinquedos e das atividades lúdicas possui tratamento especial na literatura especializada, a qual reconhece sua importância na Educação Infantil. Para Vigotsky, a brincadeira se constitui a forma pela qual a criança começa a aprender. É onde se inicia a formação dos processos de imaginação e, ainda, onde a criança se apropria das funções sociais e das normas de comportamento, permitindo que a aprendizagem se viabilize, por meio da apropriação e internalização de signos e instrumentos em contexto de interação.²⁰⁷

Quanto a contribuírem para o aprendizado de valores religiosos, pode-se também afirmar que as brincadeiras, individuais ou grupais, auxiliam a criança a desenvolver os fatores necessários ao convívio social. Por meio dessas atividades, as crianças aprendem a trabalhar em grupo, a perder e a ganhar, a suportar os resultados negativos, comuns à vida adulta, bem como a serem solidárias, iniciando-se na arte da liderança, do diálogo, da aceitação de normas e na formulação de argumentos.²⁰⁸

Sendo assim, os valores religiosos – associados aos princípios éticos – alcançados por meio das brincadeiras referem-se ao conteúdo universal da justiça: a igualdade entre os seres humanos e o respeito à sua dignidade, liberdade e autonomia. Os princípios de justiça, mostram que a justiça requer que seja considerado o ponto de vista de todas as pessoas. Só assim há uma ação justa e correta. Somente dessa forma que as pessoas entendem, em sua plenitude, à necessidade moral de respeito aos demais.²⁰⁹ Como se vê, o lúdico não se situa numa determinada dimensão do ser, mas constitui-se em uma síntese integradora. Daí porque esse aprendizado deve também ser iniciado já na Educação Infantil.

²⁰⁷ VIGOTSKY, 2001, p. 51.

²⁰⁸ BRAGA, Nívea Pimenta; ALENCAR, Eunice N. I. Soriano de; MARINHO, Cláudia Delamare. *Como desenvolver o potencial criador: um guia para a liberação da criatividade em sala de aula*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 9.

²⁰⁹ SANTOS, Antônio Roberto Rocha. Espírito esportivo – *fair play* e a prática de esportes. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 4, n. 4, p. 13-28, 2005. p. 28.

Gráfico 19 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Professores/as – Cariacica (ES)²¹⁰

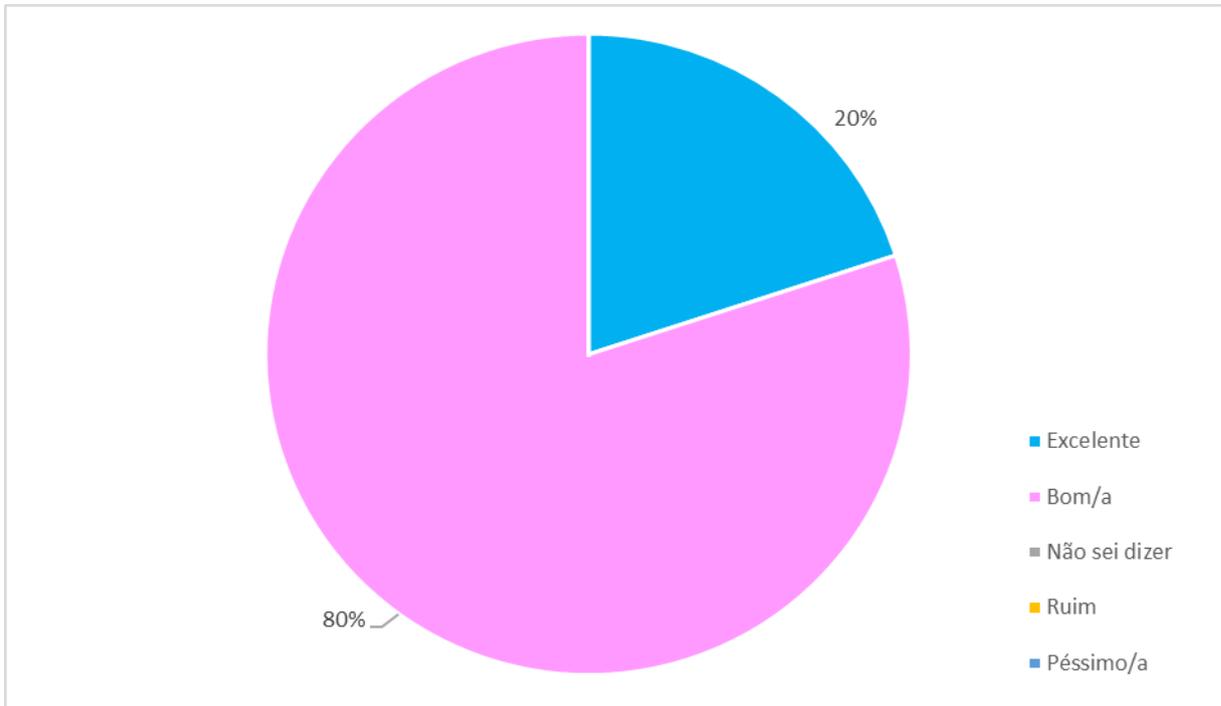
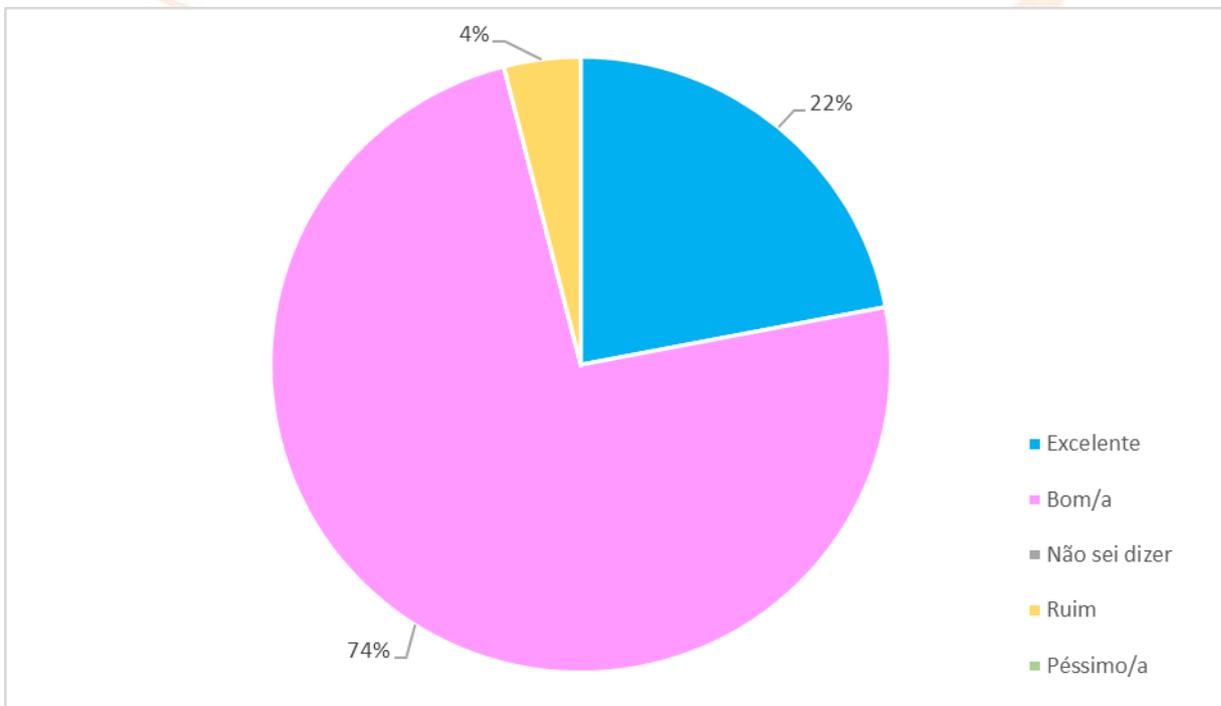


Gráfico 20 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Pais/Mães – Cariacica (ES)²¹¹



²¹⁰ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²¹¹ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

Tendo sido feita a análise dos questionários aplicados junto a professores/as e pais/mães de crianças pequenas matriculadas no CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES), passa-se agora, novamente a partir da primeira questão, expressa pelos Gráficos 21 e 22, a apresentar os questionários aplicados a professores/es e pais/mães de crianças matriculadas na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES).

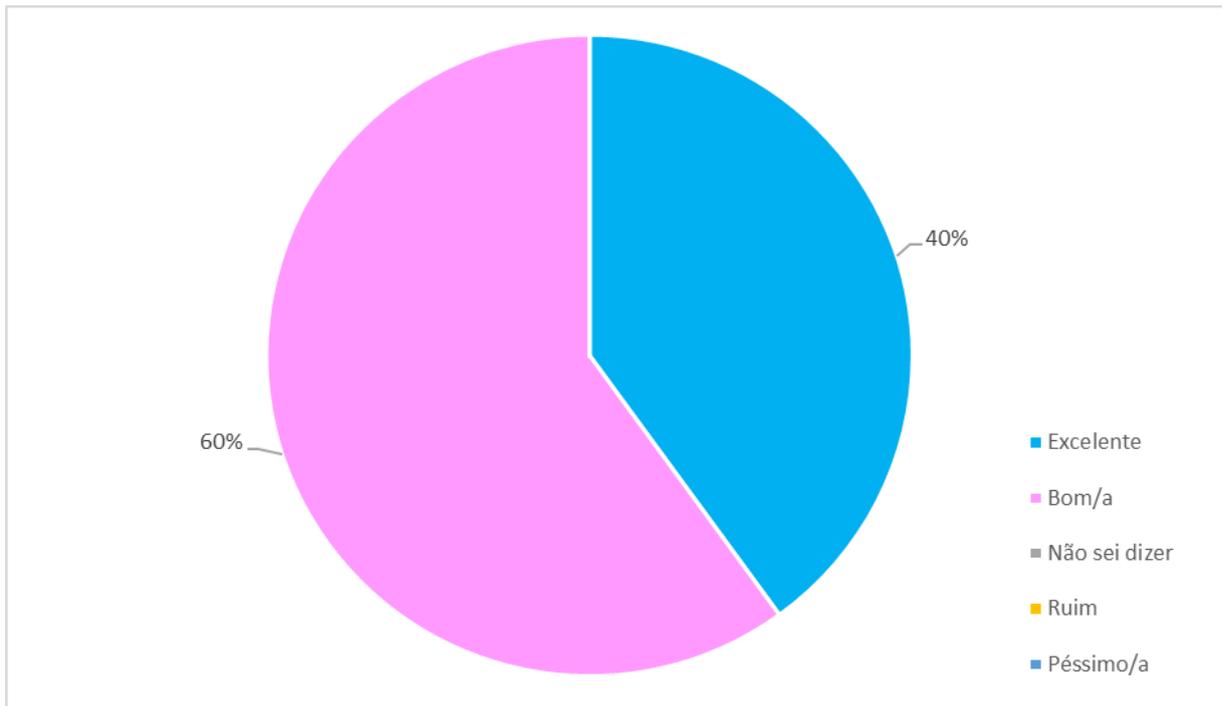
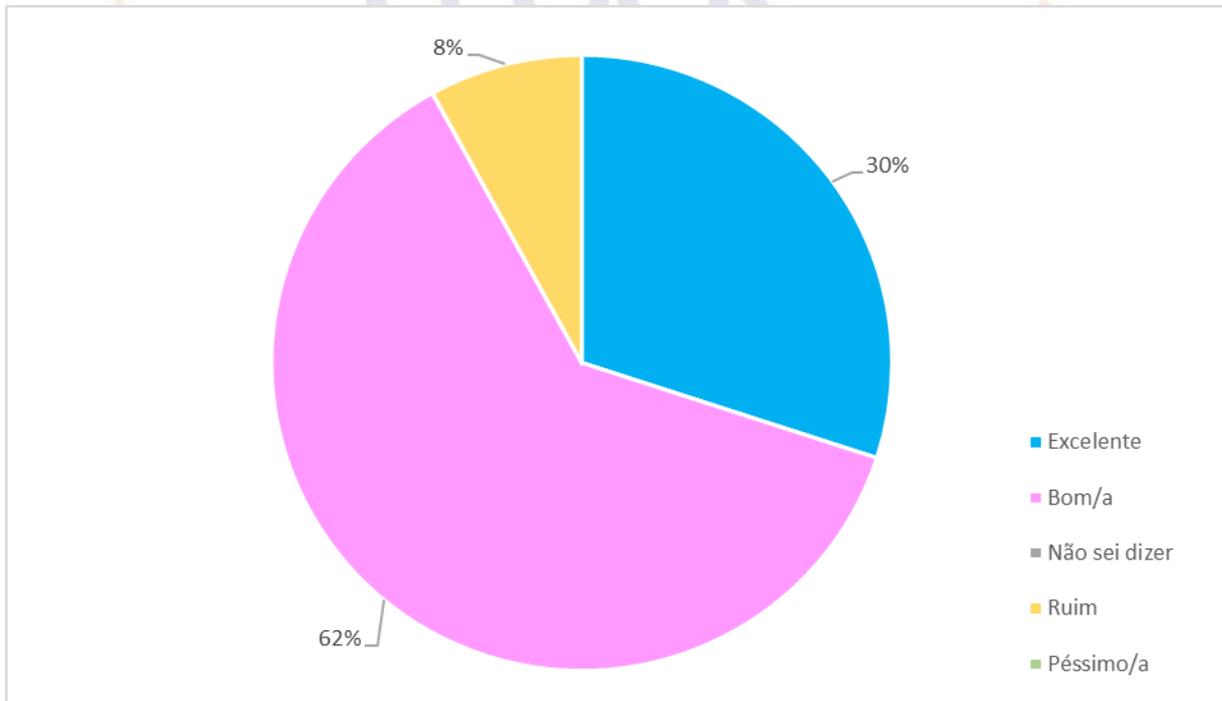
Essa primeira questão refere-se à avaliação da qualidade da Educação Infantil oferecida pela mencionada UMEI. Sobre isso, o Gráfico 21 mostra que as apreciações dos/as professores/as se reservaram ao âmbito positivo, visto que 60% avaliaram a Educação Infantil como sendo boa e 40% como excelente. Conforme revela o Gráfico 22, entre pais/mães, 62% consideram boa a Educação Infantil oferecida pela UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES); 30% afirmam ser excelente; restando 8%, para os quais que avaliam a qualidade dessa Educação Infantil como sendo ruim. Aqui percebe-se sensível diferença entre as avaliações feitas por professores/as e por pais/mães, visto que o segundo grupo de respondentes aponta sensível insatisfação com a Educação ofertada pela referida UMEI.

Entretanto, atentando-se para a opinião majoritária, vê-se que a qualidade da Educação Infantil, oferecida na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES), recebeu aprovação da maioria dos grupos pesquisados. Mas o que é Educação Infantil de qualidade? Para responder a tal questionamento, tem-se que, outra vez, recorrer à literatura especializada, ressaltando a que as creches e pré-escolas têm por objetivo cuidar das crianças pequenas, assistindo às suas necessidades básicas, indissociavelmente do ato de educar.²¹²

Para tanto, deve valorizar os saberes das crianças, proporcionando-lhes espaços de autonomia, de expressão de suas linguagens e de propiciação da compreensão e exploração do mundo. Nesse sentido, as interações e brincadeiras se constituem eixos estruturantes da Educação Infantil, visto que é por meio das interações e brincadeiras que se asseguram os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) às crianças. Na Educação Infantil, a observância de tais direitos visa que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar papel ativo, em ambientes que as façam vivenciar desafios e a se sentirem motivadas a resolvê-los, construindo significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.²¹³ Então, conforme a pesquisa de campo, a UMEI em questão oferece Educação Infantil de qualidade.

²¹² VILA NOVA, Mary Luíza, Silva Carvalho; MELO, José Carlos de. A gestão da educação e seu papel na qualidade da educação infantil. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 8, n. 34, p. 246-459, 2021. p. 255.

²¹³ VILA NOVA; MELO, 2021, p. 256.

Gráfico 21 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde trabalha – Professores/as – Vila Velha (ES)²¹⁴Gráfico 22 – Avaliação da Educação Infantil na escola onde os/as filhos/as estudam – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²¹⁵

²¹⁴ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²¹⁵ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A segunda questão, expressa pelos Gráficos 23 e 24, mostrou a avaliação do princípio da laicidade aplicado à Educação Infantil, no entendimento de professores/es e pais/mães de crianças pequenas matriculadas/as na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES). A aplicação dos questionários revelou que, dentre os/as professores/as, 60% avaliaram como sendo boa tal relação e 40% como sendo excelente.

Apesar de 76% de pais/mães terem avaliado como boa o princípio da laicidade, na UMEI mencionada, há 6% cuja avaliação foi excelente e 13% consideraram ruim a avaliação do princípio da laicidade; 1% avaliou como péssimo; restando 4% que reconheceram não possuírem opinião sobre o tema. Assim como ocorreu quando se aplicou essa questão a pais/mães em Cariacica (ES), também em Vila Velha (ES) a pesquisa revelou certo descontentamento em relação ao princípio da laicidade aplicado à Educação Infantil. Contudo, o perfil dos respondentes mostra a baixa escolaridade dos participantes da pesquisa de campo, o que sugere a possibilidade de que parte desses mesmos respondentes não entendam o que seja laicidade. Dessa forma, deve-se explicar a esses pais/mães o quanto a laicidade serve para evitar conflitos na escola, em face das diferenças religiosas.

Nota-se que a literatura consultada também entende que o princípio da laicidade, quando aplicado à educação, tem por finalidade evitar que a instituição de ensino se converta em campo de disputa, o que, por conseguinte, atrapalharia o alcance dos objetivos educacionais. Dessa forma, o Estado e a laicidade devem manter ligação congênita na busca do bem comum e na legitimação dos valores éticos: tolerância, respeito ao próximo, sentido de humanidade, liberdade e reconhecimento da dignidade do outro. Sendo assim, a laicidade permite a reflexão autônoma, sem necessidade de recorrer a elementos dogmáticos.²¹⁶

A necessidade de garantir a laicidade na escola se mostra presente quando se torna inevitável a convivência entre sujeitos com crenças diferentes.²¹⁷ Ressaltando-se que pais/mães aprovaram a Educação dada às crianças, basta lembrá-los que a escola pública laica não visa colocar as crianças nos “trilhos”. Afinal, não se pode presumir que o que se ensinou hoje servirá amanhã – pois, a sociedade está em constante busca do conhecimento, dado que educação não combina com dogmas.²¹⁸

²¹⁶ VALENTE, 2018, p. 110.

²¹⁷ VALENTE, 2018, p. 109.

²¹⁸ HARTWIG, Fátima Bandeira. *O respeito à laicidade da escola pública na perspectiva de gestão democrática*. Monografia (Especialista em Gestão Escolar) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. [online]. p. 23.

Gráfico 23 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Professores/as – Vila Velha (ES)²¹⁹

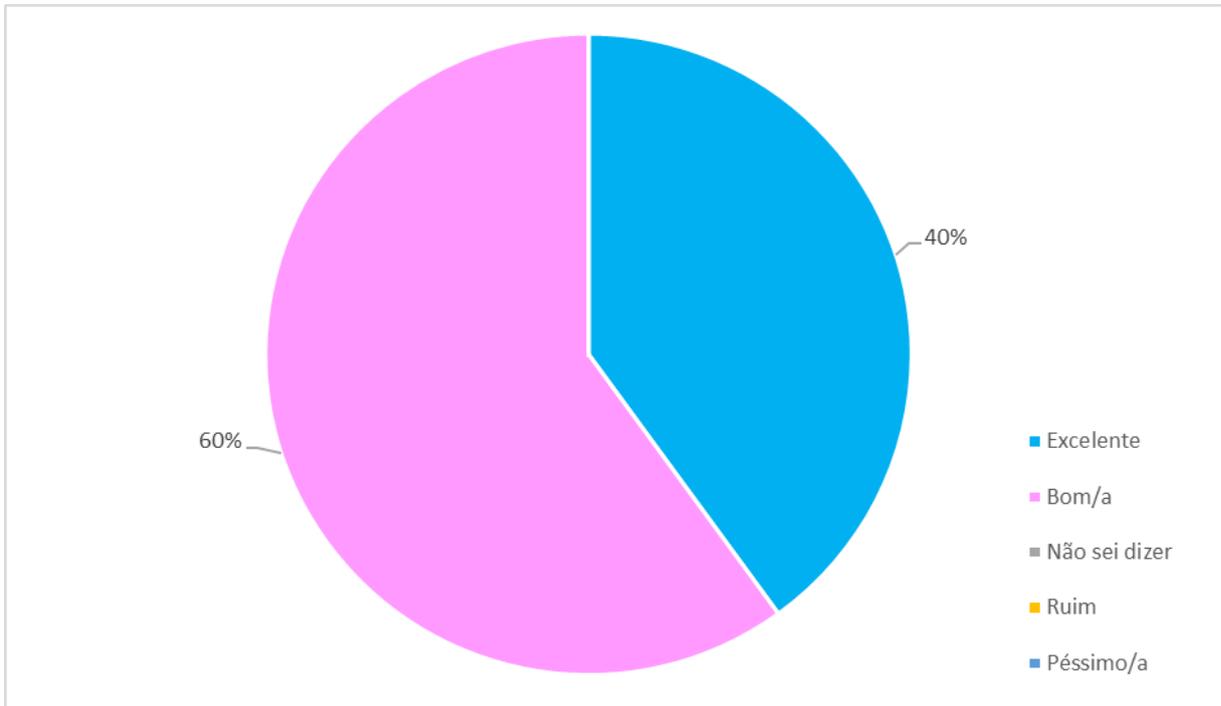
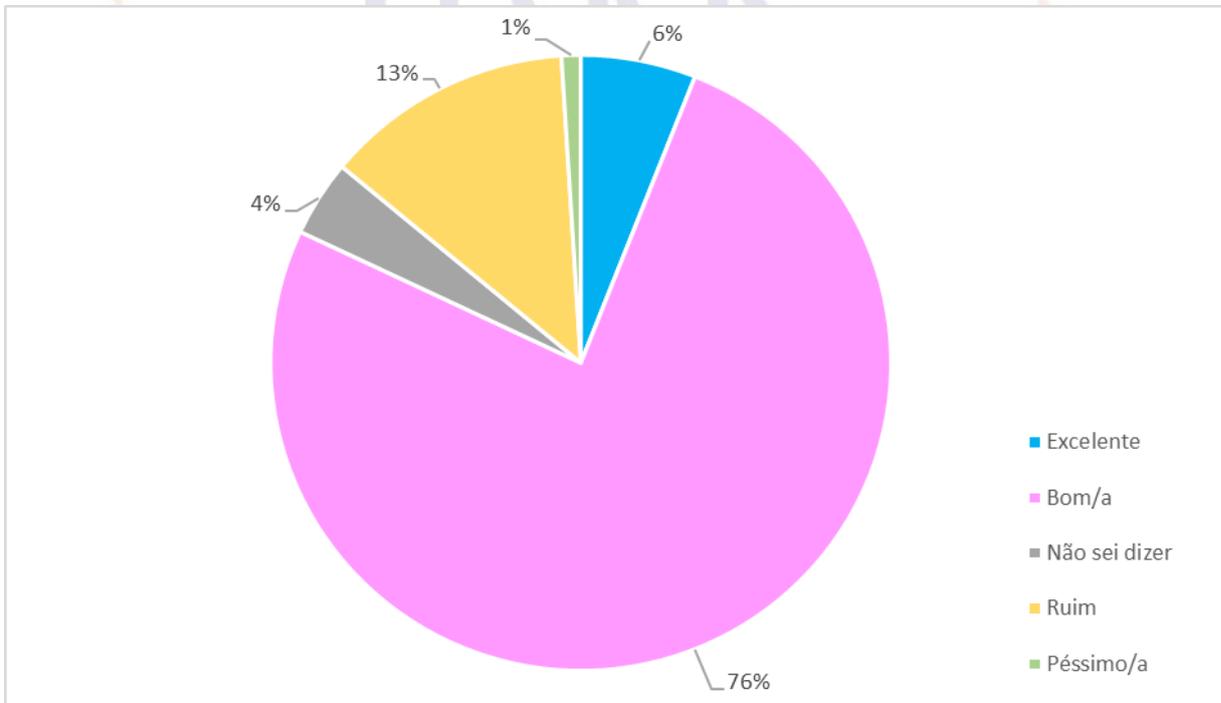


Gráfico 24 – Avaliação do princípio da laicidade, aplicado à Educação Infantil – Pais/Mães – Vela Velha (ES)²²⁰



²¹⁹ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²²⁰ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A terceira questão, expressa pelos Gráficos 25 e 26, expostos na página seguinte, avaliou a inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil. Sobre isso, a pesquisa de campo mostrou que, para 80% dos/as professores/as da UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES), a inserção de valores religiosos é boa; para 20% tal inserção é excelente. Entre pais/mães, 72% avaliaram a mesma inserção como sendo boa; 21% a consideraram excelente; 4% a veem como algo ruim; havendo, ainda, 3% que admitiram não ter opinião acerca desse tema.

Mais uma vez, assim como se verificou entre pais/mães respondentes de Cariacica (ES), em Vila Velha (ES) a questão também pode ter relação direta possíveis divergências de opinião, decorrentes das diferenças religiosas. Contudo, não se podendo, aqui, comprovar essa suspeita, apenas se ressaltará, uma vez mais, a opinião de alguns pensadores da Educação, que versam acerca da importância de se inserirem valores religiosos, ao longo da Educação Infantil.

Retomando a teoria de Piaget e a ideia de construtivismo, propõe-se o ensino de valores religiosos, éticos e morais nas escolas de Educação Infantil. Tais valores derivam de toda a rede de relações interpessoais que forma a experiência da criança na escola. Considerando-se que, na escola, todas as interações entre crianças e professores/as têm impacto sobre a experiência e o desenvolvimento social e moral das crianças, para garantir a formação de sujeitos que respeitem o próximo, o relacionamento entre o/a professor/a e a criança deve ser pautado no respeito mútuo, com natureza cooperativa.²²¹

Cabe aqui destacar as teses de José Carlos Libâneo, quando afirma que a característica maior da atividade educacional é promover a mediação entre a criança e a sociedade, entre as condições de origem do estudante e sua destinação social na sociedade.²²² Então, já desde a Educação Infantil, a escola deve contribuir para a formação integral de cidadãos, os quais sejam capazes de se reconhecerem e coexistirem em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e religiosa.

Dessa forma, a escola forma sujeitos capazes de refletir sobre valores éticos, morais e religiosos, sabendo escolher valores que tornem a vida mais justa. Para tanto, deve ensinar respeito mútuo, solidariedade e justiça, através de atividades que promovam tais elementos, e que, em simultâneo, provoque reflexão nas crianças.²²³

²²¹ LIMA, Anne Elen de Oliveira. *A ética e o ensino infantil: o desenvolvimento moral na pré-escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003. [online]. p. 122.

²²² LIBÂNEO, 1992, p. 49.

²²³ LIMA; SANTOS, 2018, p. 159.

Gráfico 25 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Professores/as – Vila Velha (ES)²²⁴

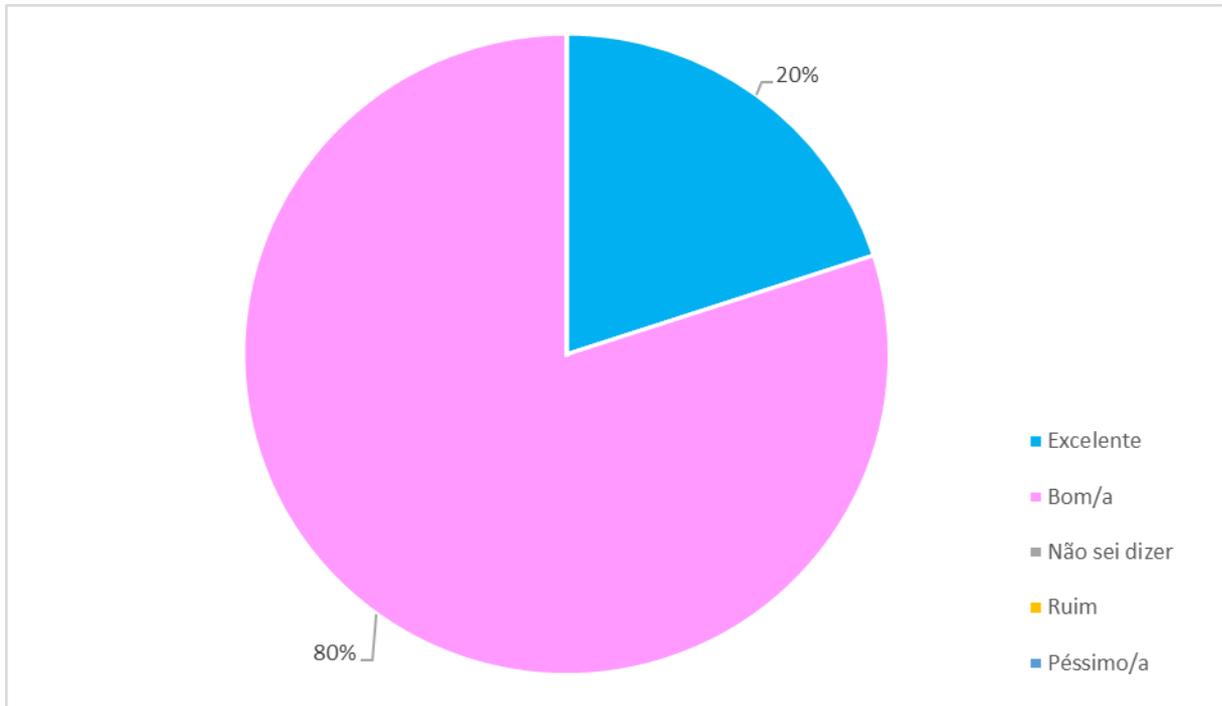
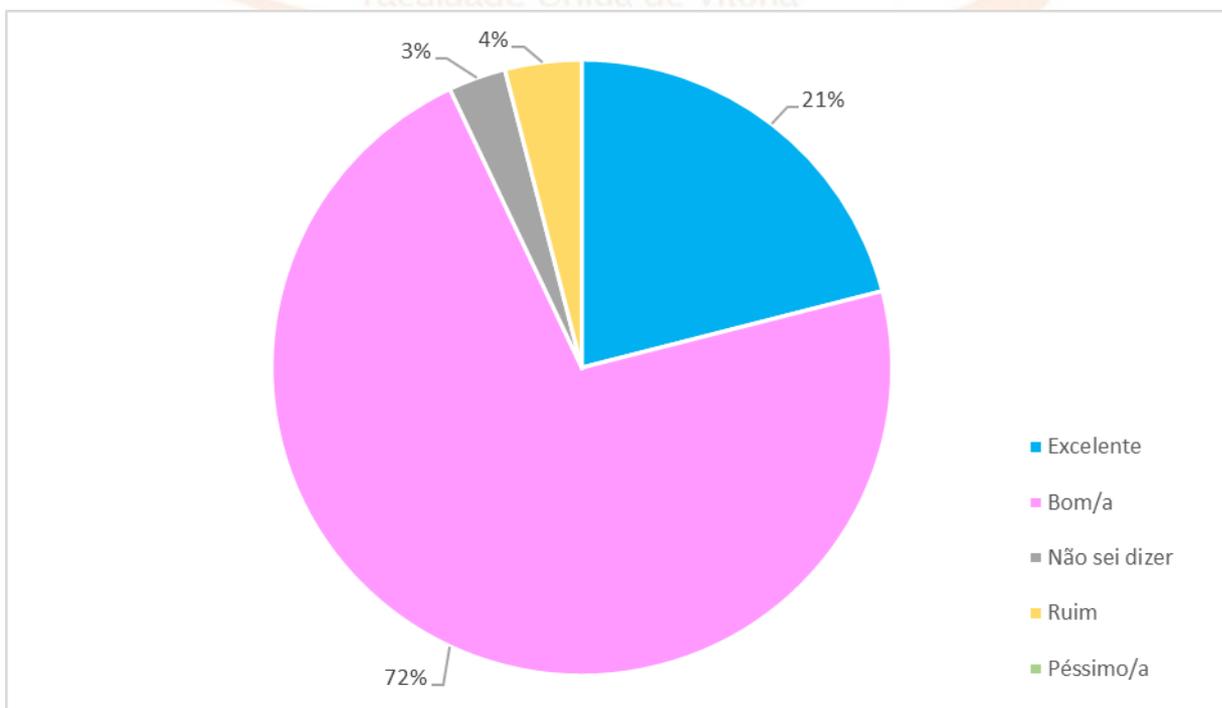


Gráfico 26 – Avaliação da inserção de valores religiosos, aplicada à Educação Infantil – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²²⁵



²²⁴ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²²⁵ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A quarta questão, aqui representada pelos Gráficos 27 e 28, teve por objetivo conhecer a avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças, na opinião de professores/as e de pais/mães de crianças matriculadas no UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES). Os resultados da pesquisa mostraram que, entre os/as professores/as, 90% consideram boa a mencionada aceitação e assimilação; enquanto 10% restantes avaliam como sendo excelente. Quanto a pais/mães, 72% avaliaram tal aceitação e assimilação como boa; 21% a entenderam como sendo excelente. Contudo, 4% afirmam ser ruim; havendo, também, os 3% restantes que admitem não terem opinião formada acerca do tema.

Os resultados apontam o reconhecimento dos dois grupos analisados, de que é positiva a aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças matriculadas no UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES). Esse entendimento quase unânime está alinhado com a literatura especializada, a qual mostra que é na escola, principalmente, que as crianças adquirem princípios éticos e morais que, mais tarde, serão utilizados na sociedade. No Brasil, esse processo se inicia pela Educação Infantil. Como já se afirmou no item 1.1, é na escola que inicia o processo de socialização, por meio do qual a criança internaliza os padrões sociais de agir, pensar e sentir. Tal socialização visa adaptar os hábitos, necessidades e interesses da criança, pois, a escola é o local mais apropriado ao desenvolvimento do processo de transmissão e de assimilação do conhecimento, sendo, então, o local onde a criança se instrumentaliza para atuar no meio social.²²⁶

Abordando os valores religiosos e a experiência religiosa, a Educação Infantil não se vincula a qualquer instituição específica. Não lida, portanto, com as religiões, formas institucionalizadas da experiência religiosa, bem como não se confunde com catequese. As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCMsEI) mencionam três princípios, éticos, estéticos e políticos, voltados ao ensino e à valorização da autonomia, da responsabilidade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.²²⁷ Sendo assim, tomando por base o entendimento majoritário de professores/as e de pais/mães, entende-se que a UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES) vem desempenhando um excelente trabalho.

²²⁶ SILVA; TIMBÓ, 2017, p. 69-70.

²²⁷ BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria da Educação Básica. *Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Brasília: DOU, 18 de dezembro de 2009, Seção 1. p. 18.

Gráfico 27 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Professores/as – Vila Velha (ES)²²⁸

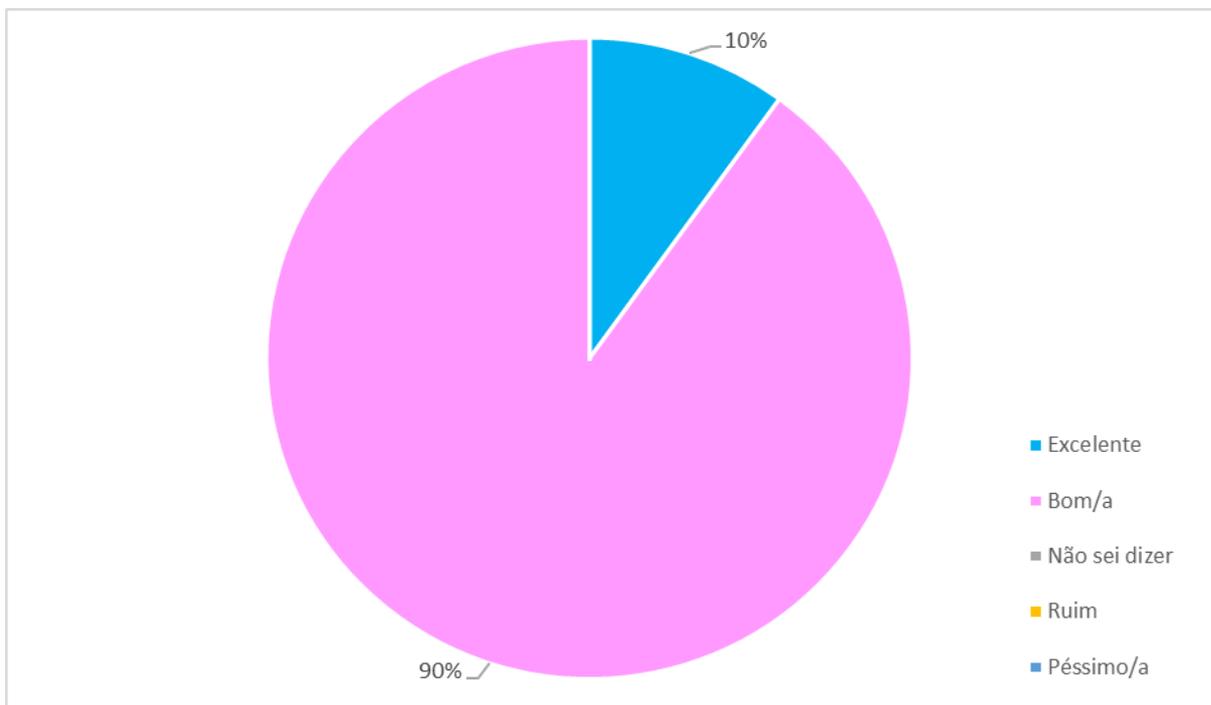
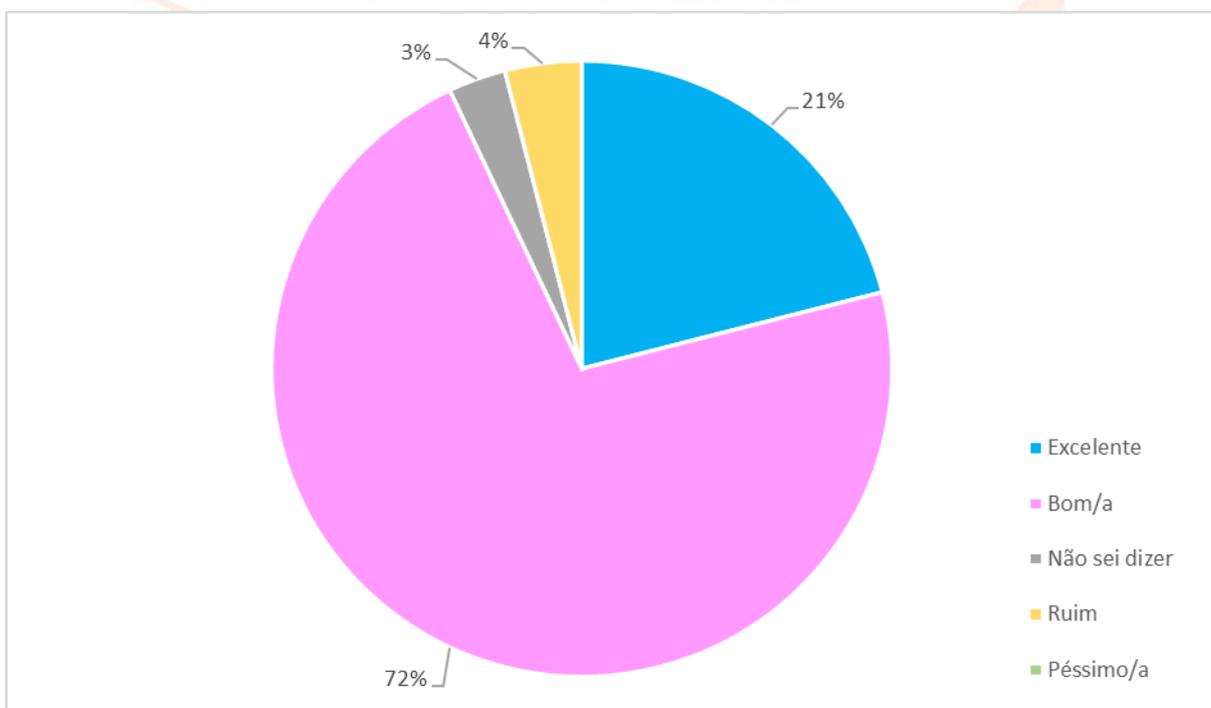


Gráfico 28 – Avaliação da aceitação e assimilação dos valores religiosos, por parte das crianças – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²²⁹



²²⁸ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²²⁹ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A quinta questão, visualmente expressa por meio dos Gráficos 29 e 30, analisou a avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs, na opinião de professores/as e de pais/mães das crianças matriculadas na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES). A pesquisa de campo mostra opinião dividida entre professores entre bom e excelente, sendo 50% afirmando ser boa e 50% entendendo como excelente. Entre pais/mães, 72% avaliam como boa a inserção de valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs; 21% avaliam como excelente. Formando o ponto de vista negativo, 4% disseram ser ruim. Por último, os demais 3% não possuem opinião sobre o tema.

Nota-se que, em ambos os grupos pesquisados predomina o entendimento positivo, reconhecendo que os valores religiosos são elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs. Tal visão, partilhada pela maioria dos respondentes, se alinha à literatura consultada. A educação, para desenvolver o ser humano em sua plenitude, não pode desconsiderar o contexto da religiosidade, posto que, para grande parte dos povos, a religião não é somente mais um componente entre tantos outros de sua cultura, mas sim o núcleo inspirador de sua cosmovisão.²³⁰

Sendo assim, na Educação Infantil busca-se integrar e apresentar as normas sociais às crianças pequenas, visando um tempo futuro, preparando as condições necessárias da própria existência por meio da infância.²³¹ Vale ressaltar que Piaget já afirmava ser necessário à Educação Infantil, garantir à toda criança o pleno desenvolvimento de suas funções mentais e a aquisição dos conhecimentos, bem como adquirir valores morais e éticos (os quais, muitas vezes, fundem-se aos valores religiosos) que correspondam ao exercício dessas funções, até a adaptação à vida social.²³² A literatura também mostra que os esforços educacionais pela maior humanização das crianças perpassam por todos os eixos de discussão, primando pela qualidade do ensino, desde a Educação Infantil, sempre intimamente relacionada aos princípios éticos da ação educativa e sua função social.²³³ Nesse sentido, conforme os dois grupos pesquisados, os valores religiosos cumprem bem essa função humanizadora.

²³⁰ RIBEIRO, Angélica Ferreira; KLEBIS, Augusta Boa Sorte; BOSCOLI, Olga Maria de Andrade. O diálogo e a tolerância no como fatores contribuintes para a cultura da paz. *Revista Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 12, n. esp., p. 1337-1345, 2015. p. 1339.

²³¹ LOUZADA, Virgínia; GOMES, Lisandra Ogg. Educação infantil como direito, alegria e possibilidade de criação e encontros. *Revistae-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 241-260, 2021. p. 248.

²³² PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973. p. 40.

²³³ MIRA, Ane Patrícia de; FOSSATTI, Paulo; JUNG, Hildergard Susana. A concepção de educação humanista: interfaces entre a UNESCO e o Plano Nacional de Educação. *Revista Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 41, n. 1, p. 1-13, 2019. p. 8.

Gráfico 29 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãos – Professores/as – Vila Velha (ES)²³⁴

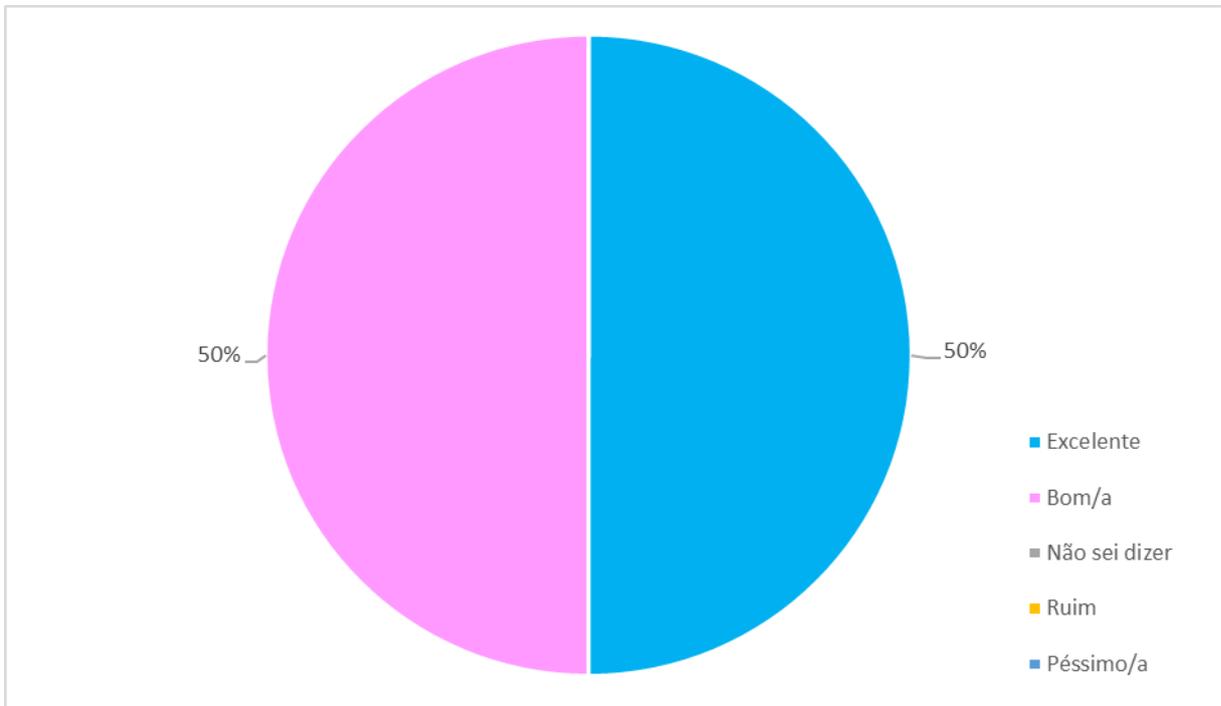
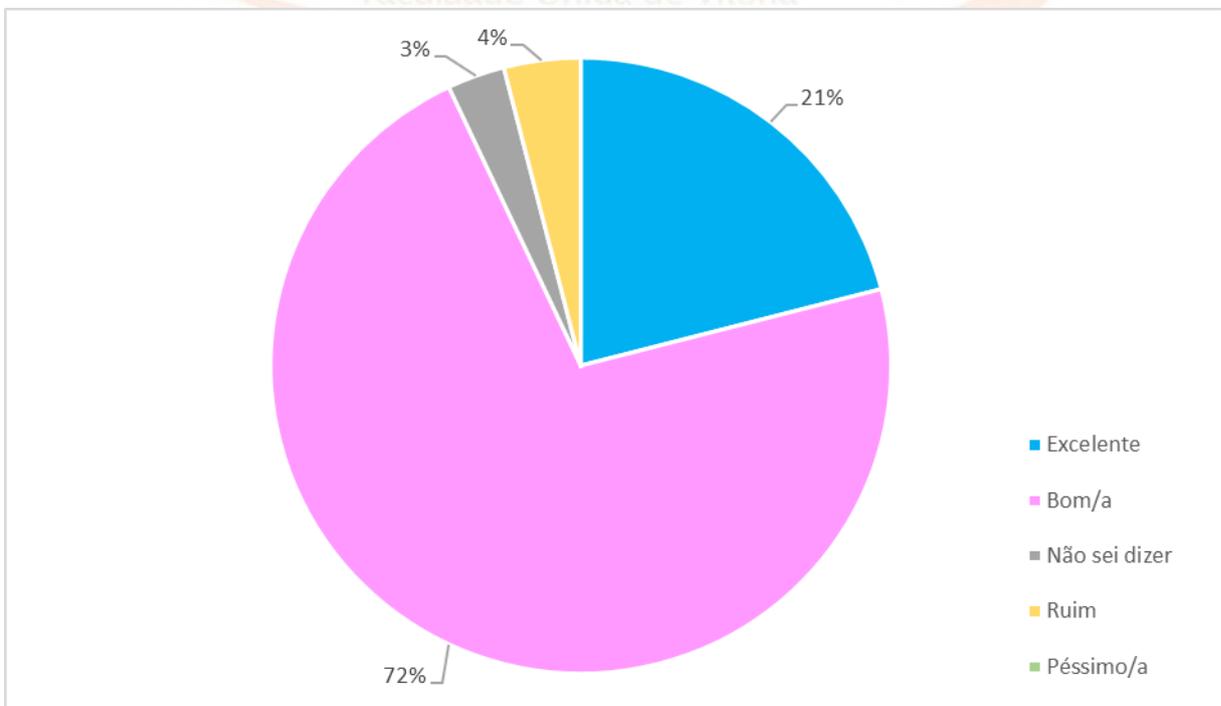


Gráfico 30 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos que contribuem para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãos – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²³⁵



²³⁴ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²³⁵ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A sexta questão, representada pelos Gráficos 31 e 32, conheceu qual o juízo de valor de professores/as e de pais/mães das crianças matriculadas na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES), a respeito dos valores religiosos, como saberes capazes de fazer as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas. Quanto a isso, a pesquisa mostrou que, entre professores/as, 60% consideram excelentes; enquanto 40% entendem como sendo bom. Entre pais/mães, 70% consideram bom; 25% entendem como excelente; 4% classificam como ruim; restando, ainda, 1% que não tem opinião formada sobre o tema.

Também diretamente vinculada ao problema da diversidade, essa questão revela uma quase unanimidade entre os respondentes – sejam professores/as ou pais/mães –, os quais entendem que os valores religiosos são muito positivos, na função de saberes capazes de fazer as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas. Nota-se que, outra vez, o entendimento dos/as respondentes vai ao encontro do que preceitua a literatura consultada. Contudo, a Educação Infantil ideal respeita os direitos da criança, buscando a construção de novos saberes. Para tanto, é preciso reinventar a infância, reconhecendo-a como fase fundamental no desenvolvimento, o que revela diversos desafios a serem superados, para que a infância e a inocência sejam mantidas como sinônimos de alegria e afetividade.²³⁶

Sendo assim, torna-se fundamental que os/as professores/as compreendam a realidade educacional em que a escola se insere, elaborando, em parceria com a comunidade escolar, o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula. Mesmo porque, uma das características mais marcantes da atividade docente consiste em promover a mediação entre as crianças e a sociedade, entre as condições de origem das crianças e sua destinação social na sociedade.²³⁷ Na Educação Infantil ressalta-se a importância do trabalho com valores já na Educação Básica, em face da formação para o exercício da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.²³⁸

Portanto, entende-se que, cabe à escola, já na Educação Infantil, possibilitar que o ensino se transforme em um espaço educativo de partilha, de reflexão e de construção de saberes, dentre os quais os saberes e valores religiosos ocupam lugar especial, visto que promovem uma Educação Infantil que prepare as crianças para a diversidade cultural e religiosa.²³⁹

²³⁶ MORENO, 2007, p. 55.

²³⁷ LIBÂNEO, 1992, p. 49.

²³⁸ BRASIL, 2006.

²³⁹ BRANCO; CORSINO, 2015, p. 141.

Gráfico 31 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Professores/as – Vila Velha (ES)²⁴⁰

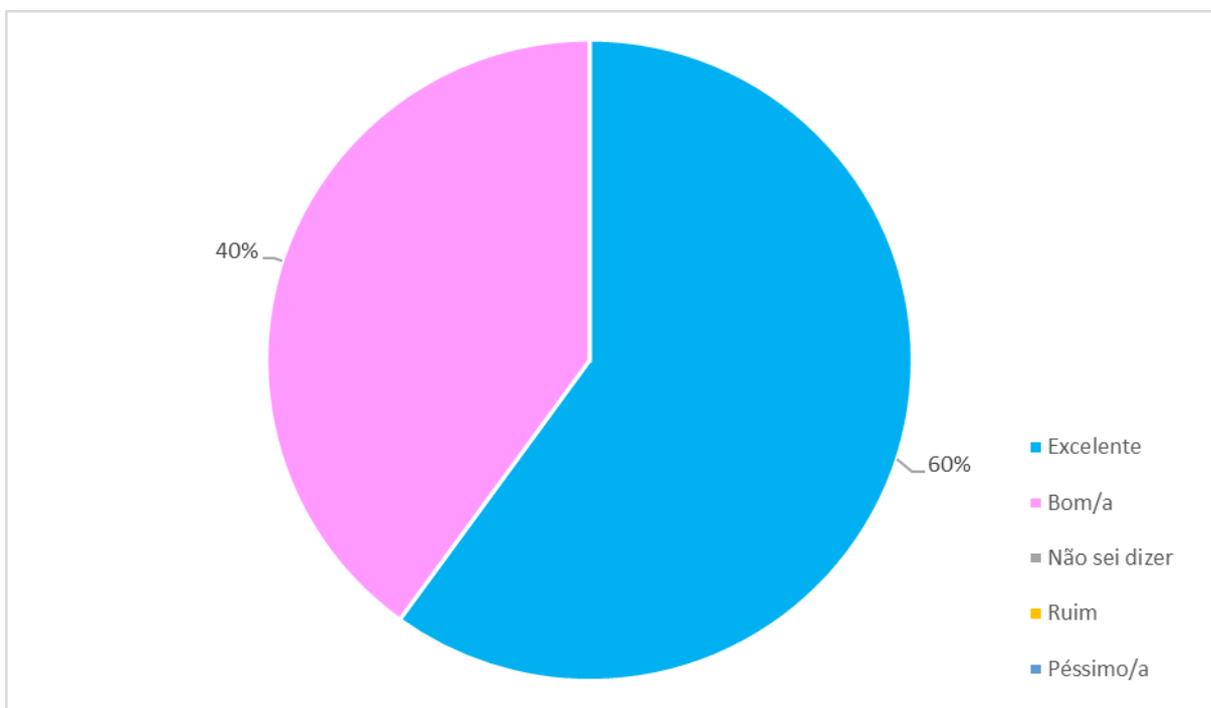
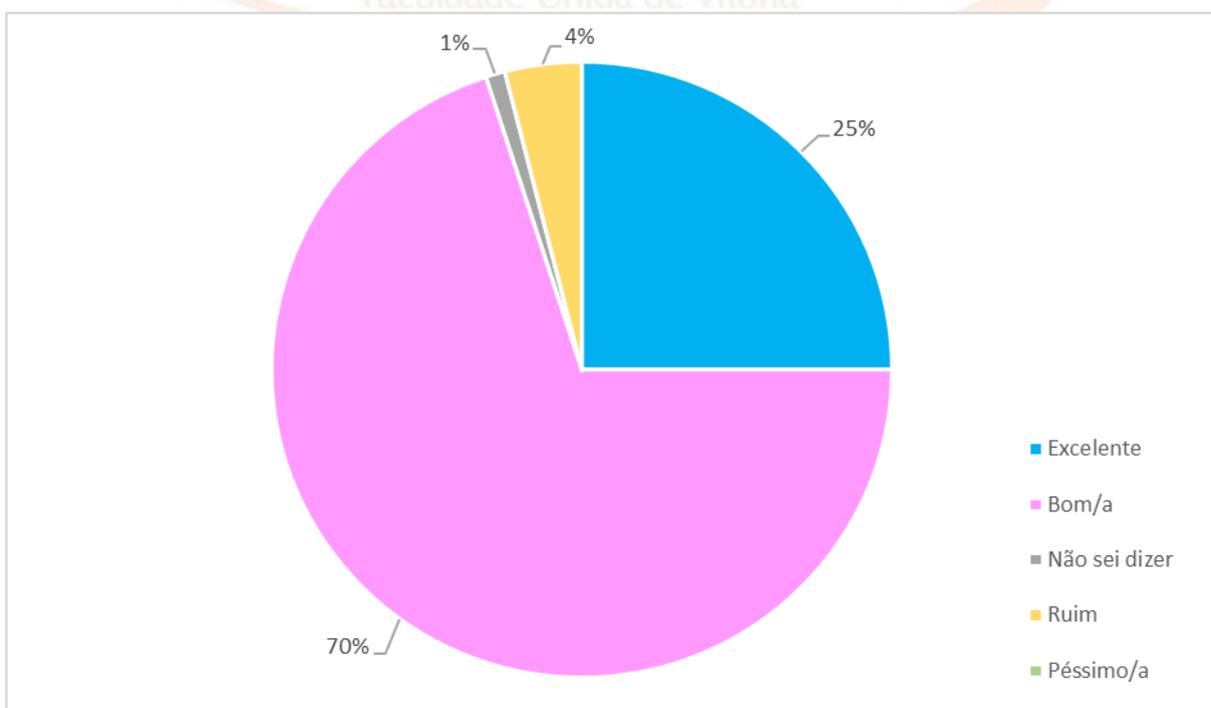


Gráfico 32 – Avaliação dos valores religiosos, como saberes capazes de fazerem as crianças aceitarem as diferenças culturais e religiosas – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²⁴¹



²⁴⁰ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²⁴¹ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A sétima questão, expressa por meio dos Gráficos 33 e 34, teve por principal objetivo traduzir, em percentuais, a opinião de professores/as e de pais/mães de crianças matriculadas na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES), no que concerne aos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças. Sobre isso, os resultados da pesquisa de campo mostraram que, para 60% dos/as professores os valores religiosos são entendidos como excelentes; os demais 40% consideram serem bons. Quanto à visão de pais/mães, 59% consideram que os valores religiosos são bons, na função de elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças; para 37% tais valores são excelentes. Avaliando negativamente há somente 4%, os quais disseram ser ruim.

Em decorrência da opinião majoritária dos dois grupos pesquisados, entende-se que os valores religiosos também desempenham positiva e satisfatoriamente a função de elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças. E aqui, novamente, a opinião dos/as respondentes encontra respaldo na literatura especializada. Afinal, faz-se urgente e necessário a valoração da diversidade, em especial, a religiosa, como fonte de enriquecimento para as relações humanas. Aprender a ver, perceber, reconhecer e valorizar as experiências pacíficas e não violentas; criar situações educativas que permitam aprender a viver e desfrutar da convivência isenta de conflitos, como caminhos a serem trilhados na construção da cultura de paz.²⁴²

A cultura de paz exige uma Educação Infantil com base na convivência. Afinal, não se constrói cultura de paz sem se apropriar dos processos e valores da pedagogia para a convivência. Tal pedagogia também não é possível sem os objetivos, conceitos e valores da cultura de paz. Essas duas dimensões – Educação Infantil e cultura de paz – fundem-se nos conceitos de dignidade, igualdade, justiça social, liberdade e diversidade, que caracterizam os direitos humanos. Tais conceitos também são chamados de valores universais.²⁴³

A cultura de paz é constituída a partir de conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, visando conter a violência e promover a não violência, por meio da educação, do diálogo, da cooperação e do respeito ao/à outro/a.²⁴⁴ Tudo isso dialoga diretamente com os objetivos mais nobres da Educação Infantil, vinculados à formação do cidadão pacífico, justo e humanista.

²⁴² VICENTE, 2015, p. 17.

²⁴³ GIACOMITTI, Penélope. *Cultura da paz em sala de aula*. Curitiba: UFPR, 2007. p. 8.

²⁴⁴ MARCHETTO, Glória Lourdes Alessi. *Educação para paz: um caminho necessário*. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 3.

Gráfico 33 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Professores/as – Vila Velha (ES)²⁴⁵

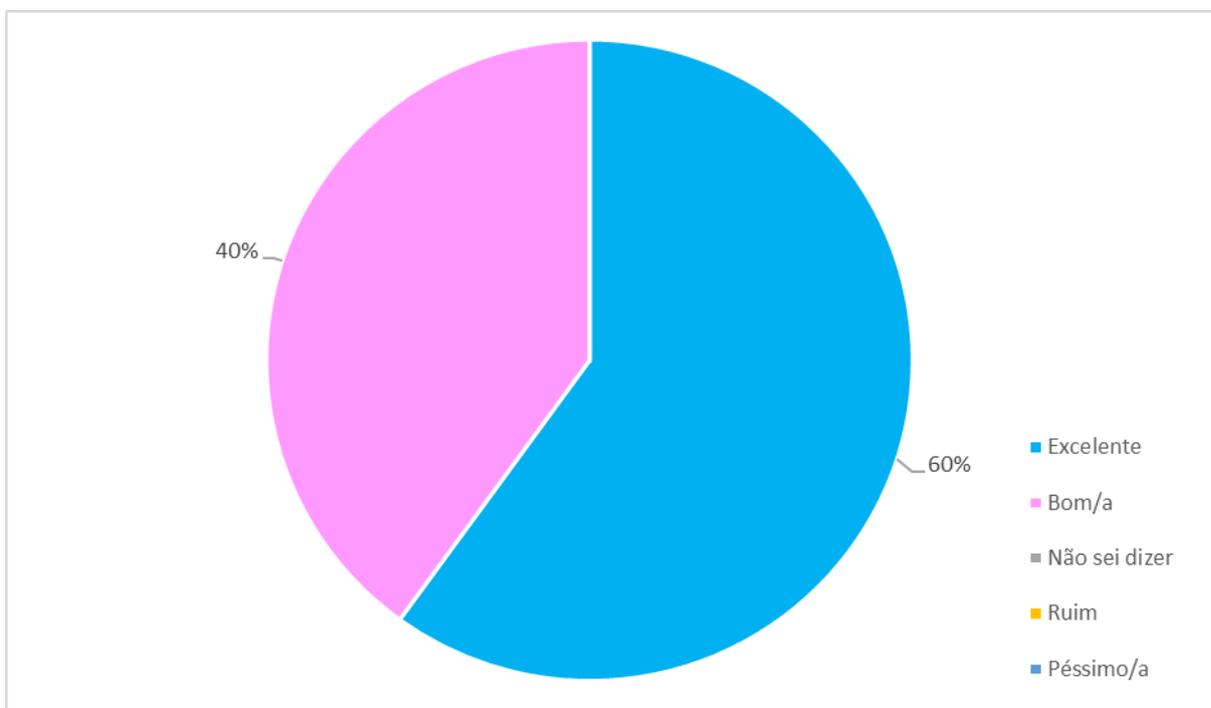
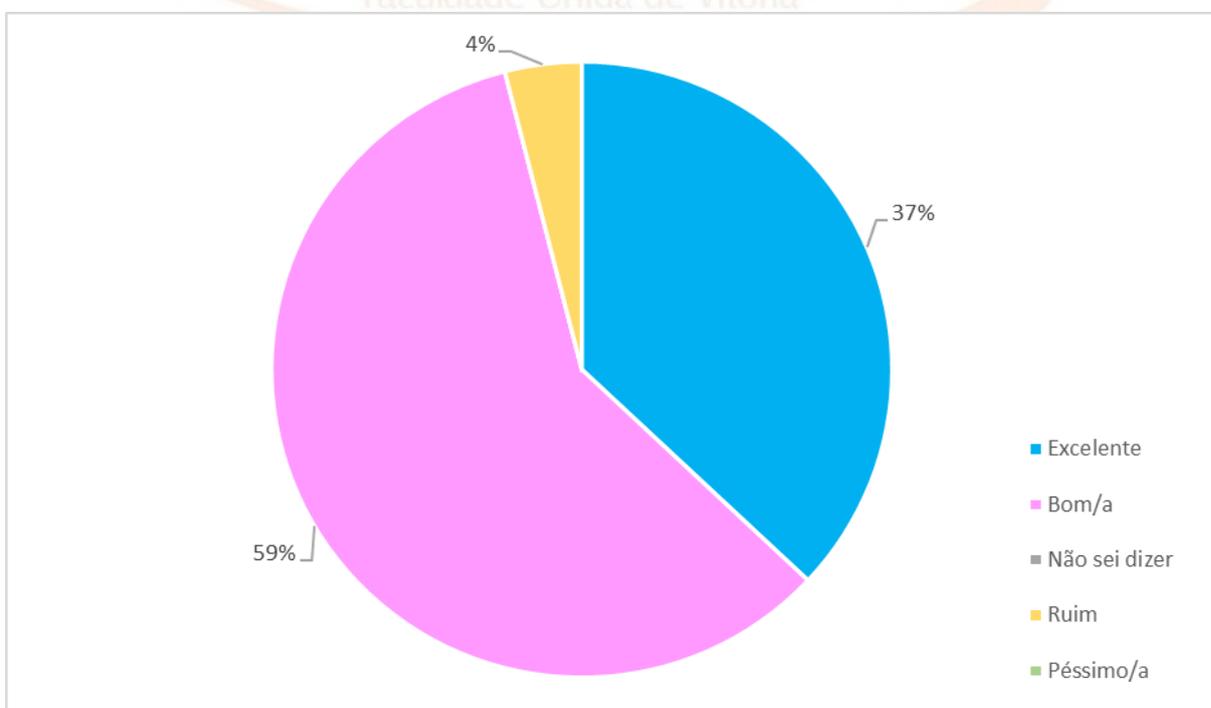


Gráfico 34 – Avaliação dos valores religiosos, como elementos capazes de difundir a cultura da paz entre as crianças – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²⁴⁶



²⁴⁵ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²⁴⁶ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A oitava questão, representada pelos Gráficos 35 e 36, conheceu a avaliação de professores/as e de pais/mães das crianças pequenas que estudam na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES), no que tange ao entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil. Em relação a esse tema, a pesquisa de campo revelou que 70% dos/as professores/as avaliam como sendo bom; 10% como excelente. No entanto, conforme os/as respondentes de Cariacica (ES), nessa questão o grupo dos/as professores/as de Vila Velha (ES) também apresenta entendimento negativo, na ordem de 20%, os quais consideram ruim. Entre pais/mães, 83% avaliam que o entendimento da comunidade escolar em relação à laicidade na Educação Infantil é bom e 3% aponta como sendo excelente. Contudo, 12% entendem que tal entendimento é ruim e 2% que não têm opinião formada sobre o tema.

Como se pode constatar, entre os respondentes de Vila Velha (ES) a oitava questão também se mostrou polêmica, não agradando um volume significativo dos/as respondentes – especialmente entre os/as professores/as. Isso pode reforçar a ideia de que a comunidade escolar tem interferido – ou vem tentando interferir – no cotidiano desta UMEI, talvez em decorrência de assuntos vinculados à religião ou às datas comemorativas. Faz-se necessário orientar a comunidade escolar acerca da necessidade de se ofertar educação sem viés proselitista. Provavelmente, essa se configura a questão mais polêmica, a qual será retomada no item 3.3, quando serão apresentadas as sugestões e recomendações.

Questionar o princípio da laicidade, especialmente em relação à Educação Infantil, contraria a literatura consultada, a qual defende que, na Educação Infantil, a abordagem de cunho religioso deve considerar a diversidade como patrimônio cultural da humanidade, o qual traz consigo princípios éticos e filosóficos básicos. Assim, o conteúdo básico que permeia todas as religiões será transmitido como sendo valores universais tais como: amor, respeito ao próximo, solidariedade, entre outros valores.

O fenômeno religioso e os valores religiosos abordados na Educação Infantil, indiretamente e sem viés confessional, devem se referir à questão do sentido da vida, de questões fundamentais.²⁴⁷ Nesse sentido, um dos objetivos da Educação Infantil é despertar os mesmos valores éticos, comuns a quase todos os discursos religiosos – mas, sem se identificar diretamente com qualquer um desses discursos.²⁴⁸

²⁴⁷ CÂNDIDO, 2007, p. 265.

²⁴⁸ LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 55.

Gráfico 35 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil –
Professores/as – Vila Velha (ES)²⁴⁹

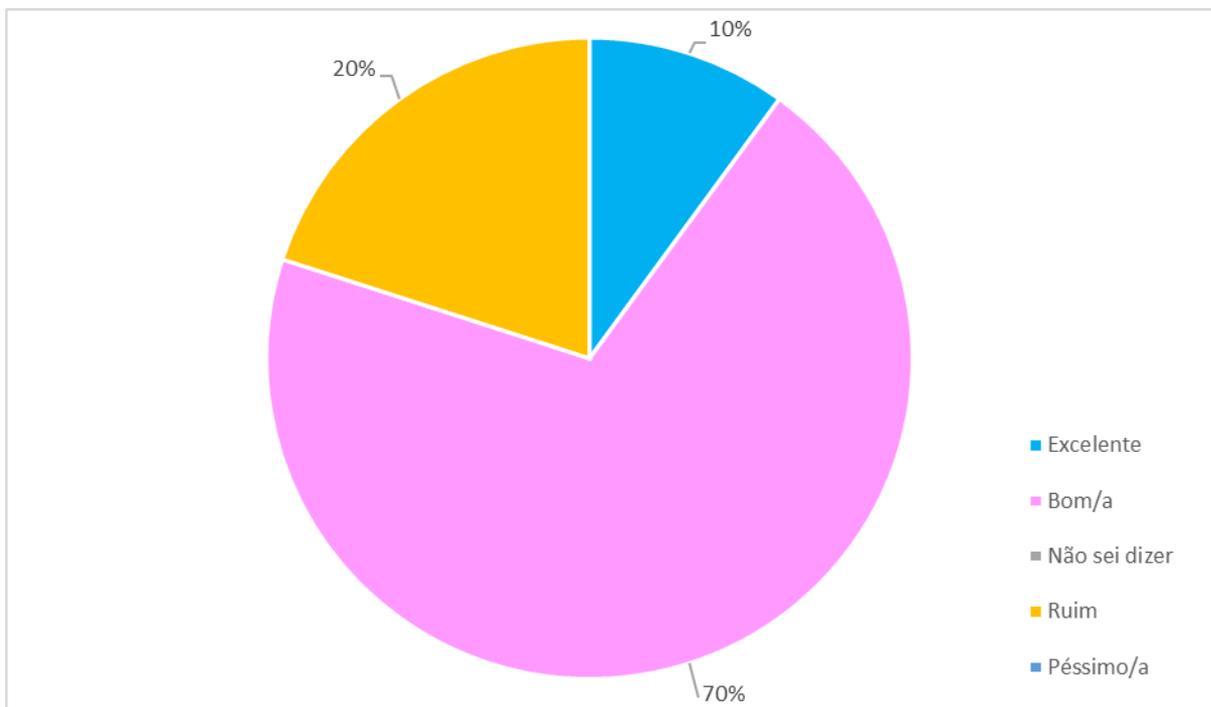
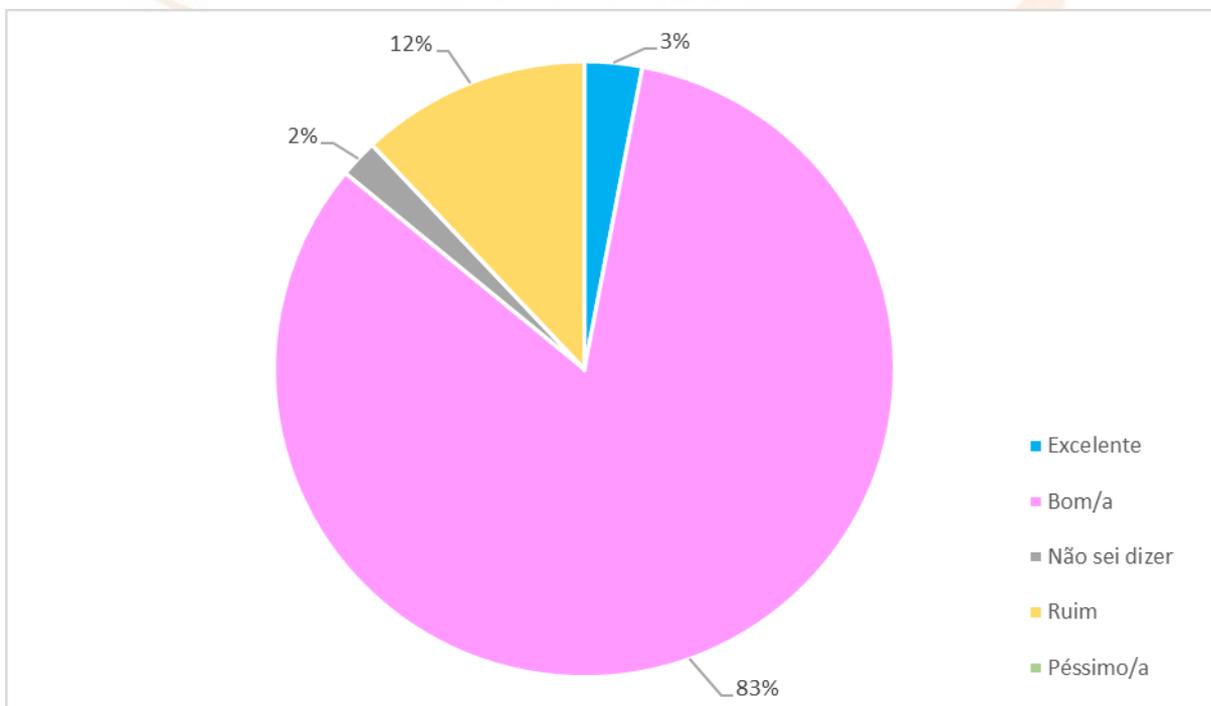


Gráfico 36 – Avaliação do entendimento da comunidade escolar, em relação à laicidade na Educação Infantil –
Pais/Mães – Vila Velha (ES)²⁵⁰



²⁴⁹ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²⁵⁰ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

A nona questão, expressa por meio dos Gráficos 37 e 38, refletiu a avaliação da inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças, segundo o entendimento de professores/as e de pais/mães das crianças pequenas que estudam na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES). A pesquisa de campo mostrou que entre professores/as, 70% avaliaram como sendo excelente a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças; 30% avaliaram como boa. 73% de pais/mães avaliaram como boa; 24% entendem essa mesma inserção como excelente. Pelo prisma negativo, há 3% restantes que avaliaram como ruim.

Tal como o resultado expresso pelos respondentes de Cariacica (ES), em Vila Velha (ES) a apreciação positiva dominou a opinião de professores/as e de pais/mães, mostrando que a maioria dos/as respondentes acredita que a inserção de valores religiosos na Educação Infantil se constitui elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças. Esse entendimento alinha-se com a literatura. A Educação Infantil, calcada em valores religiosos, éticos e morais, constitui-se dimensão formativa que perpassa todas as esferas da educação e da personalidade, tornando-se ponto central do processo de ensino e aprendizagem, pois, visa conferir melhor direção e mais sentido ao ser humano em formação – a criança.²⁵¹

A ética – formada também a partir de valores religiosos – estabelece vínculos positivos, criando a racionalidade da *práxis*, tendo como centro as virtudes. Além disso, a formação do sujeito mediante a ação ética é central para a concepção educativa. Como a virtude é produto do hábito, de exercício a ser levado adiante pelo próprio sujeito, a dimensão dos valores religiosos deve ser inserida de dentro para fora no processo educativo. Em outras palavras: a Educação Infantil não ensina tais valores, mas os desperta, fazendo com que aflorem na vontade da criança.²⁵²

Contudo, cabe destacar que essa influência positiva dos valores religiosos no comportamento das crianças – reconhecida pela maioria dos/as respondentes – não é acidental. Essa ética se desenvolve na relação com os outros – e não apenas pelo conhecimento. Os valores religiosos falam ao espírito, podendo ser reconhecidos quando praticados. Para se tornar bom, é preciso que a criança aprenda, desde cedo, a praticar atos bons e a se comportar conforme essa mesma ética.²⁵³

²⁵¹ VRIES, Rheta de; ZAN, Betty. *A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 90.

²⁵² CENCI, Angelo Vitório. *Aristóteles e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 63.

²⁵³ CENCI, 2012, p. 63.

Gráfico 37 – Avaliação a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Professores/as – Vila Velha (ES)²⁵⁴

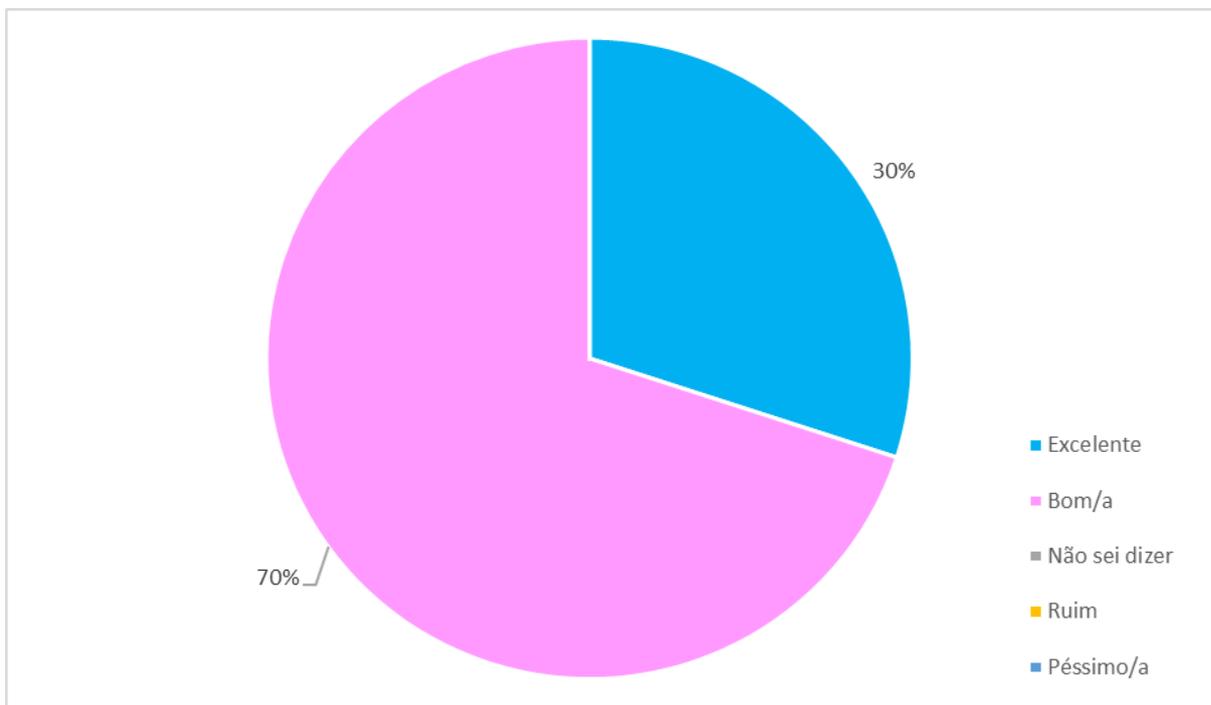
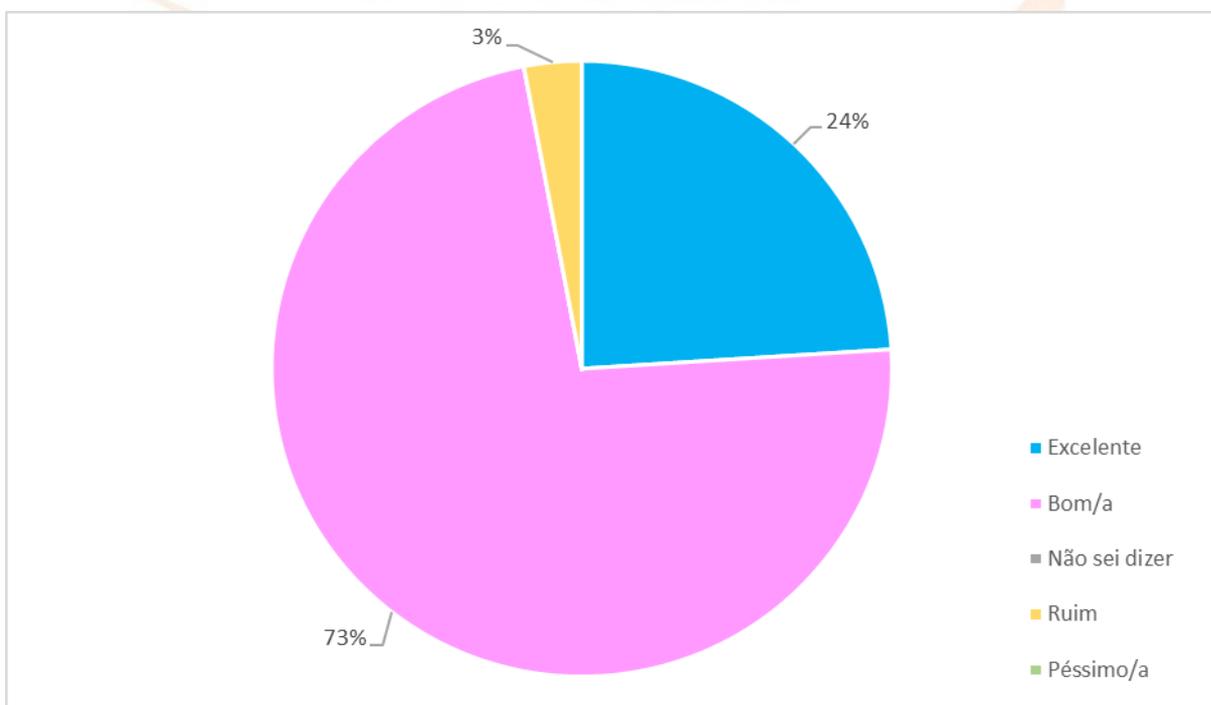


Gráfico 38 – Avaliação a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elemento capaz de melhorar o comportamento das crianças – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²⁵⁵



²⁵⁴ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²⁵⁵ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

Por fim, a décima questão, aqui expressa pelos Gráficos 39 e 40, traduz a opinião de professores/as e de pais/mães das crianças pequenas que estudam na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES), quanto à avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos. Quanto a isso, a pesquisa de campo mostra que 60% dos/as professores avaliaram tal inserção como boa; enquanto 40% a entenderam como excelente. No que diz respeito a pais/mães, para 77% tal inserção é boa; 18% a consideram excelente. Pelo foco negativo, os restantes 5% entendem essa mesma inserção como algo ruim.

Essa questão também pode ser lida da seguinte forma: da totalidade dos respondentes, composta por professores/as e pais/mães de crianças matriculadas na UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES), 95% entendem que as brincadeiras, utilizadas na Educação Infantil, constituem-se técnicas muito positivas, capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos nas crianças. Essa é, provavelmente, a questão que mais encontra respaldo na literatura especializada. As brincadeiras criam situações e permitem atitudes, como expor desafios, atingir princípios, construir e desenvolver a inteligência, estimulando o pensamento e a elaboração do conhecimento prazerosamente. As brincadeiras, enquanto atividades dominantes na infância, são o modo pela qual as crianças aprendem.

No que tange à socialização, as brincadeiras ensinam as crianças sobre as regras da vida, em relação à consideração dos limites; do respeito às normas e das formas próprias de se comportar frente aos diferentes contextos. Além disso, as brincadeiras ensinam a valorizar o trabalho em equipe, ajudando a entender que o viver humano se constitui atividade coletiva. A utilização de brincadeiras na Educação Infantil busca descontrair, bem como possibilita maior participação e integração das crianças que, gradualmente, percebem que os valores abordados em sala de aula são valores necessários nos diferentes campos de atuação humana.²⁵⁶

Em resumo, as brincadeiras permitem aperfeiçoar a convivência e a inclusão social, harmonizando conflitos, possibilitando às crianças alcançar objetivos coletivos, bem como provocar o sentimento de solidariedade, visando o bem comum, bem como reduzindo ou até eliminando o preconceito e a rejeição ao que se apresenta como “diferente”. E aqui é preciso destacar que, considerando-se a ampla concordância de opinião dos dois grupos respondentes, pode-se afirmar que a UMEI – Basílio Costalonga, em Vila Velha (ES) também tem ofertado Educação Infantil de elevada qualidade.

²⁵⁶ VIONET, Roseliene Mary Zippinotte. *O processo educativo religioso através do lúdico: das brincadeiras aos valores religiosos*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2019. p. 87.

Gráfico 39 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Professores/as – Vila Velha (ES)²⁵⁷

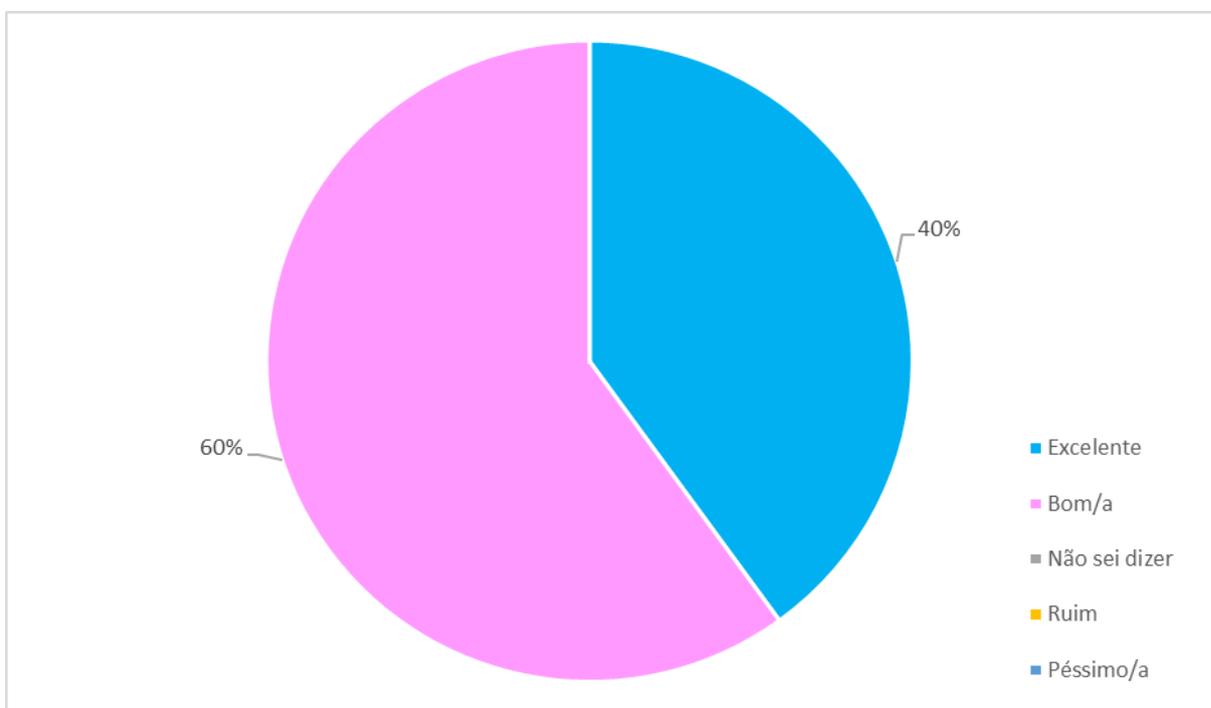
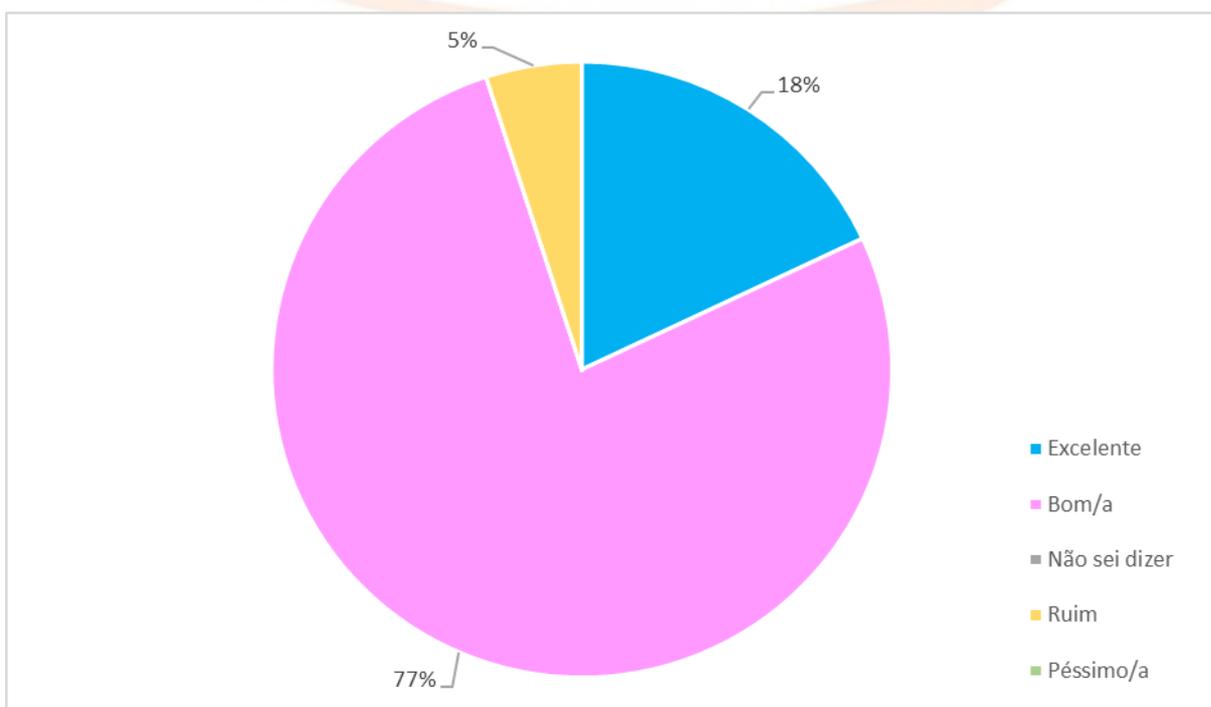


Gráfico 40 – Avaliação das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de auxiliar a inserção de valores religiosos – Pais/Mães – Vila Velha (ES)²⁵⁸



²⁵⁷ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

²⁵⁸ Elaboração própria, dados inéditos, coletados pela pesquisadora entre março e abril de 2021.

Frente a todo o exposto, e após apresentar e analisar a pesquisa de campo, realizada nos municípios de Cariacica (ES) e de Vila Velha (ES), em que conheceu a visão que professores/as e pais/mães têm acerca da Educação Infantil, passa-se agora, no último tópico, a expor as sugestões e recomendações, com o intuito de corrigir as disfunções identificadas por meio da aplicação de questionários.

3.3 Sugestões e recomendações

Nessa derradeira seção do capítulo serão apresentadas as sugestões e recomendações, visando corrigir – ou mesmo eliminar – os problemas identificados ao longo da pesquisa de campo, no tocante aos valores religiosos e sua forma de modelar o indivíduo, a partir da Educação Infantil. Contudo, reconhece-se que, em grande parte, a análise dos resultados da aplicação dos questionários mostrou que as duas escolas aqui investigadas – o CMEI – Wilson Alves do Nascimento, de Cariacica (ES) e a UMEI – Basílio Costalonga, de Vila Velha (ES) – oferecem educação de qualidade, cumprindo o que as teorias pedagógicas mais modernas sugerem em relação ao despertar de valores religiosos, éticos e morais nas crianças pequenas.

Cabe esclarecer que há questões com percentuais de insatisfação. Contudo, para fins específicos do presente trabalho, optou-se por considerar tão-somente os níveis de insatisfação que, somadas as opiniões dos dois grupos de respondentes, tenham alcançado índice igual ou superior a 10% (dez por cento). A pesquisa de campo identificou pequenos focos de insatisfação – seja dos/as professores/as, seja de pais/mães –, especialmente no que diz respeito à laicidade (questões 2 e 8, na visão dos/as professores/as e, também, de professores/as).

A literatura especializada mostra que no Brasil, nas últimas duas décadas, por força da maior expressividade do contingente de evangélicos, a questão da laicidade tem se revelado problema crescente – principalmente nas escolas públicas –, onde adeptos mais fervorosos tentam impor sua crença e seu comportamento ao cotidiano escolar, afetando, algumas vezes, o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nessas ocasiões, verificam-se interpretações vagas acerca de alguns conceitos, tais como liberdade de expressão e liberdade de ensino, o que distorce o entendimento das pessoas com menor instrução, as quais, muitas vezes, chamam de *doutrinação* qualquer conteúdo ou atitude que não esteja em estrita concordância com determinada religião.

Como decorrência, no Brasil tem sido crescente o discurso religioso circulando nas escolas públicas – mesmo aquelas voltadas à Educação Infantil. Tais discursos fazem parte do cotidiano da escola, por meio de reprimendas e orações, bem como de ensinamentos de conteúdo religioso, que se misturam ao currículo da escola. Como exemplo, tem-se a questão das datas comemorativas, quando o discurso religioso silencia as crianças, desconsiderando as que não compartilham da mesma fé da maioria.²⁵⁹ Contudo, quando se fala em abordagens religiosas – ou espiritualidade – nas práticas pedagógicas específicas da Educação Infantil, o que se está propondo é justamente o inverso do ensino confessional. O que se quer é um ensino libertador e em diálogo com as religiões.

Sendo assim, a primeira sugestão – que se constitui medida de caráter interno à escola – diz respeito ao que é comumente exposto nas paredes da escola – cartazes, quadros, informações técnicas, entre outros. Em tal comunicação deve ser retirada qualquer menção a conteúdos estritamente religiosos. Orações, imagens, frases de livros sagrados, tudo deve ser retirado se fizer referência a uma única religião. Não se está propondo uma escola que seja visualmente desvinculada da espiritualidade. Ao contrário, o que se quer é uma escola livre da interferência das igrejas – todas elas. E como ficariam as paredes dessa escola? A comunicação técnica seria mantida, mas sem qualquer menção que denote teor religioso específico.

Quanto à comunicação restante – cartazes, enfeites, entre outros – teria que ser reescrita para contemplar valores religiosos e éticos mais amplos. Assim, por exemplo, ao invés de ter uma frase bíblica em determinado cartaz, haveria, em seu lugar, uma imagem ou uma frase, expressando estímulo a um valor religioso qualquer, motivando as crianças ao respeito mútuo, ao amor ao próximo, ao comportamento pacífico. O mesmo tratamento deve ser dado às canções que, cotidianamente, integram o conteúdo escolar.

Nesse sentido, de igual modo, deixam-se de cantar hinos religiosos (caso isso se verifique), passando a entoar outras canções, cujas letras também possam despertar valores religiosos – podendo, inclusive, serem utilizadas adaptações de poemas e/ou de trechos de músicas populares brasileiras. O mais importante aqui é que sejam apresentadas às crianças canções curtas, de fácil memorização, que contenham valores religiosos, éticos e morais a serem interiorizados pelas crianças. Um exemplo, seria o poema na sequência (cuja sonoridade pode ser desenvolvida pelos/as professores), podendo ser utilizado na forma de cartaz:

²⁵⁹ BRANCO, Jordana Castelo. “Quem vai orar?!”: os discursos religiosos entre adultos e crianças em uma escola pública de educação infantil. *Revista Horizontes*, Itatiba, v. 34, n. 1, p. 81-90, 2016. p. 89.

TRABALHO
(Lúcia Abdalla)

Toda profissão é nobre
Se exercida com carinho.
Sendo honesto e trabalhando
Surgem bons novos caminhos.

Acima, tem-se um bom exemplo de canção que pode ser utilizada na Educação Infantil. Essa é uma quadra de fácil memorização. Ela permite que o/a professor/a fale com as crianças sobre trabalho, honestidade, carinho e futuro melhor (“bons novos caminhos”). Como se pode observar, uma quadra não é difícil de ser elaborada. Muito além de métrica, para a Educação Infantil, o mais importante é que, independentemente de ser um cartaz, um poema ou uma música, a mensagem seja sempre positiva, ensinando as crianças a buscarem uma vida mais harmoniosa e norteada por ideais pacíficos.

A segunda sugestão – medida de caráter interno à escola – é que, caso os/as professores/as, com a direção da escola, julguem necessário, em alguma data especial, promover um evento de caráter religioso, este deve ser isento de conteúdo específico de alguma religião, mas apenas abordando os valores religiosos e éticos. Embora não seja muito comum esse acontecimento em escolas de Educação Infantil, há sempre a possibilidade quando se aproximam determinadas datas, tais como Dia das Mães, Dia das Crianças, Páscoa ou Natal.

Alguém pode criticar, dizendo que, além do imenso apelo comercial dessas comemorações, há a questão de que Páscoa e Natal serem datas diretamente relacionadas ao cristianismo. Embora seja verdade, essas datas permitem abordagens diferenciadas, esvaziadas do sentido comercial. Então, um evento assim pode ser feito, por exemplo, sem a obrigatoriedade de troca de presentes, bem como referir-se a alguns valores religiosos, éticos e humanísticos: amizade, família, união, paz, alimentação, renascimento, perdão, bem comum, entre outros. Desse modo, as comemorações devem estimular a alegria, a vontade de estar junto aos colegas, professores/as e familiares.

Por último, a terceira sugestão a ser apresentada diz respeito a estruturação de reuniões periódicas – medida de caráter interno e externo, conjuntamente, desenvolvida ao menos 1 (uma) vez em cada semestre – para debater a questão da laicidade. Nesse sentido, o recomendado é que a primeira reunião seja feita somente com os/as funcionários/as da escola (efetivos/as, contratados/as em regime especial e, ainda, os/as terceirizados/as), para fazê-los entender o quão fundamental é, para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, que toda a escola respeite, ao máximo, o princípio da laicidade. É preciso fazer com que todos/as

entendam que a escola não se constitui lugar de pregação, de oração, tampouco de simbologia religiosa.

Somente quando a gestão escolar reconhecer que todos/as os/as funcionários/as compreenderam o que seja a laicidade e, também, somente após a gestão escolar perceber que o princípio da laicidade está, de fato, sendo respeitado nos muros do colégio, aí sim, deve ser realizada a reunião com pais/mães. Essa ordem é fundamental, pois, não se pode apresentar e solicitar à comunidade escolar externa o respeito a uma regra que a própria escola não esteja seguindo rigorosamente. Sendo assim, a primeira reunião visa a correção das disfunções internas. A segunda reunião visa fazer a comunidade externa entender que não é justo, tampouco benéfico ao processo de ensino e aprendizagem, que recorram à religião como instrumento de interferência nas práticas pedagógicas.

Cabe aqui ressaltar que, em ambas as reuniões, sempre que possível, o/a gestor/a escolar pode convidar autoridades locais, especializadas no tema – professores/as, juristas, lideranças religiosas –, desde que tais convidados/as se disponham a discursar em favor do princípio da laicidade, sem apresentar, em seus um viés confessional.

Frente a todo o exposto e após ter sido apresentada a análise da pesquisa de campo realizada em duas escolas municipais de Cariacica (ES) e de Vila Velha (ES), quando se compreendeu e mensurou a influência da religiosidade para motivar a diversidade nas crianças matriculadas na Educação Infantil, passa-se agora à conclusão.

CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou como a Educação Infantil evoluiu no Brasil, passando de mero assistencialismo a um modelo mais amplo de ensino, contribuindo para uma adequada formação de seus cidadãos. O que antes era, basicamente, uma forma de ajudar as mães que trabalhavam, converteu-se em consistente investimento no futuro das crianças, por conseguinte, no venturo do país. A Educação Infantil está diretamente comprometida com a inserção de valores éticos e morais (e também religiosos), que cooperam para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Sendo o Brasil um país cuja história é marcada por injustiças e preconceitos desde o descobrimento – especialmente em relação aos elementos culturais e religiosos de origem africana e indígena –, os novos rumos da Educação Infantil têm, entre seus principais objetivos, promover a diversidade cultural e religiosa, já na pequena infância – para que as crianças superem a intolerância. A promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e a recente BNCC foram esforços alicerçados em ideais democráticos laicos, dado que o Estado brasileiro é juridicamente orientado a assumir postura laica em suas atividades, que contribuíram para a ampliação da Educação Infantil.

Destacou-se que cabe à Educação Infantil, desenvolver-se para a evitar que as creches e pré-escolas se convertam em territórios de disputa entre as diversas denominações religiosas. Para tanto, a literatura especializada orienta que a educação das crianças pequenas deve se concentrar no despertar de valores, os quais motivem tais crianças a cuidarem melhor de si mesmas e dos outros. Sem embargo, ensinar crianças pequenas não é tarefa fácil, pois, estando este ensino baseado, principalmente, em brincadeiras e atividades lúdicas.

No entanto, a Educação Infantil requer que a escola também se aproxime da comunidade escolar externa – especialmente de pais/mães, chamando-os a participar mais ativamente do processo de ensino e aprendizagem. Nessa aproximação, a escola de Educação Infantil também vivencia a necessidade de alertar pais/mães para o risco de se ferir o princípio da laicidade, pois, a escola deve ter autonomia e liberdade para ensinar, sem sofrer interferências externas em seu conteúdo ou em seus métodos de ensino e aprendizagem. Deve-se considerar que no Brasil, as igrejas exercem forte influência e interferência na esfera pública.

A pesquisa de campo mostrou que as escolas, *locus* deste estudo, revelaram-se muito eficientes no uso de valores religiosos, éticos e morais, como elementos capazes de motivar a diversidade, nas crianças matriculadas na Educação Infantil.

Conforme o entendimento de professores/as e de pais/mães de crianças matriculadas nas escolas pesquisadas, é oferecida Educação Infantil de qualidade, com crianças assimilando bem os valores religiosos, os quais se refletem diretamente no comportamento positivo das crianças, motivando-as a aceitar melhor a diversidade, bem como a desenvolver uma cultura de paz – na escola e também em outros ambientes. Para tanto, as brincadeiras se revelaram instrumentos eficientes na promoção dos valores religiosos. Embora se reconheça que a fé e a religião sejam parte importante da sociedade, não se pode permitir que uma tendência religiosa específica se sobreponha às demais, usando as instituições públicas – muito especialmente as educacionais – como campos de disputa de poder e influência.

O problema maior, identificado nas duas escolas pesquisadas, diz respeito diretamente à forma com que parcela considerável dos pais/mães entendem a questão da laicidade, mostrando a urgente necessidade de estreitar, ainda mais, os laços de proximidade entre a instituição escolar e a comunidade externa, para evitar que a desinformação se converta em problema de interferência no cotidiano da escola. Dito isso, pode-se agora responder à questão-problema do presente estudo, qual seja: é possível proporcionar ao corpo discente a formação de sua consciência religiosa na Educação Infantil, por meio da interação/convivência, a fim de promover mais diversidade no ambiente escolar? A resposta foi afirmativa. Sim, é possível.

Este estudo mostrou que os valores religiosos cooperam – direta e positivamente – para a formação de uma consciência religiosa na Educação Infantil para promover diversidade no ambiente escolar. Contudo, sabendo-se que a escola não é o único ambiente de convívio das crianças, torna-se necessário também fazer com que pais/mães compreendam a importância de respeitar a diversidade no ambiente escolar, o que pode ser feito com reuniões periódicas – especialmente quando forem identificadas tentativas de interferência no currículo e nas estratégias de ensino e aprendizagem.

Excetuando-se a questão da laicidade, que se revelou muito mais uma decorrência da falta de conhecimento de boa parte de pais/mães, as demais questões foram positivamente avaliadas pelos dois grupos de respondentes – professores/as e pais/mães –, o que confirma que as escolas pesquisadas estão no caminho adequado, ofertando uma Educação Infantil que desperta e estimula o melhor caráter das crianças pequenas.

Na escola, frente à diversidade cultural e religiosa em que as crianças estão inseridas, deve-se estimular – constantemente – o respeito à tolerância, desde a Educação Infantil, cabendo aos/às professores/as compreenderem os movimentos específicos das diversas culturas, cujo conteúdo religioso contribui para a formação de cidadãos plenos, livres e

humanistas, que respeitem e compreendam a importância da diversidade cultural e religiosa. Afinal, a educação brasileira somente poderá formar cidadãos livres, se ela mesma – a educação – também estiver livre.

Entende-se que, por se tratar de crianças pequenas, a Educação Infantil desperta o desenvolvimento psicomotor e cognitivo. Pelo prisma cognitivo, o aprendizado inerente ao conhecimento formal se dá superficialmente: iniciação aos números, iniciação à leitura e à escrita, entre outras coisas. Nesse sentido, pode-se dizer que o aprendizado mais importante viria dos valores religiosos, éticos e morais, que constituem a raiz da postura democrática e humanista que se desenvolverá ao longo dos anos. É nesse momento, ainda na Educação Infantil, que o sistema educacional inicia o longo processo formativo, na esperança de produzir cidadãos/ãs plenos/as, humanistas, pacíficos/as e abertos/as à diversidade cultural e religiosa. É ali, na Educação Infantil, que se trava um importante combate contra o radicalismo, violência, preconceito e fundamentalismo religioso.

Frente a todo o exposto, dá-se por encerrada a presente dissertação de mestrado, deixando como principal mensagem a maior necessidade de se intensificar os esforços de humanização das crianças pequenas, via inserção dos valores religiosos, éticos e morais, a fim de torná-las inspiradas e motivadas a aceitar a diversidade cultural e religiosa. Por fim, cabe aqui destacar que este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema, deixando-o em aberto para ser retomado em novas oportunidades, nas quais, inclusive, poderão considerar outras variáveis e, ainda, em outro momento, onde a sociedade, já superado o risco provocado pela pandemia de Covid-19, amplie o *locus* da pesquisa e produza conhecimento ainda mais consistente.

REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. *Panorama das políticas de educação infantil no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2018.
- AGUIAR, Beatriz Carmo Lima. *A epistemologia do educador infantil de creche*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.
- ALCÂNTARA, Lucy Aparecida Gutiérrez de; QUARTIER, Marli Teresinha; SCHWERTNER, Suzana Feldens; SCHUCK, Rogério José; DULLIUS, Maria Madalena. A função da escola na sociedade contemporânea: concepções de uma professora da educação básica. *Revista Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 6, n. 16, p. 118-133, 2015.
- ALMEIDA, Karla Wanessa Carvalho de; RODRIGUES, Cibele Maria Lima. O MIEIB e a política da educação infantil. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 58, n. 56, p. 1-21, 2020.
- ANTUNES, Celso. *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BARRIOS, Alia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; BRANCO, Ângela Uchôa. Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 91-99, 2011.
- BELTRAME, Mauria Bontorin; MOURA, Graziella Ribeiro Soares. Edificações escolares: infraestrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar. *Revista Travessias*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3378/2663>. Acesso em: 30 mai. 2021.
- BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*, Brasília, n. 44, p. 19-26, 2017.
- BOFF, Leonardo. O cuidado especial: princípio de um novo *ethos*. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, 2005.
- BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; DADESK, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.
- BRANCO, Jordana Castelo. “Quem vai orar?!”: os discursos religiosos entre adultos e crianças em uma escola pública de educação infantil. *Revista Horizontes*, Itatiba, v. 34, n. 1, p. 81-90, 2016.
- BRANCO, Jordana Castelo; CORSINO, Patrícia. O discurso religioso em uma escola de educação infantil: entre o silenciamento e a discriminação. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 9, n. 3, p. 128-142, 2015. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1162/440>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDENBURG, Laude. E. O ensino religioso e a educação infantil. *In: WACHS, Manfredo Carlos; FUCHS, Henri Luiz; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí (orgs.). Práxis do ensino religioso na escola.* São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 102-107.

BRASIL. *Lei Federal n. 9.394/1996 – Diretrizes e bases da educação nacional.* Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria da Educação Básica. *Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009.* Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Brasília: DOU, 18 de dezembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – Educação é base.* Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.* Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.* Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. *As ciências das religiões: uma alternativa para o ensino religioso.* Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <http://localhost:8080/tede/handle/tede/753>. Acesso em: 30 mai. 2021.

BREGALDA, Regiano. Educar para o cuidado: um desafio contemporâneo. *In: SEMANA DO CONHECIMENTO, II, UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Anais...* Passo Fundo: UPF, 2015, p. 1-3. Disponível em: <http://semanadoconhecimento.upf.br/download/anais-2015/ciencias-humanas/regiano-bregalda-educar-para-o-cuidado.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRENELLI, Rosely Palermo. *O jogo como espaço para pensar.* Campinas: Papirus, 2007.

CAMPOS, Maria Malta. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 20-54, 2011.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. BNCC e educação infantil: quais as possibilidades? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, 2015.

CÂNDIDO, Viviane Cristina. Aprendendo a ensinar. *Revista Diálogo*, São Paulo, v. 7, n. 27, p. 35-45, 2002.

CÂNDIDO, Viviane Cristina. Ensino religioso na educação infantil: ênfase na construção de uma área de conhecimento pela proposição de temas específicos. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Belém, v. 4, n. 12, p. 263-270, 2007.

CENCI, Angelo Vitório. *Aristóteles e a educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CLARO, Ana Lúcia de Araújo; CITTOLIN, Simone Francescon. *O currículo na Educação Infantil: uma análise teórica*. Curitiba: UFPR, 2014.

CÔCO, Valdete; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; GIESEN, Karian de Fátima. Docência na educação infantil: desafios e perspectivas da formação inicial em pedagogia. *Revista Momento – Diálogos em Educação*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 417-435, 2019.

COSTA, Fátima Neves do Amaral. O cuidar e o educar na educação infantil. In: ANGOTTI, Maristela (org.). *Educação infantil: para que, para quem e por quê*. Campinas: Alínea, 2006, p. 61-86.

COUTO, Fernanda Maria do; COUTO, Daniela Paula do; BRUNHEROTTI, Marisa Afonso Andrade. O ambiente coletivo na educação infantil: a importância da recreação para o desenvolvimento integral da criança. *Revista Aletheia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 50-65, 2019.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; KLEIN, Remi. Ensino Religioso e o diálogo inter-religioso nas escolas públicas: um desafio a ser enfrentado. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 36, n. 1, p. 64-79, 2015. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2425/2321>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DEL-MASSO, Maria Cândida Soares. *Metodologia do trabalho científico: aspectos introdutórios*. São Paulo: Cultura Acadêmica/CAPES, 2012.

FERNANDES, Madalena. *Afinal, o que é o ensino religioso?* Sua identidade própria em contraste com a catequese. São Paulo: Paulus, 2000.

FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade, educação e desafios contemporâneos: diversidade religiosa, decolonialidade e construção da cidadania. In: POZZER, Adecir; PALHETA, Francisco; PIOVEZANA, Leonel; HOLMES, Maria José Torres (orgs.). *Ensino religioso na educação básica: fundamentos epistemológicos e curriculares*. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015.

FLEURI, Reinaldo Matias. Relações interculturais, diversidade religiosa e educação: desafios e possibilidades. In: FLEURI, Reinaldo Matias; HARDT, Lúcia Schneider Hardt; OLIVEIRA, Lilian Blanck de Oliveira; RISKE-KOCH, Simone; CECCHETTI, Elcio. *Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar, conviver*. Blumenau: Edifurb, 2013.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Augusto de. *Ação local: a nova política da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ágora, 2015.

GIACOMITTI, Penélope. *Cultura da paz em sala de aula*. Curitiba: UFPR, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILZ, Claudino; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A coleção “Redescobrimo o universo religioso” – “O quê?” e o “para quê?” do ensino de religião na escola e na formação do professor. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Belém, v. 6, n. 12, p. 177-184, 2017.

GONDIM, Ricardo. *Missão integral: em busca de uma identidade evangélica*. São Paulo: Fonte, 2010.

HARTWIG, Fátima Bandeira. *O respeito à laicidade da escola pública na perspectiva de gestão democrática*. Monografia (Especialista em Gestão Escolar) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9211/1/2014_FatimaBandeiraHartwig.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

KADLUBITSKI, Lidia; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da fraternidade universal. *Revista Interações – Cultura e Comunidade*, Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 123-139, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos, brinquedos e brincadeiras do Brasil. *Revista Espacios en Blanco*, Tandil, n. 24, p. 81-106, 2014.

KLEIN, Remí. O lugar e o papel dos símbolos no processo educativo-religioso. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 46, n. 2, p. 74-83, 2006.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, Andreza Maria de; CARVALHO, Maria Jaqueline Paes de; MONTEIRO, Luciana Oliveira Freitas. Um estudo sobre currículo na Educação Infantil na produção científica da ANPEd nos últimos dez anos. *Eccos – Revista Científica*, São Paulo, n. 39, p. 115-130, 2016.

LIMA, Anne Elen de Oliveira. *A ética e o ensino infantil: o desenvolvimento moral na pré-escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91263/lima_aeo_me_mar.pdf?sequence=. Acesso em: 30 mai. 2021.

LIMA, Dariely Lays Monteiro de; CUNHA JÚNIOR, Williams Nunes da. Ética e cidadania na educação infantil: o que diz o discurso oficial. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL), IX, Maceió. *Anais...* Maceió: EPEAL, 2019, p. 1-8. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/ixepeal/trabalho/125816>. Acesso em: 30 mai. 2021.

LIMA, Juliana dos Santos; SANTOS, Gilberto Lima dos. Valores, educação infantil e desenvolvimento moral: concepções dos professores. *EduFor – Revista Educação & Formação*, Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 153-170, 2018.

LIMA, Maria Betania Barbosa de Silva; DORZIAT, Ana. Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão. In: ANPED, 36, Goiânia. *Anais...* Goiânia: ANPED, 2013, p. 1-16. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt15_trabalhos_pdfs/gt15_2721_texto.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

LOURENÇO, Cristina Sílvia Alves; GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. O STF e o ensino religioso em escolas públicas: pluralismo educacional, laicidade estatal e autonomia individual. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 145-165, 2017.

LOUZADA, Virgínia; GOMES, Lisandra Ogg. Educação Infantil como direito, alegria e possibilidade de criação e encontros. *Revistae-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 241-260, 2021.

LÜDKE, Menga. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, Marli. (org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 27-54.

LUI, Janayna de Alencar. *Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88373>. Acesso em: 30 mai. 2021.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia; PASSOS, Norimar. *Aprender com jogos e situações-problema*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MADUREIRA, Joana Cristina Macedo; BAPTISTA, Nuno Jorge Mesquita. Promoção do desenvolvimento integral inclusivo da criança em creche e jardim de infância. *Psicologia.pt*, São Paulo, p. 1-22, 24 abr. 2016. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0978.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

MALUF, Ângela Cristina. *Brincar: prazer e aprendizado*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARCHETTO, Glória Lourdes Alessi. *Educação para paz: um caminho necessário*. São Paulo: Paulinas, 2009.

MARTINS, Maria Helena. Educar para a paz: importância de promover os pilares da resiliência educacional. *Cadernos do GREI*, Faro, v. 1, n. 30, p. 4-24, 2015.

MEDINA, Antonia da Silva. Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor. In: RANGEL, Mary; SILVA JUNIOR, Celestino Alves. *Nove olhares sobre a supervisão*. São Paulo: Papirus, 1997.

MILANI, Noeli Zanatta. A escola a favor da diversidade religiosa: importância dessa abordagem em sala de aula. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), XI, Curitiba. *Anais...* Curitiba: EDUCERE, 2013, p. 18614-18626. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9410_4926.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

MIRA, Ane Patrícia de; FOSSATTI, Paulo; JUNG, Hildergard Susana. A concepção de educação humanista: interfaces entre a UNESCO e o Plano Nacional de Educação. *Revista Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 41, n. 1, p. 1-13, 2019.

MONTEIRO, Jéssica de Sousa; SILVA, Diego Pereira da. Influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 19-28, 2015.

MORENO, Lupion Gilmar. Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (org.). *Trabalho pedagógico na educação infantil*. Londrina: Humanidades, 2007. p. 54-62.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NEVES, Leonor Maria Bernardes. *Ensino religioso, fraternidade e saúde pública: subsídios para o professor*. São José do Rio Preto: DSJRP, 2012.

NOGUEIRA, Celeide Agapito Valadares. Educação infantil religiosa no Brasil: ressonâncias das políticas públicas. *Revista Eletrônica Correlatio*, Belém, v. 16, n. 2, p. 229-254, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/File/8443/6143>. Acesso em: 30 out. 2020.

OLIVEIRA, André Henrique Mendes. Compaixão e solidariedade: um diálogo entre Schopenhauer e Rorty. *Griot – Revista de Filosofia*, Terezina, UFPI, v. 6, n. 2, 2012.

OLIVEIRA, Maria Izete de. Educação infantil: legislação e prática pedagógica. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 53-70, 2008.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. Fatores influentes no desenvolvimento do potencial criativo. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 83-92, 2010.

PAINE, Scott Randall. Exclusivismo, inclusivismo e pluralismo religioso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 100-110, 2010.

PANASIEWICZ, Roberlei; ARAGÃO, Gilbraz. Novas fronteiras do pluralismo religioso: apontamentos sobre o pós-religional e o transreligioso. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 40, p. 1841-1869, 2015.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. *Apresentação de trabalhos científicos: monografia, TCC, teses e dissertações*. São Paulo: Futura, 2000.

PASQUALINI, Juliana Campregher. O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2010, p. 161-191. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-10.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.

PEREIRA, Maria Eveline de Castro; JURBERG, Claudia; BORBA, Cíntia de Moraes. A construção de estratégia lúdica para o ensino de biossegurança. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vigo, v. 14, n. 3, p. 295-311, 2015.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Trad. Ivette Braga. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

PINTO, Cibele Lemes; TAVARES, Helenice Maria. O lúdico na aprendizagem: aprender e aprender. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2010.

PONCE, Branca Jurema; DURLI, Zenilne. Currículo e Identidade da Educação Infantil. *Revista Currículo Sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 775-792, 2015.

PONTES, M. M. Ensino religioso como educação cidadã. In: REBLIN, Iuri Andréas (org.). *10 Teses sobre religião e educação*. São Leopoldo: Faculdades EST, 2017, p. 09-18.

RIBEIRO, Angélica Ferreira; KLEBIS, Augusta Boa Sorte; BOSCOLI, Olga Maria de Andrade. O diálogo e a tolerância no como fatores contribuintes para a *cultura da paz*. *Revista Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 12, n. esp., p. 1337-1345, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCKENBACH, Ramon Roberto Barbosa. *O xadrez escolar e sua relação com a satisfação familiar*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Faculdade Educacional de Dois Vizinhos, Dois Vizinhos, 2010.

RODRIGUES, Adriana Aparecida. A finalidade da educação infantil na sociedade contemporânea. *Revista Arakuaa de Educação*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 95-108, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de educação infantil e avaliação. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 44-75, 2013.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 1996.

SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do Ensino Religioso em um mundo secular. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018.

SALOMÃO, Hérica Aparecida Souza; MARTINI, Marilaine. A importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. *Psicologia.pt*, São Paulo, p. 1-21, 07 set. 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS, Antônia Pereira dos. *Educação infantil e religiosidade: papel pedagógico do professor*. São Leopoldo: NEA, 2015.

SANTOS, Antônio Roberto Rocha. Espírito esportivo – *fair play* e a prática de esportes. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 13-28, 2005.

SANTOS, Bruna Caroline dos; SILVA, Tarcia Regina; OLIVEIRA, Emanuel Magno A. de. O direito à diversidade cultural e religiosa desde a educação infantil. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 1, n. 20, p. 494-513, 2018.

SANTOS, Joedson Brito dos. O financiamento da Educação Infantil a partir da implementação do FUNDEB: avanços e limites. *Revista Notandum*, Maringá, v. 22, n. 50, p. 19-43, 2019.

SANTOS, Nathália Fernanda Ribeiro dos. *Educação infantil no Brasil: o paradigma entre o cuidar e o educar no centro de educação infantil*. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos; SILVA, Isabel de Oliveira e. Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social. *Revista Educação em Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 131-150, 2016.

SANTOS, Silvana Fortaleza dos. *Ensino religioso: uma perspectiva para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental*. Curitiba: IBPEX, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. *Revista Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-59, 2003. Disponível em: http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf. Acesso em: 24 out. 2020.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Demerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCUSSEL, Marcos André. O ser e o fazer no ensino religioso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Belém, v. 4, n. 12, p. 251-262, 2007.

SEEHABER, Liliana Cláudia; LONGHI, Miguel. Ethos e cultura no ensino religioso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Belém, v. 4, n. 12, p. 241-250, 2007.

SILVA, Dulcilene Rodrigues da; TAVARES, Daniel Moreira. Educação infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram. *Revista Estação Científica*, Juiz de Fora, v. 1, n. 15, p. 1-14, 2016.

SILVA, Elaine Costa Soares da; ALVES, Lorryne Aparecida Ferreira; GUISSO, Sandra Maria. O desenvolvimento da autonomia em crianças da creche, a partir de propostas metodológicas para trabalhar os campos de experiências previstos na BNCC. *Revista Interdisciplinar da FARESE*, Santa Maria de Jetibá, v. 1, n. 01, p. 43-68, 2019.

SILVA, Isaac Pinto da. Ensino Religioso na sala de aula: contribuições à formação do aluno e à aprendizagem de valores. *Revista Unitas*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 166-174, 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas>. Acesso em: 28 jan. 2020.

SILVA, Luciana do Nascimento; BRITO, Rosiene Santos; JESUS, Thamyres Madureira de. *Socialização na educação infantil e o papel dos jogos educativos*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Luiz Henrique Gomes da; STRANG, Bernardete de Lourdes Streisky. A obrigatoriedade da Educação Infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 31, n. 1, p. 1-19, 2020.

SILVA, Patrícia Andrade da; TIMBÓ, Raimunda Cid. O papel da escola no processo da socialização na educação infantil. *Revista PLUS FRJ*, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 68-77, 2017.

SILVA, Stefânia da; MONTEIRO, Stephanie Souza; RODRIGUES, Marinéa Figueira. A importância da educação infantil para o pleno desenvolvimento da criança. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 30-38, 2017.

TEIXEIRA, Léia Gadelha Teixeira; MATOS, Natalia Cabrera; ABREU, Yuri Medina; ROCHA, Gabrielle Karen Almeida; LIMA, Carlos Eduardo Arruda; GIESTA, Rogerio Pinto. Utilização de pré-teste e pós-teste como ferramenta de avaliação da aprendizagem, em oficina de primeiros socorros. *Revista Encontros Universitários da UFC*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 4581-4583, 2018.

TIRIBA, Léa; FLORES, Maria Luíza Rodrigues. A educação infantil no contexto da base nacional comum curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais brasileiras. *Revista Debates em Educação*, Maceió, v. 8, n. 16, p. 157-183, 2016.

TRABACH, Marli; FERRAZ, José Carlos; ROSÁRIO, Antônio do. Diversidade religiosa e o ensino religioso no CMEI Professora Leila Theodoro. *Revista Unitas*, Vitória, v. 7, n. 1, p. 34-51, 2019. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/937/795>. Acesso em: 30 mai. 2021.

ULRICH, Claudete Beise; GRASSELLI, Martinélia Rodrigues de Almeida. Cuidar, brincar e educar na educação infantil: educação para a paz – aprender a respeitar a diversidade. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 492-507, 2019.

VALENTE, Gabriela Abuhab. A religiosidade na prática docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 248, p. 198-211, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n248/2176-6681-rbeped-98-248-00198.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

VICENTE, Maximiliano Martin. Cultura(s) da paz: uma introdução. *RIDH – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 1, n. 4, p. 13-19, 2015.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VILA NOVA, Mary Luíza, Silva Carvalho; MELO, José Carlos de. A gestão da educação e seu papel na qualidade da educação infantil. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 8, n. 34, p. 246-459, 2021.

VIONET, Roseliene Mary Zippinotte. *O processo educativo religioso através do lúdico: das brincadeiras aos valores religiosos*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2019.

VITÓRIA (ES). *Secretaria Municipal de Educação Infantil: um outro olhar*. Vitória: Multiplicidade, p. 75-76, 2006.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de. A inclusão da criança com necessidades especiais na visão de berçaristas. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 75-93, 2010.

VRIES, Rheta de; ZAN, Betty. *A ética na educação infantil – o ambiente sócio-moral na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WINTERHALTER, Diolinda Franciele. A presença da educação infantil nas políticas educacionais: da Constituição de 1988 ao PNE (2011-2020). *In: ANPED SUL - A pesquisa em educação na Região Sul: percursos e tendências* (26 a 29 out. 2014), X, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPED, 2014, p. 1-16. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1064-0.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.



APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE E TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

INFORMAÇÕES AOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS E AOS/AS ESTUDANTES

1. Convite

Estamos convidando o/a estudante, menor de idade, sob sua responsabilidade para participar da pesquisa da mestrandia JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO, intitulada: RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: COMO SE FORMA O INDIVÍDUO A PARTIR DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Antes de decidir se autorizará a participação do/a estudante menor de idade sob sua responsabilidade, é importante que o/a senhor/a entenda as propostas da pesquisa para verificar se concorda com elas. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se autorizará ou não que o/a estudante menor de idade sob sua responsabilidade participe da pesquisa de campo que dará subsídios para a pesquisa ora descrita.

2. Qual é o objetivo da pesquisa?

O objetivo desta pesquisa é analisar até que ponto o despertar da religiosidade na infância contribui para a formação do indivíduo, a partir da diversidade no ambiente escolar em escolas públicas do município de Cariacica (ES) e de Vila Velha (ES).

3. Por que o/a estudante menor de idade foi convidada/o?

Não foi convidado. A pesquisa será realizada junto a professores/as e pais/mães de crianças de escolas de Cariacica (ES) e de Vila Velha (ES), que ofereçam Educação Infantil.

4. O/a estudante menor de idade tem que participar?

O/a senhor/a é quem decide a participação ou não do/a estudante menor de idade nesta pesquisa. Se o/a senhor/a decidir pela participação do/a estudante, o/a senhor/a deverá assinar um Termo de Consentimento. Além disto, o/a estudante também assinará um termo de assentimento.

5. Qual será a forma de participação?

Consiste em responder um questionário ou entrevista com questões estruturadas ou semiestruturadas.

6. A participação do/a estudante será mantida em sigilo?

O nome do/a respondente não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante o anonimato e a divulgação dos resultados será feita de maneira a não identificar os voluntários.

7. Haverá gastos/custos/riscos para o/a estudante?

Não haverá gastos/custos/riscos decorrentes da participação do/a estudante nesta pesquisa.

8. O que acontece quando o estudo termina?

A pesquisadora irá propor uma devolutiva sobre as questões elencadas e o resultado. Os resultados vão compor o acervo de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória/ES, ficando disponíveis para consulta.

9. Contato para informações adicionais

Se você precisar de informações adicionais sobre a participação na pesquisa:

Pesquisadora: JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO.

Professora de Educação Infantil nos Municípios e Vila Velha (ES) e Cariacica (ES).

E-mail: josiane.eleoterio@edu.vilavelha.es.gov.br

Telefone: (27) 99882-0720.

Orientador: Professor Dr. Valdir Stephanini.

E-mail: valdir@fuv.edu.br

Telefone da Faculdade Unida: (27) 3325-2071.

Obrigado por ler estas informações! Para autorizar a participação do/a estudante nesta pesquisa, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e solicite que o/a estudante menor de idade sob sua responsabilidade assine o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Devolva os termos assinados para a pesquisadora. O/a senhor/a deve guardar uma cópia destas informações e dos termos para seu próprio registro.



APÊNDICE D – QUESTIONÁRIOS APLICADOS A PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOTADOS EM CARIACICA (ES) E EM VILA VELHA (ES)

Agradeço por ter aceitado participar da pesquisa, respondendo o questionário, cujos dados subsidiarão minha dissertação de mestrado, cujo título provisório é: RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: COMO SE FORMA O INDIVÍDUO A PARTIR DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. A primeira parte do questionário refere-se a informações pessoais. Não é necessário se identificar. A segunda parte, contém 10 (dez) perguntas, cada uma delas com 05 (cinco) opções. Marque apenas uma opção. Existe um campo ao final de cada pergunta para que você emita um comentário.

Agradeço a sua colaboração.

JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO.

DADOS PRELIMINARES.

Nome da Unidade de Ensino (UMEI): _____

Município da UMEI onde você trabalha: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Religião: _____

Formação acadêmica maior: _____

Cargo/Função: _____

Tempo de experiência como docente em UMEI: _____

Tempo de experiência como docente em UMEI neste município: _____

QUESTIONÁRIO – PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

01. Como você avalia a qualidade da Educação Infantil na escola em que você trabalha?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____

02. O princípio da laicidade pressupõe um Estado que atue independentemente, sem sofrer influência direta das religiões. Sendo assim, como você avalia o princípio da laicidade aplicado à Educação Infantil, na escola em que você trabalha?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____

03. Os valores religiosos são aqueles que, em tese, são difundidos por praticamente todas as religiões, tais como amor ao próximo, respeito, cuidado, honestidade, tolerância, entre outros. Diante disso, como você avalia a inserção de valores religiosos junto às crianças matriculadas na Educação Infantil, na escola em que você trabalha?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____

04. De acordo com a literatura consultada para a elaboração da pesquisa em andamento, os valores religiosos, quando bem assimilados, influenciam o bom comportamento das crianças. Então, como você avalia a aceitação e assimilação dos valores religiosos, pelas crianças para as quais você leciona?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____

05. Como você avalia os valores religiosos, como elementos capazes de contribuir para a melhor formação das crianças, enquanto cidadãs?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____
_____.

06. Como você avalia a inserção de valores religiosos, como conjunto de saberes capazes de ensinar as crianças, desde cedo, a aceitarem as diferenças sociais, físicas, culturais e religiosas?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____
_____.

07. Como você avalia a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elementos capazes de ajudar a difundir, especificamente, a cultura da paz entre as crianças?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____
_____.

08. No Brasil, ainda se verifica muita interferência das religiões na atuação cotidiana das escolas – especialmente as municipais, com líderes religiosos querendo opinar em relação a datas festivas e uniformes, por exemplo. Como você avalia o entendimento da comunidade escolar, em relação à questão da laicidade que deve predominar em toda a Educação Infantil, na escola em que você trabalha?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____
_____.

09. Como você avalia a inserção de valores religiosos, na Educação Infantil, como elementos capazes de contribuir para a melhoria do comportamento das crianças em sala de aula, na escola em que você trabalha?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____

10. Como você avalia o conjunto das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, como técnicas capazes de ajudar na inserção de valores religiosos entre as crianças, na escola em que você trabalha?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____



APÊNDICE E – QUESTIONÁRIOS APLICADO A PAIS/MAES COM FILHOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARIACICA (ES) E EM VILA VELHA (ES)

PREZADO/A PAI/MÃE OU RESPONSÁVEL:

Agradeço por ter aceitado participar da pesquisa, respondendo o questionário, cujos dados subsidiarão minha dissertação de mestrado, cujo título provisório é: RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: COMO SE FORMA O INDIVÍDUO A PARTIR DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. A primeira parte do questionário, refere-se a informações pessoais. Não é necessário se identificar. A segunda parte, contém 10 (dez) perguntas, cada uma delas com 05 (cinco) opções. Marque apenas uma opção. Existe um campo ao final de cada pergunta para que você emita um comentário.

Agradeço a sua colaboração.

JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO.

DADOS PRELIMINARES.

Município em que você reside: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Religião: _____

Formação acadêmica maior: _____

Cargo/Função que exerce: _____

QUESTIONÁRIO – PAIS/MÃES E RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS
MATRICULADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

01. Como você avalia a qualidade da Educação Infantil, na escola em que seu/sua filho/a está matriculado/a?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____

02. O princípio da laicidade pressupõe um Estado que atue independentemente, sem sofrer influência direta das religiões. Sendo assim, como você avalia o princípio da laicidade aplicado à Educação Infantil, na escola em que seu/sua filho/a está matriculado/a?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____

03. Os valores religiosos são aqueles que, em tese, são difundidos por praticamente todas as religiões, tais como amor ao próximo, respeito, cuidado, honestidade, tolerância, entre outros. Diante disso, como você avalia a inserção de valores religiosos junto às crianças matriculadas na Educação Infantil, na escola em que seu/sua filho/a está matriculado/a?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____

04. De acordo com a literatura consultada para a elaboração da pesquisa em andamento, os valores religiosos, quando bem assimilados, influenciam o bom comportamento das crianças. Então, como você avalia a inserção de valores religiosos, difundidos na Educação Infantil, no comportamento de seu/a filho/a?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____

05. Como você avalia a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elementos capazes de contribuir para a melhor formação de seu/a filho/a, enquanto cidadão/ã?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____
_____.
06. Como você avalia a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, na escola em que seu/sua filho/a está matriculado/a, como conjunto de saberes capazes de contribuir para que seu/a filho/a aprenda, desde cedo, a aceitar as diferenças sociais, físicas, culturais e religiosas?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____
_____.
07. Como você avalia a inserção de valores religiosos na Educação Infantil, como elementos capazes de ajudar a difundir, especificamente, a cultura da paz em seu/a filho/a?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____
_____.
08. No Brasil, ainda se verifica muita interferência das religiões na atuação cotidiana das escolas – especialmente as municipais, com líderes religiosos querendo opinar em relação a datas festivas e uniformes, por exemplo. Como você avalia a questão da laicidade, considerando a postura dos/as professores/as da escola em que seus/suas filhos/as estão matriculados/as?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.
- Comente: _____
_____.

09. Como você avalia a inserção de valores religiosos, na Educação Infantil, como elementos capazes de contribuir para a melhoria do comportamento das crianças em casa?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____
_____.

10. Como você avalia o conjunto das brincadeiras utilizadas na Educação Infantil, na escola em que seu/sua filho/a está matriculado/a, como técnicas capazes de ajudar na inserção de valores religiosos entre as crianças?
- a) Excelente.
 - b) Bom/a.
 - c) Não sei dizer.
 - d) Ruim.
 - e) Péssimo/a.

Comente: _____
_____.



ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SEMED/ESCOLA, PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NAS ESCOLAS DE CARIACICA (ES)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
 Secretaria de Educação
 Gerência de Ensino/ Coordenação da Educação Infantil
 CMEI “WILSON ALVES DO NASCIMENTO”

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS NO CMEI WILSON ALVES DO NASCIMENTO.

Cariacica, 05 de Março de 2021.

Declaro para os devidos fins, que **JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO**, mestrando (a) da Faculdade Unida De Vitória (ES), está autorizado (a) a desenvolver sua pesquisa, intitulada **“RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: COMO SE FORMA O INDIVÍDUO A PARTIR DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**, nesta unidade de ensino, junto aos pais, mães e responsáveis, professores (as), diretora e demais funcionários (as).

Atenciosamente,

Aparecida Oliveira Pereira Guimarães

CMEI WILSON ALVES DO NASCIMENTO
 Aparecida Oliveira Pereira Guimarães
 DIRETORA
 Portaria/GP/nº 374/2018

DIRETORA
 Portaria/GP/nº 374/2018

CMEI “Wilson Alves do Nascimento”
 Prefeitura Municipal de Cariacica
 Decreto nº 045/2005
 Rua São Benedito, nº 19 - Flexaí
 Tel.: (27) 3228-6214
 CNPJ: 07.763.195/0001-79

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA SEMED/ESCOLA, PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NAS ESCOLAS DE VILA VELHA (ES)



Prefeitura Municipal de Vila Velha
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Educação
UMEI BASÍLIO COSTALONGA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS NA UNIDADE DE ENSINO BASÍLIO COSTALONGA.

Vila Velha, 05 de Março de 2021.

Declaro para os devidos fins, que **JOSIANE NASCIMENTO DA SILVA ELEOTERIO**, mestrando (a) da Faculdade Unida De Vitória (ES), está autorizado(a) a desenvolver sua pesquisa, intitulada **“RELIGIOSIDADE E INFÂNCIA: COMO SE FORMA O INDIVÍDUO A PARTIR DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**, nesta unidade de ensino, junto aos pais, mães e responsáveis , professores (as), diretora e demais funcionários(as).

Atenciosamente,

Roberta Andrade Ventura

Roberta Andrade Ventura

Diretora Escolar/ SEMED – autorização: 775/2019

Roberta Andrade Ventura
 Diretora Escolar
 PORT N° 775/2019